

Plano Regional de Água e Esgoto do Sistema Corsan

Município de Gravataí

Março 2025



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CONSULTORIA MLAYDNER – INTELIGÊNCIA EM SANEAMENTO

Coordenação Geral

Mariangela Correa Laydner – Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho

Coordenação Adjunta

João Victor Malheiros Vidal da Vinha – Engenheiro Ambiental

Nathália Miranda das Chagas – Engenheira Ambiental

Matheus Correia Martinho da Silva – Engenheiro Ambiental

Raísa Fagundes dos Santos – Engenheira Hídrica

Equipe Técnica

Anna Clara Muniz Correia – Estagiária de Engenharia Ambiental

Arnaldo Mailes Neto – Engenheiro Ambiental

Louise Pinho Novaes – Engenheira Ambiental

Thaís Texeira Rodrigues Lima – Engenheira Ambiental

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e delimitação do município.	12
Figura 2 – Classificação Climática (KOPPEN) dos municípios atendidos pela CORSAN.	14
Figura 3 – Classificação de províncias estruturais dos municípios atendidos pela CORSAN.	16
Figura 4 – Unidades geomorfológicas da região dos municípios atendidos pela CORSAN.	18
Figura 5 – Regiões Hidrográficas do Rio Grande do Sul.	20
Figura 6 – Municípios do Plano Regional inseridos na Região Hidrográfica do Guaíba.	24
Figura 7 – Rios principais da Região Hidrográfica do Guaíba.	27
Figura 8 – Enquadramento dos rios principais na Bacia Hidrográfica Gravataí.	28
Figura 9 – Sistemas Aquíferos do Rio Grande do Sul.	30
Figura 10 – Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U) dos municípios atendidos pela CORSAN.	48
Figura 11 – Distribuição de biomas ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.	50
Figura 12 – Tendência da população total do município (1991-2022).	52
Figura 13 – Escala do IDH.	53
Figura 14 – Tendência histórica do IDHM no município.	54
Figura 15 – Distribuição das classes de cobertura e uso do solo ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.	61
Figura 16 – Taxas de crescimento acumuladas – 2023/2022.	63
Figura 17 – Percentual de ocupação no município – 2010.	64
Figura 18 – Fluxograma do SAA.	74
Figura 19 – Fluxograma do SAA – COI.	75
Figura 20 – Pontos vulneráveis do SAA – Parte 1.	76
Figura 21 – Pontos vulneráveis do SAA – Parte 2.	77
Figura 22 – Área com maior demanda.	78
Figura 23 – Vista do SES Breno Garcia.	80
Figura 24 – Ponto de lançamento do emissário no SES Breno Garcia.	81
Figura 25 – Fluxograma representativo dos componentes do SES Breno Garcia.	82
Figura 26 – ETE Breno Garcia.	82
Figura 27 – Vista do ETE Parque dos Anjos.	85
Figura 28 – Ponto de lançamento do emissário no SES Parque dos Anjos.	86
Figura 29 – Fluxograma representativo dos componentes do SES Parque dos Anjos.	87
Figura 30 – ETE Parque dos Anjos.	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação climática do município.	13
Quadro 2 – Classificação das províncias estruturais do município.	15
Quadro 3 – Unidades geomorfológicas do município.	17
Quadro 4 – Áreas das Regiões e Bacias Hidrográficas do Rio Grande Sul.	21
Quadro 5 – Região e Bacia Hidrográfica do município.	22
Quadro 6 – Relação dos municípios por Bacia Hidrográfica na Região Hidrográfica do Guaíba.	22
Quadro 7 – População urbana residente na Região Hidrográfica Guaíba.	25
Quadro 8 – Cursos d'água da Região Hidrográfica do Guaíba e principais usos.	25
Quadro 9 – Aquíferos do Estado do Rio Grande do Sul.	31
Quadro 10 – Demandas hídricas médias (em m ³ /dia) e nº de processos de águas subterrâneas nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.	35
Quadro 11 – Demandas hídricas médias (em m ³ /dia) e nº de processos de águas subterrâneas por sistema aquífero no Rio Grande do Sul.	36
Quadro 12 – Disponibilidade hídrica nas Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul.	38
Quadro 13 – Demandas hídricas médias superficiais nas bacias hidrográficas do Estado.....	39
Quadro 14 – Balanço hídrico nas Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul.	41
Quadro 15 – Distribuição dos valores de Oxigênio Dissolvido por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	43
Quadro 16 – Distribuição dos valores de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	44
Quadro 17 – Distribuição dos valores de Escherichia coli por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	44
Quadro 18 – Distribuição dos valores de Fósforo Total por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	45
Quadro 19 – Distribuição dos valores de Nitrogênio Amoniacal por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	45
Quadro 20 – Índice de Segurança Hídrica Urbano do município.	47
Quadro 21 – Biomas do município.	49
Quadro 22 – IDHM e seus componentes no município – 2010.....	55
Quadro 23 – Evolução do índice de Gini do estado do Rio Grande do Sul.	55
Quadro 24 – Tendência histórica do Índice de Gini no município.	56
Quadro 25 – Média de internação por DRSAI em abril de 2024.	58
Quadro 26 – Taxa de alfabetização do município – 2022.	58
Quadro 27 – Classificação uso e cobertura do solo.....	59
Quadro 28 – Distribuição do uso e cobertura do solo do município.	62
Quadro 29 – VAB dos setores do município – 2021.....	63
Quadro 30 – PIB municipal e <i>per capita</i> do município – 2021.....	65
Quadro 31 – EBAB da captação.	67
Quadro 32 – Reservatórios do SAA.	70
Quadro 33 – EBA e booster do SAA.	72
Quadro 34 – Redes do SAA Gravataí.	73
Quadro 35 – Áreas com maior demanda de consumo.	78
Quadro 36 – Resumo de informações acerca das EBEs presentes no SES Breno Garcia. ...	79

Quadro 37 – Resumo de informações acerca da ETE do SES Breno Garcia.	79
Quadro 38 – Resumo de informações acerca do ponto de lançamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Breno Garcia.	81
Quadro 39 – Resumo de informações acerca das EBEs presentes no SES Parque dos Anjos.	83
Quadro 40 – Resumo de informações acerca da ETE do SES Parque dos Anjos.	84
Quadro 41 – Resumo de informações acerca do ponto de lançamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Parque dos Anjos.	85
Quadro 42 – Informações das ETEs de fossa séptica e filtro do município de Gravataí.	89
Quadro 40 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de abastecimento de água.	99
Quadro 41 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de abastecimento de água.	100
Quadro 42 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de esgotamento sanitário.	102
Quadro 43 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de esgotamento sanitário.	103
Quadro 44 – Programa, projetos e ações de desenvolvimento institucional e setorial.	104
Quadro 51 – Matriz de determinação da probabilidade.	108
Quadro 52 – Matriz de determinação do impacto/consequência.	109
Quadro 53 – Matriz probabilidade x impacto para classificação do risco.	109
Quadro 54 – Classificação do risco.	110
Quadro 55 – Ações de Contingência e Emergência – SAA.	112
Quadro 56 – Plano de ação para riscos definidos como alto do SAA.	118
Quadro 57 – Grau de impacto dos cenários de acidentes e sua descrição.	124
Quadro 58 – Eventos, impactos, medidas e responsáveis – SES Parque dos Anjos.	125
Quadro 59 – Eventos, impactos, medidas e responsáveis – SES Breno Garcia.	128

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
2. DIAGNÓSTICO GERAL VOLTADO PARA OS INTERESSES DO SANEAMENTO	11
2.1. Caracterização geral da área	11
2.2. Aspectos ambientais	13
2.2.1. Clima.....	13
2.2.2. Geologia e geomorfologia	15
2.2.3. Hidrografia.....	19
2.2.3.1. Regiões hidrográficas	19
2.2.3.1.1. Região Hidrográfica do Guaíba	22
2.2.3.2. Disponibilidade, demanda e balanço hídrico	29
2.2.3.2.1. Recursos hídricos subterrâneos.....	29
2.2.3.2.1.1. Disponibilidade hídrica	29
2.2.3.2.1.2. Demanda hídrica.....	33
2.2.3.2.2. Recursos hídricos superficiais	38
2.2.3.2.2.1. Disponibilidade hídrica	38
2.2.3.2.2.2. Demanda hídrica.....	39
2.2.3.2.2.3. Balanço hídrico	40
2.2.3.2.2.4. Qualidade dos mananciais	42
2.2.3.2.2.4.1. Região Hidrográfica do Guaíba	43
2.2.3.3. Segurança hídrica	45
2.3. Aspectos bióticos	49
2.4. Aspectos socioeconômicos	51
2.4.1. Aspectos sociais	51
2.4.1.1. Demografia	51
2.4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano.....	52
2.4.1.3. Renda	55
2.4.1.4. Saúde.....	56
2.4.1.5. Educação.....	58
2.4.1.6. Uso e ocupação do solo	58
2.4.2. Aspectos econômicos.....	62
2.4.2.1. Atividades e vocações econômicas.....	62
2.4.2.2. Caracterização do mercado de trabalho	63
2.4.2.3. Panorama fiscal.....	64

3. DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	66
3.1. Abastecimento de água.....	66
3.1.1. Captação superficial	67
3.1.2. Estação de tratamento de água.....	68
3.1.3. Reservação.....	69
3.1.4. Estações de bombeamento de água	71
3.1.5. Rede de distribuição de água	72
3.1.6. Fluxograma esquemático do sistema	73
3.1.7. Identificação dos pontos vulneráveis	76
3.1.8. Identificação das áreas com maior demanda	78
3.2. Esgotamento sanitário	78
3.2.1. SES Breno Garcia	78
3.2.1.1. Rede coletora e estações de bombeamento de esgoto	78
3.2.1.2. Estação de tratamento de esgoto	79
3.2.1.3. Emissário e Ponto de lançamento.....	80
3.2.1.4. Fluxogramas.....	81
3.2.1.4.1. Fluxograma do sistema de esgotamento sanitário	82
3.2.1.4.1.1. ETE Breno Garcia	82
3.2.1.5. Identificação dos pontos críticos	83
3.2.2. SES Parque dos Anjos	83
3.2.2.1. Rede coletora e Estações de bombeamento de esgoto	83
3.2.2.2. Estação de tratamento de esgoto	84
3.2.2.3. Emissário e Ponto de lançamento.....	85
3.2.2.4. Fluxogramas.....	86
3.2.2.4.1. Fluxograma do sistema de esgotamento sanitário	86
3.2.2.4.2. ETE Parque dos Anjos	87
3.2.2.5. Identificação dos pontos críticos	88
3.2.3. SES Moradas do Vale II.....	89
3.2.4. SES Parque dos Eucaliptos	89
3.2.5. Sistema fossa séptica e filtro	89
4. OBJETIVOS E METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	90
4.1. Projeção populacional	90
4.1.1. Método utilizado para projeções populacionais	91
4.1.2. Objetivos, metas e indicadores	93
4.1.2.1. Metodologia do cálculo.....	94

4.1.2.2.	Nível de universalização dos serviços de água	95
4.1.2.3.	Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário	96
5.	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	97
5.1.	Premissas e diretrizes	97
5.2.	Abastecimento de água.....	98
5.2.1.	Programa, projetos e ações estruturais	98
5.2.2.	Programa, projetos e ações estruturantes	100
5.3.	Esgotamento sanitário	101
5.3.1.	Programa, projetos e ações estruturais	101
5.3.2.	Programa, projetos e ações estruturantes	102
5.4.	Programa de desenvolvimento institucional e setorial	104
5.5.	Fonte de Financiamento	105
6.	AÇÕES DE EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS	105
6.1.	Avaliação das vulnerabilidades do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário.....	106
6.2.	Abastecimento de água.....	108
6.2.1.	Categorização dos riscos/vulnerabilidades.....	108
6.2.1.1.	Definições dos critérios de vulnerabilidade.....	108
6.2.1.2.	Definições dos critérios de gravidade.....	109
6.2.2.	Critérios de priorização dos riscos/vulnerabilidades	110
6.2.3.	Plano de ações de emergências e contingências	111
6.2.4.	Demais ações contingência e emergência.....	119
6.2.5.	Avaliação de alternativas de suprimento hídrico, inclusive com definição de manancial de reserva para garantir o abastecimento em situações de falha ou insuficiência da captação original.....	119
6.2.6.	Monitoramento e controle dos mananciais	120
6.2.7.	Descrição do protocolo de comunicação com usuários de água potencialmente impactados pelo desabastecimento/risco ambiental devido a panes ou manutenções programadas e responsáveis pela comunicação.....	120
6.2.8.	Descrição dos procedimentos operacionais relacionados, abrangendo a localização das ferramentas e dos equipamentos de manutenção, e rotas de acesso aos pontos críticos	121
6.2.9.	Definição dos papéis e responsabilidades de operadores e demais funcionários durante as situações de emergências.....	122
6.3.	Esgotamento sanitário.....	124
6.4.	Boas práticas	130

7. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES	132
7.1. Indicadores operacionais	133
7.1.1. Nível de universalização dos serviços de água	134
7.1.2. Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário	135
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	137
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXO I – PROJEÇÃO POPULACIONAL	145

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este documento integra o Plano Regional de Água e Esgoto (PRAE), complementando-o, de modo que não poderá ser utilizado de forma independente, direcionado aos 317 municípios atendidos pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). O objetivo central do PRAE é estabelecer diretrizes e ações estratégicas que promovam a eficiência, a universalização e a sustentabilidade dos serviços de saneamento básico, visando melhorar a qualidade de vida da população e preservar os recursos naturais regionais.

O desenvolvimento do PRAE está em plena conformidade com a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conhecida como a Lei Nacional de Saneamento Básico, que estabelece os parâmetros de regulação e as obrigações para o setor em todo o território nacional. Adicionalmente, este plano incorpora as diretrizes e atualizações introduzidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que ampliou os critérios de prestação dos serviços, definiu metas de universalização e reforçou os mecanismos de fiscalização.

A abordagem adotada pelo PRAE é ampla e integrada, abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos da área abrangida. Após o diagnóstico das infraestruturas existentes, são definidos objetivos e metas para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que são complementados por programas, projetos e ações essenciais para o alcance desses objetivos.

Além disso, o documento integra mecanismos de emergência e contingência, preparados para oferecer respostas rápidas em situações imprevistas, como crises de escassez hídrica ou falhas nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Para assegurar a efetividade das ações, o plano também estabelece critérios e procedimentos específicos para monitorar e avaliar a eficiência e a eficácia das iniciativas implementadas. A avaliação contínua dos indicadores de desempenho permite identificar oportunidades de melhoria e realizar ajustes necessários, promovendo um ciclo de aprimoramento que favorece tanto a gestão operacional quanto a qualidade do atendimento oferecido aos municípios.

2. DIAGNÓSTICO GERAL VOLTADO PARA OS INTERESSES DO SANEAMENTO

Este capítulo apresenta um diagnóstico das condições atuais relacionadas ao saneamento básico na área de estudo. O objetivo é fornecer uma visão clara das questões ambientais, sociais e econômicas que influenciam os serviços de saneamento.

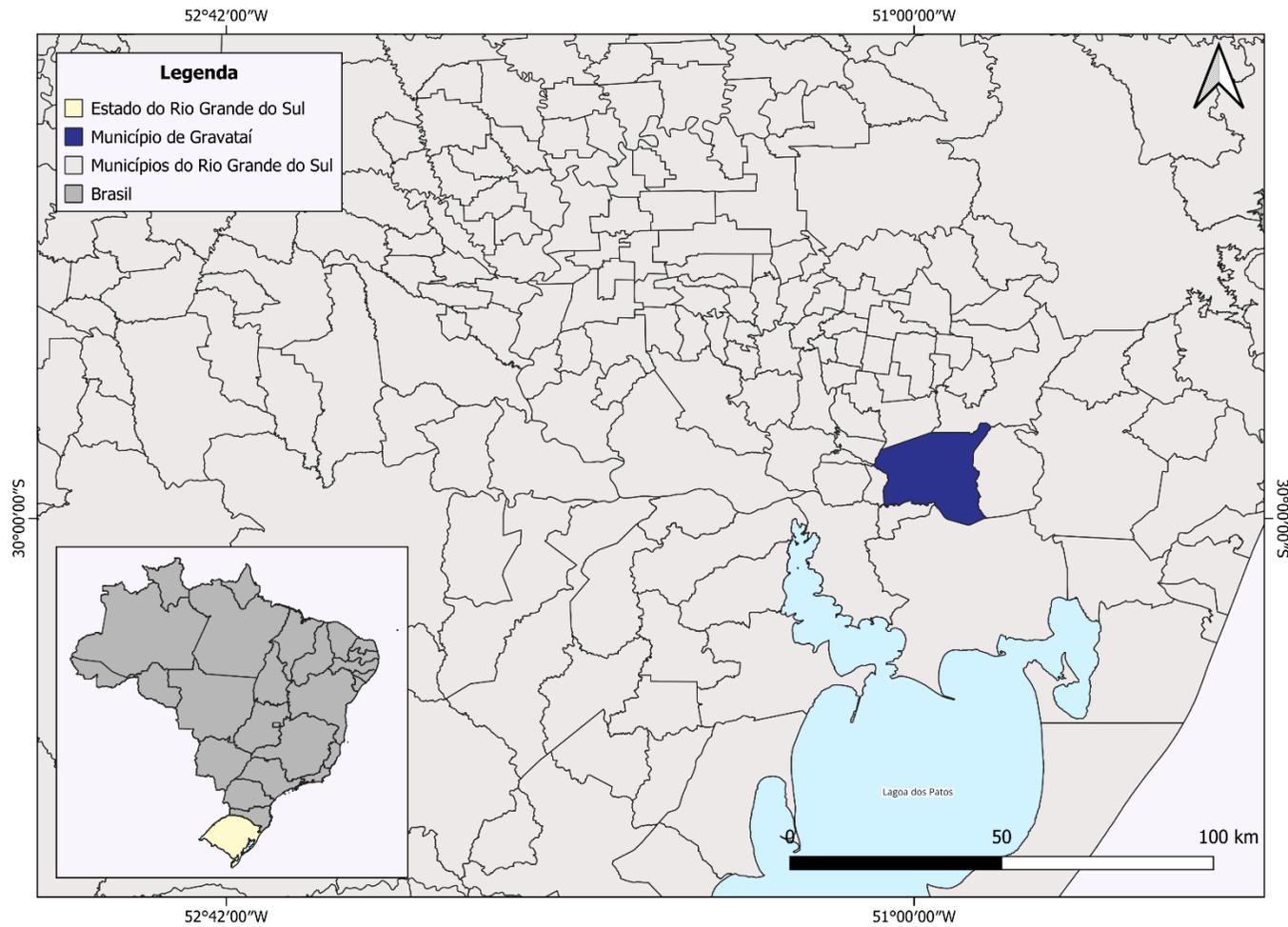
Este diagnóstico é fundamental para entender a situação atual e as necessidades específicas da região, servindo como base para o planejamento de ações futuras. Ao identificar os principais desafios e potencialidades, o capítulo busca proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias eficazes e sustentáveis que visem a universalização e a melhoria contínua dos serviços de saneamento.

2.1. Caracterização geral da área

O município de Gravataí, localizado no estado do Rio Grande do Sul, possui uma área total de 468,288 km² e uma população total de 265.074 habitantes, segundo o IBGE de 2022. O crescimento populacional em relação ao censo de 2010 foi de cerca de 3,7%, resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 566,05 habitantes por km².

Na **Figura 1**, está sendo apresentada a delimitação e localização do município.

Figura 1 – Localização e delimitação do município.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.2. Aspectos ambientais

Este capítulo aborda os aspectos ambientais que influenciam e são influenciados pelos serviços de saneamento básico na área de estudo. A análise foca nas interações entre os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e o meio ambiente, destacando a importância de equilibrar o desenvolvimento humano com a preservação dos recursos naturais.

2.2.1. Clima

O levantamento de dados climáticos é fundamental para o planejamento e a implementação de soluções adequadas em saneamento básico, considerando fatores como temperaturas médias anuais e índices pluviométricos. Esses dados permitem a elaboração de estratégias eficazes, especialmente em municípios que enfrentam desafios como secas prolongadas ou chuvas intensas. A gestão eficiente dos recursos hídricos e a resiliência da infraestrutura de saneamento são fortalecidas, garantindo a sustentabilidade e a qualidade de vida.

O estado do Rio Grande do Sul está dividido entre as zonas climáticas Cfa e Cfb, conforme a classificação de Köppen.

O tipo "Cfa" é caracterizado por chuvas ao longo de todos os meses do ano, com a temperatura do mês mais quente superior a 22°C e a do mês mais frio superior a 3°C. Por outro lado, o tipo "Cfb" também apresenta chuvas durante todo o ano, mas a temperatura do mês mais quente é inferior a 22°C e a do mês mais frio é superior a 3°C.

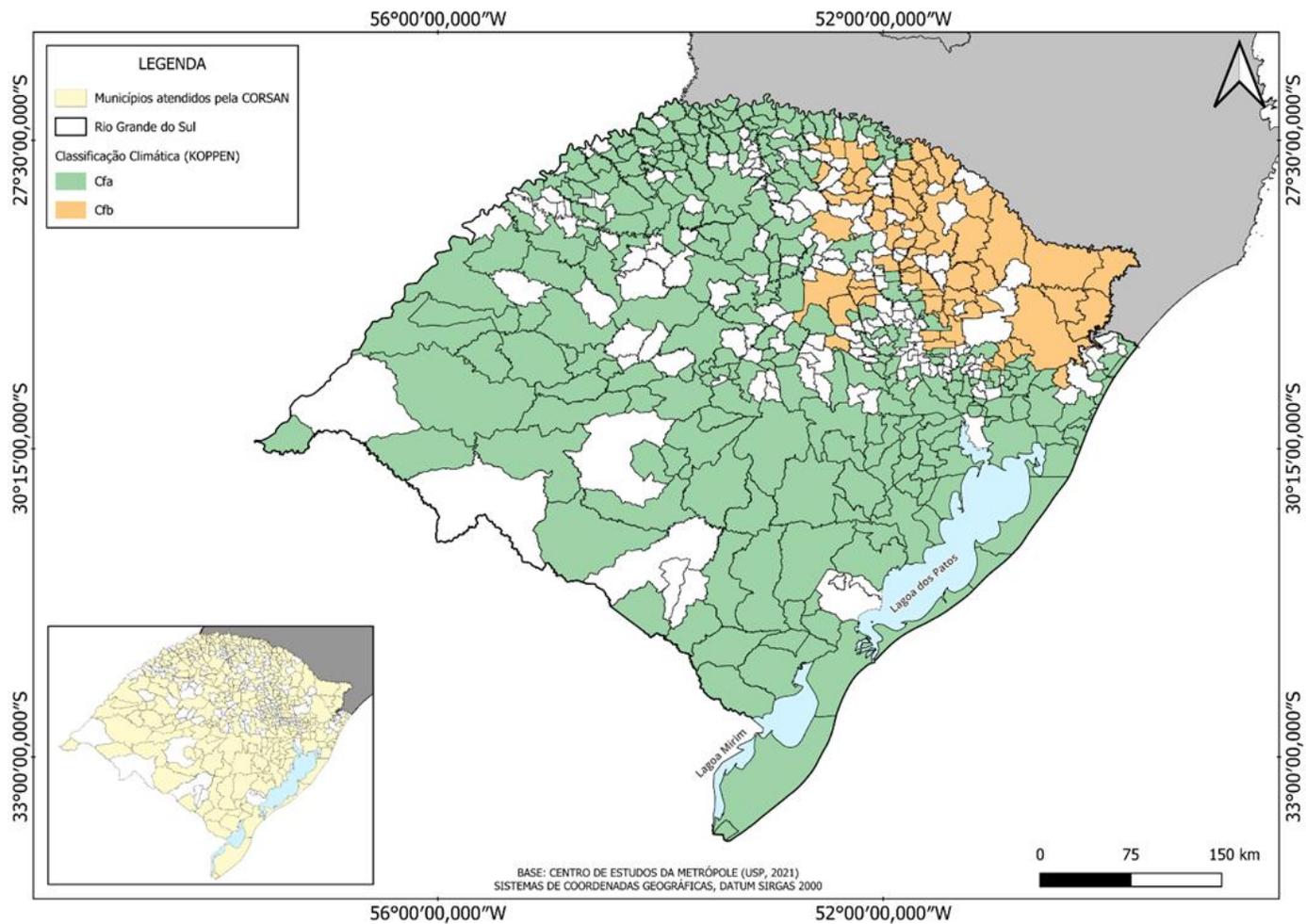
A **Figura 2** ilustra a classificação climática dos municípios dos municípios atendidos pela CORSAN, enquanto o **Quadro 1** foca especificamente no município em estudo.

Quadro 1 – Classificação climática do município.

Município	Classificação climática
Gravataí	Cfa

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 2 – Classificação Climática (KOPPEN) dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.2.2. Geologia e geomorfologia

A geologia envolve o estudo das características estruturais do solo e das rochas que compõem o território. No contexto do plano regional de saneamento, a compreensão das formações geológicas é essencial para garantir a adequação e a segurança das obras de infraestrutura.

De acordo com dados do Banco de Dados e Informações Ambientais (IBGE, 2024), a distribuição das províncias estruturais do estado do Rio Grande do Sul varia entre 5 (cinco) classificações, tendo 63,25% da área do estado localizada na província Paraná e 14,51% coberta pela província Mantiqueira, ainda se tem que 10,29% da área está contida na Cobertura Cenozoica, e as demais áreas compreendem a província “Costeira e Margem Continental” (5,62%) e o “Corpo D’água Continental” (6,32%).

A **Figura 3**, que apresenta a classificação das províncias estruturais dos municípios operados pela CORSAN, ilustra as principais formações geológicas presentes na região.

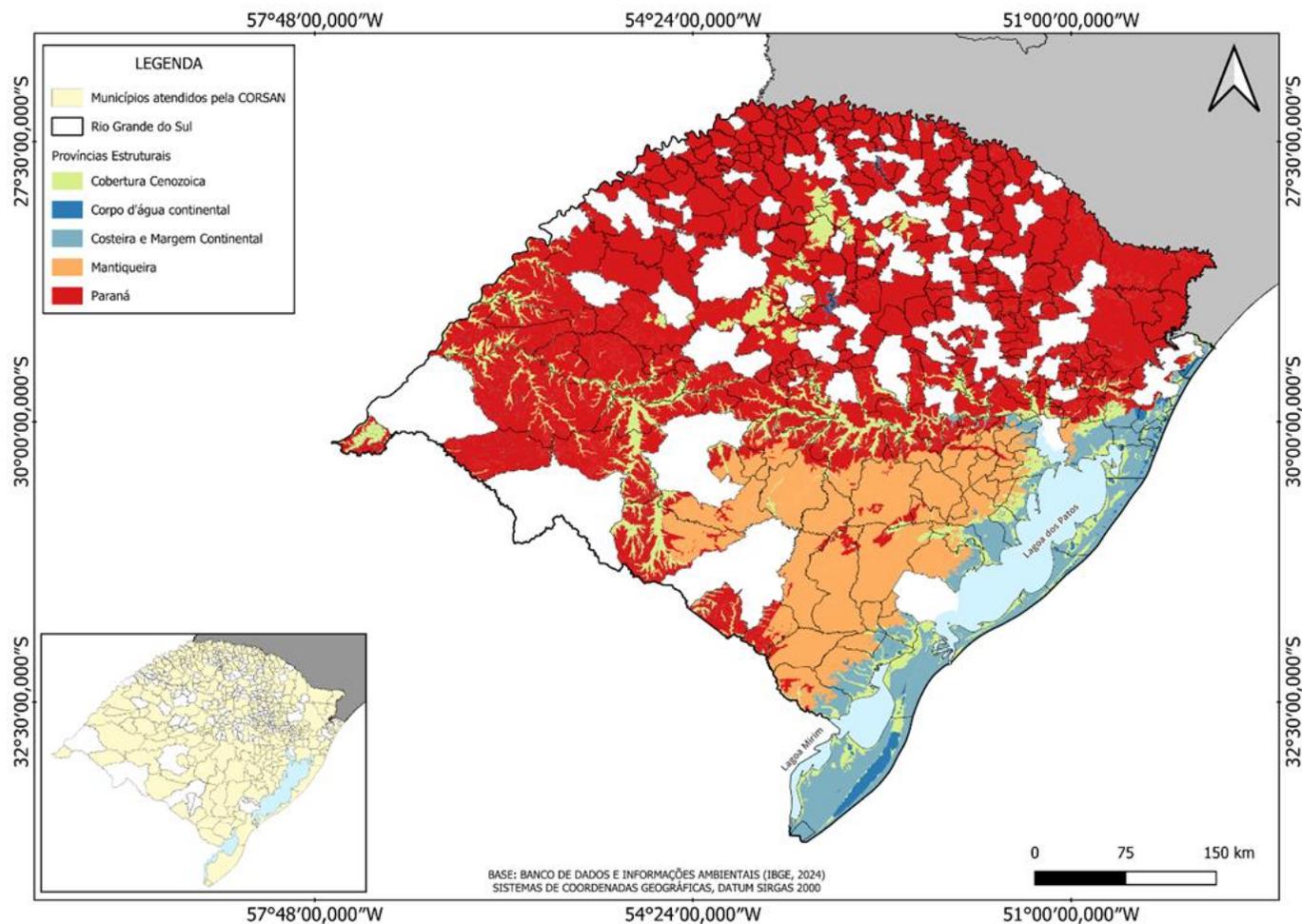
O **Quadro 2** apresenta as formações geológicas do município em estudo.

Quadro 2 – Classificação das províncias estruturais do município.

Município	Formações geológicas	Cobertura territorial
Gravataí	Cobertura Cenozoica	10,5%
	Corpo d'água continental	1,0%
	Paraná	88,5%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 3 – Classificação de províncias estruturais dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A geomorfologia, por sua vez, foca no estudo das formas do relevo e suas interações com os processos erosivos, deposicionais e dinâmicas climáticas. Na classificação por unidades geomorfológicas, no estado do Rio Grande do Sul predomina a unidade do Planalto dos Campos Gerais (15,41%), seguido do Planalto das Missões (14,76%) e do Planalto da Campanha (12,60%),

A **Figura 4** expõe as unidades geomorfológicas da área de operação da CORSAN, ilustra a variedade de formações de relevo presentes na região, como planícies, colinas e depressões, cada uma com implicações específicas para o planejamento urbano e ambiental.

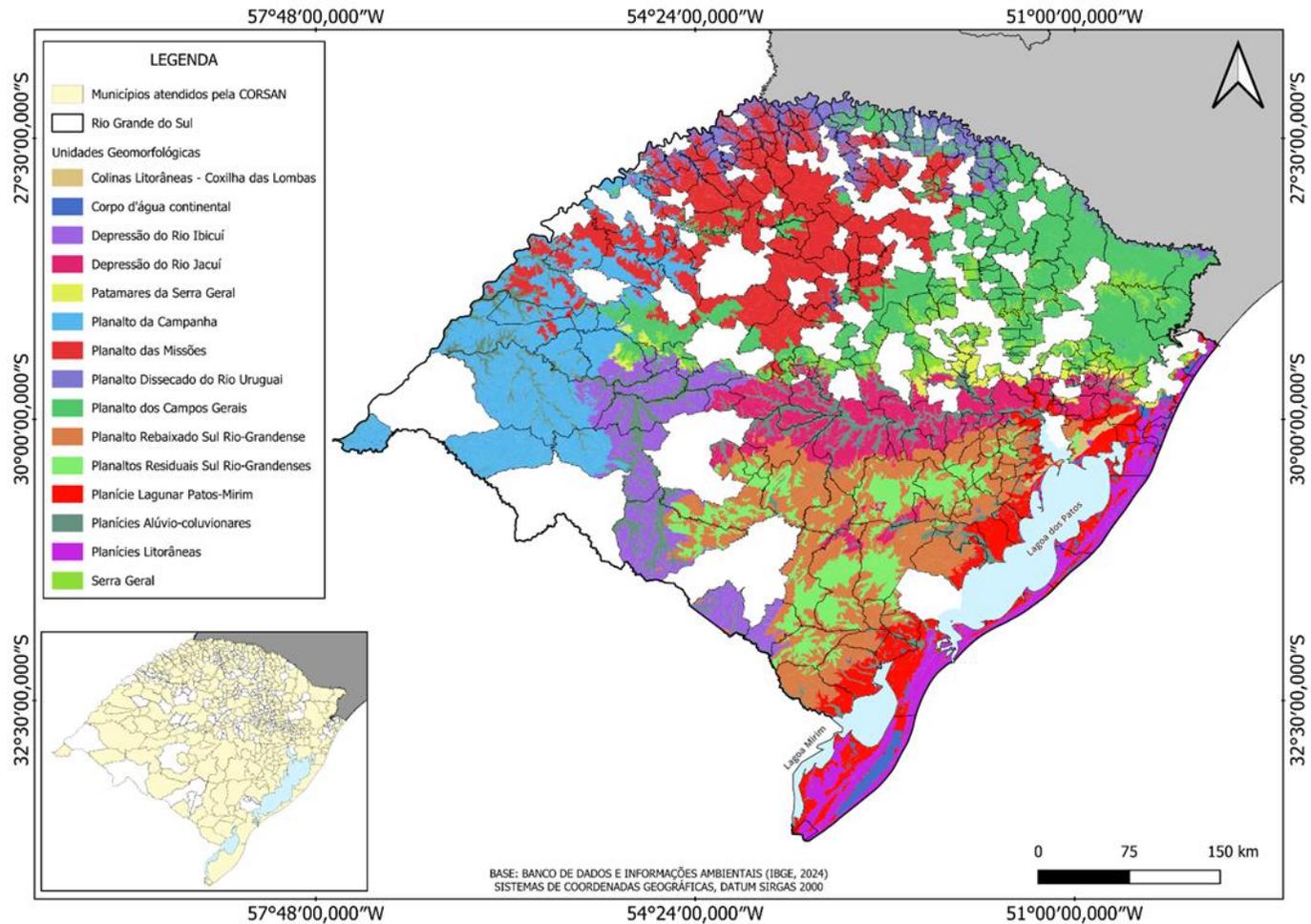
O **Quadro 3** apresenta as unidades geomorfológicas do município em estudo.

Quadro 3 – Unidades geomorfológicas do município.

Município	Unidades geomorfológicas	Cobertura territorial
Gravataí	Corpo d'água continental	1,0%
	Depressão do Rio Jacuí	80,6%
	Patamares da Serra Geral	8,5%
	Planície Lagunar Patos-Mirim	9,9%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 4 – Unidades geomorfológicas da região dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.2.3. Hidrografia

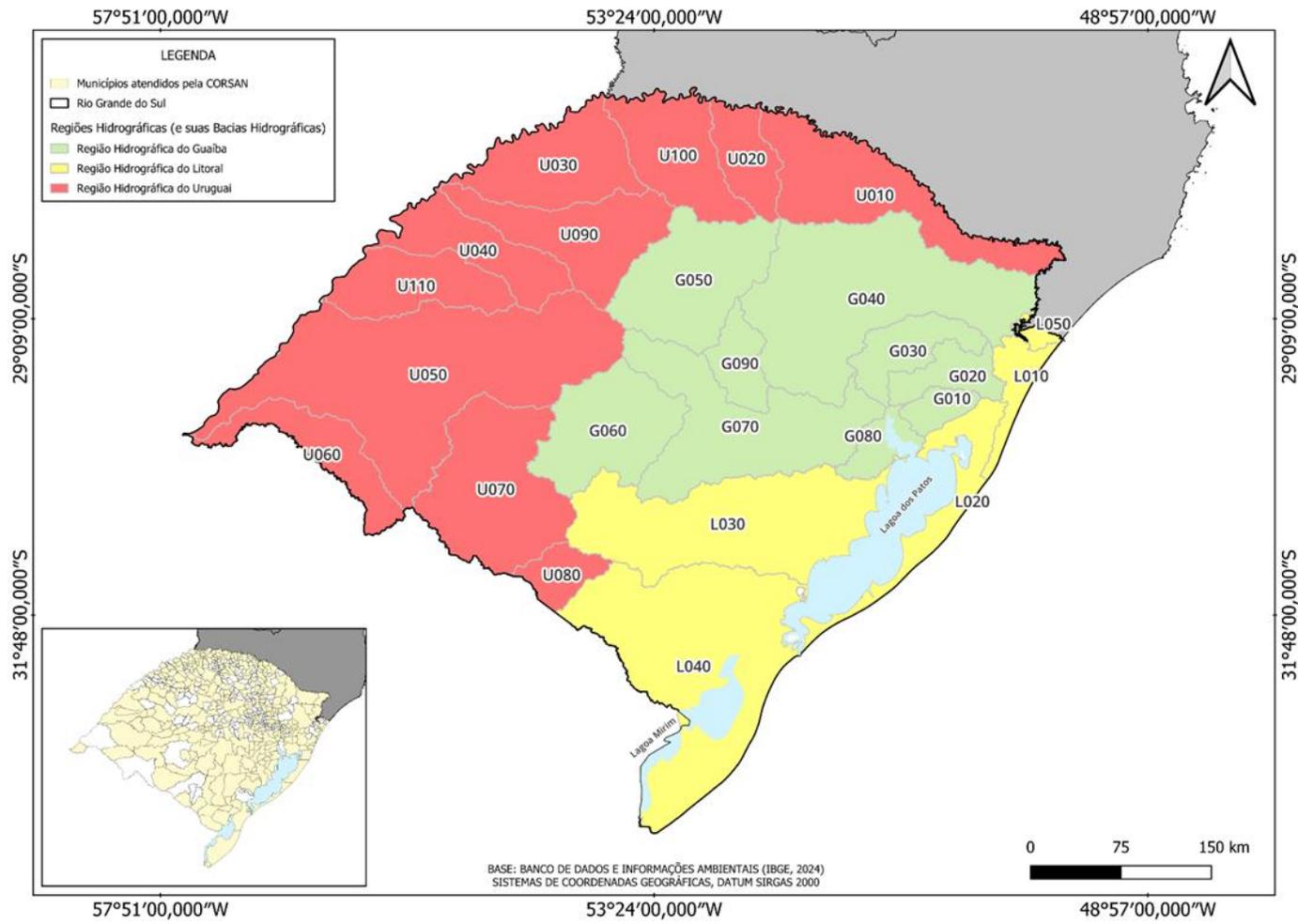
A hidrografia, estudo das águas presentes na superfície terrestre, desempenha um papel crucial na gestão ambiental. O manejo sustentável das águas urbanas é fundamental, pois busca aproximar a população dos recursos hídricos de forma a melhorar o convívio ao redor desses corpos d'água.

2.2.3.1. Regiões hidrográficas

As Regiões Hidrográficas são divisões territoriais fundamentais para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois consideram as características físicas, econômicas, sociais e ambientais de cada localidade, respeitando suas individualidades.

Segundo a Lei Estadual nº10.350/1994, o Estado do Rio Grande do Sul é dividido em 3 (três) Regiões Hidrográficas: Região Hidrográfica da Bacia do Rio Uruguai, Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba e a Região Hidrográfica do Litoral. Dentro dessas regiões, estão inseridas as 25 Bacias Hidrográficas do estado.

Figura 5 – Regiões Hidrográficas do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme apresentado na **Figura 5**, as Bacias Hidrográficas possuem códigos de identificação. O **Quadro 4** relaciona as respectivas bacias com seus códigos e suas áreas correspondentes.

Quadro 4 – Áreas das Regiões e Bacias Hidrográficas do Rio Grande Sul.

Região Hidrográfica	Bacia Hidrográfica	Código	Área (km ²)
Guaíba	Gravataí	G10	2.008,93
	Sinos	G20	3.680,04
	Caí	G30	4.957,74
	Taquari - Antas	G40	26.323,76
	Alto Jacuí	G50	13.037,20
	Vacacaí – Vacacaí Mirim	G60	11.085,77
	Baixo Jacuí	G70	17.370,48
	Lago Guaíba	G80	2.459,91
	Pardo	G90	3.631,24
	Total	9 bacias	84.555,07
Litoral	Tramandaí	L10	2.745,73
	Litoral Médio	L20	6.472,10
	Camaquã	L30	21.517,58
	Mirim -São Gonçalo	L40	25.666,83
	Mampituba	L50	683,76
	Total	5 bacias	57.085,98
Uruguai	Apuaê - Inhandava	U10	14.510,51
	Passo Fundo	U20	4.847,25
	Turvo - Santa Rosa-Santo Cristo	U30	10.824,02
	Piratirim	U40	7.647,26
	Ibicuí	U50	35.041,38
	Quarai	U60	6.658,78
	Santa Maria	U70	15.665,92
	Negro	U80	3.005,24
	Ijuí	U90	10.704,60
	Várzea	U100	9.508,42
	Butuí-Icamaquã	U110	8.025,76
	Total	11 bacias	126.439,14

Fonte: Elaboração própria (2024); PERH-RS (2007).

O município em estudo está situado na Região Hidrográfica e na Bacia Hidrográfica apresentadas no **Quadro 5**.

Quadro 5 – Região e Bacia Hidrográfica do município.

Município	Região Hidrográfica	Bacia Hidrográfica
Gravataí	Guaíba	Gravataí

Fonte: Elaboração própria (2024).

A seguir, essas informações serão detalhadas.

2.2.3.1.1. Região Hidrográfica do Guaíba

A Região Hidrográfica do Guaíba está localizada na parte central do Rio Grande do Sul. Com uma área de aproximadamente 84.555 km², abrange cerca de 30% da área do Estado e contempla 232 municípios.

De acordo com o Plano Estadual de Saneamento (PLANESAN, 2021), a distribuição dos municípios por bacia é realizada com base na maior parte de seu território estar localizada em uma determinada bacia hidrográfica (SEMA, 2020). Assim, cada município é associado a apenas uma bacia, mesmo que tenha partes de seu território em outras. Essa distribuição pode ser observada na **Figura 6**.

No **Quadro 6**, são apresentados os municípios contemplados neste Plano que integram a Região Hidrográfica do Guaíba.

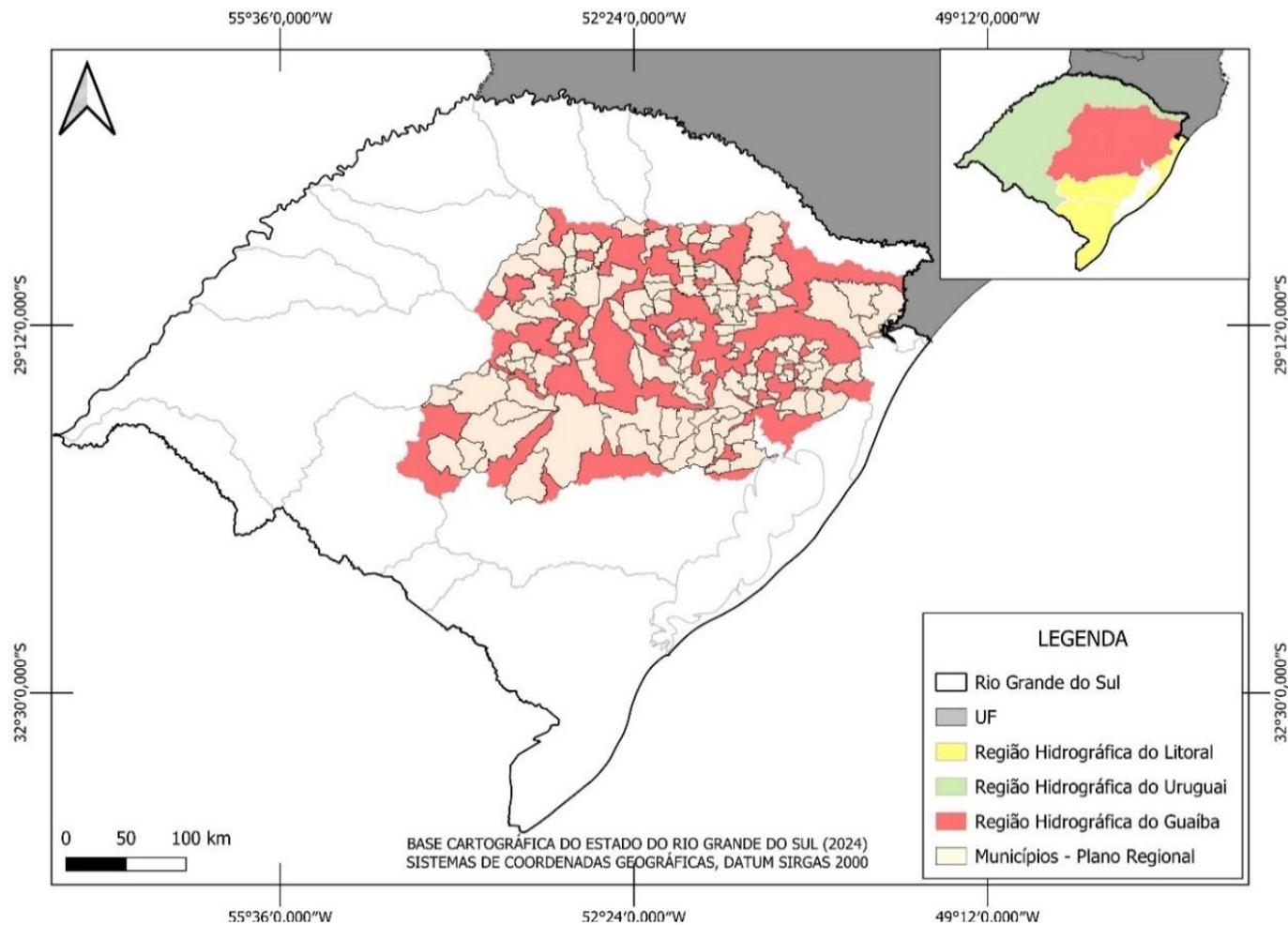
Quadro 6 – Relação dos municípios por Bacia Hidrográfica na Região Hidrográfica do Guaíba.

Bacia Hidrográfica	Municípios
Gravataí	Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha.
Sinos	Campo Bom, Canela, Canoas, Estância Velha, Esteio, Igrejinha, Nova Hartz, Parobé, Portão, Riozinho, Rolante, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas.
Caí	Barão, Capela de Santana, Dois Irmãos, Feliz, Gramado, Montenegro, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Nova Santa Rita, Salvador do Sul, Santa Maria do Herval, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí.
Taquari - Antas	Antônio Prado, Arroio do Meio, Arvorezinha, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Cambará do Sul,

Bacia Hidrográfica	Municípios
	Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Casca, Ciríaco, Cotiporã, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Encantado, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Garibaldi, General Câmara, Guaporé, Ibiraiaras, Ilópolis, Ipê, Itapuca, Jaquirana, Lajeado, Marau, Marques de Souza, Muitos Capões, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Paverama, Pinto Bandeira, Putinga, Roca Sales, Santa Cruz do Sul, São Francisco de Paula, São Jorge, São José do Herval, São Marcos, Serafina Corrêa, Taquari, Venâncio Aires, Veranópolis, Vila Flores.
Alto Jacuí	Alto Alegre, Arroio do Tigre, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Júlio de Castilhos, Lagoão, Não-Me-Toque, Passo Fundo, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Sobradinho, Soledade, Tapera e Victor Graeff.
Vacacaí – Vacacaí Mirim	Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara, Restinga Seca, Santa Maria, Santa Margarida do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Vila Nova do Sul.
Baixo Jacuí	Agudo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Charqueadas, Dona Francisca, Eldorado do Sul, Faxinal do Soturno, Ivorá, Lagoa Bonita do Sul, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Nova Palma, Pantano Grande, Rio Pardo, São Jerônimo e Triunfo.
Lago Guaíba	Barra do Ribeiro, Guaíba e Sertão Santana.
Pardo	Candelária e Passa Sete.

Fonte: Elaboração própria (2024). PLENESAN (2021).

Figura 6 – Municípios do Plano Regional inseridos na Região Hidrográfica do Guaíba.



Fonte: Elaboração própria (2024). PLENESAN (2021). Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

O **Quadro 7**, por sua vez, relaciona as populações desses mesmos municípios com as respectivas Bacias, considerando as taxas de urbanização das Bacias apresentadas no PLANESAN (2021).

Quadro 7 – População urbana residente na Região Hidrográfica Guaíba.

Bacia Hidrográfica	População Urbana	População Total	Taxa de Urbanização	População Urbana na Bacia Hidrográfica
Gravataí	608.751	639.243	97,2%	621.344
Sinos	989.275	1.033.622	96,2%	994.344
Caí	223.754	266.107	83,8%	222.998
Taquari - Antas	854.776	1.071.323	85,3%	913.839
Alto Jacuí	394.890	450.938	85,5%	385.552
Vacacaí–Vacacaí Mirim	295.059	331.190	90,2%	298.733
Baixo Jacuí	287.189	372.992	79%	294.664
Lago Guaíba	101.151	111.012	99,3%	110.235
Pardo	15.485	32.888	43,4%	14.273
Total	3.770.331	4.309.315	-	3.855.982

Fonte: Elaboração própria (2024). IBGE (2022). PLANESAN (2021).

Os principais cursos d’água da Região Hidrográfica do Guaíba, bem como os principais usos da água estão apresentados no **Quadro 8**.

Quadro 8 – Cursos d’água da Região Hidrográfica do Guaíba e principais usos.

Bacia Hidrográfica	Cursos D’água	Principais Usos da Água
Gravataí	Rio Gravataí e os arroios Veadinho, Três Figueiras, Feijó, Demétrio, Arroio da Figueira e Arroio do Vigário. Abrange os banhados do Chico Lomã, Grande e dos Pachecos.	Abastecimento público, diluição de esgotos domésticos e efluentes industriais e irrigação de lavouras de arroz
Sinos	Rio Rolante, Rio da Ilha, Rio Paranhana e o Rio dos Sinos.	Abastecimento público, uso industrial e irrigação
Caí	Rio Caí, Arroios Cará, Cadeia, Forromeco, Mauá, Maratá e Piaí.	Irrigação, uso industrial e abastecimento público
Taquari-Antas	Rio das Antas, Rio Tainhas, Rio Lageado Grande, Rio Humatã, Rio Carreiro, Rio Guaporé, Rio Forqueta, Rio Forquetinha e o Rio Taquari.	Irrigação, abastecimento público, agroindústria e dessedentação de animais
Alto Jacuí	Rios Jacuí, Jacuí-mirim, Jacuízinho, dos Caixões e Soturno.	Irrigação, dessedentação animal e consumo humano

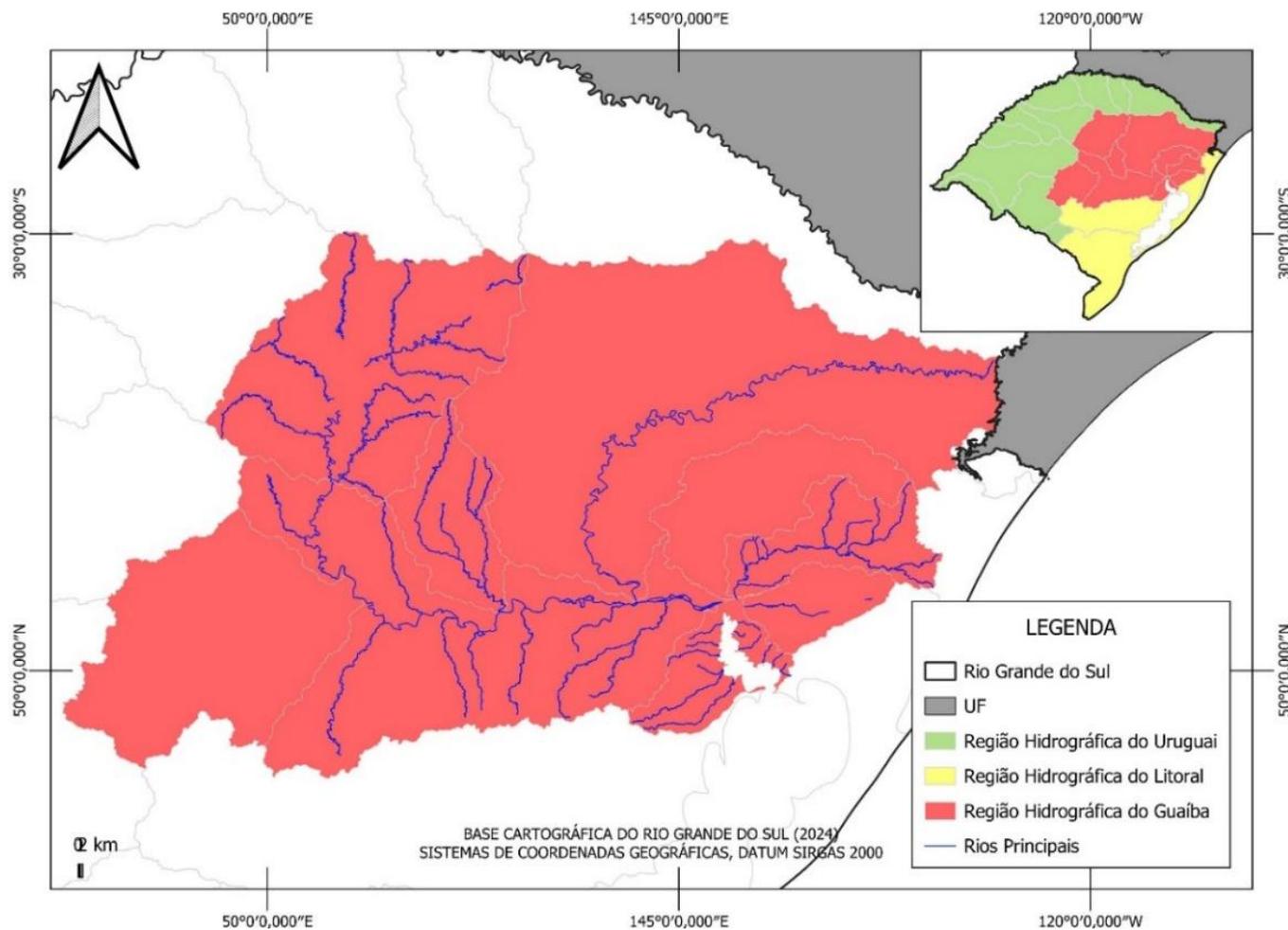
Bacia Hidrográfica	Cursos D'água	Principais Usos da Água
Vacacaí-Vacacaí Mirim	Arroio Igá, Acangupa e Arenal e os rios Vacacaí, dos Corvos, São Sepé e Vacacaí Mirim.	Irrigação, dessedentação de animais e abastecimento público
Baixo Jacuí	Arroios Irapuã, Capané, Botucacaí, Capivari, do Conde, dos Ratos, dos Cachorros, Ibacurú e o Rio Jacuí.	Irrigação, uso industrial e abastecimento humano
Lago Guaíba	Arroio do Petim, Arroio Araçá, Arroio Capivara, Arroio Douradinho e o Lago Guaíba.	Abastecimento público e irrigação
Pardo	Rio Pardinho, Rio Pequeno, Arroio Andréas, Arroio Francisco Alves e o Rio Pardo.	Irrigação

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2020).

No contexto do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH) do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 10.350/1994 estabelece que os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) têm a função de propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos d'água da bacia hidrográfica em classes de uso e conservação.

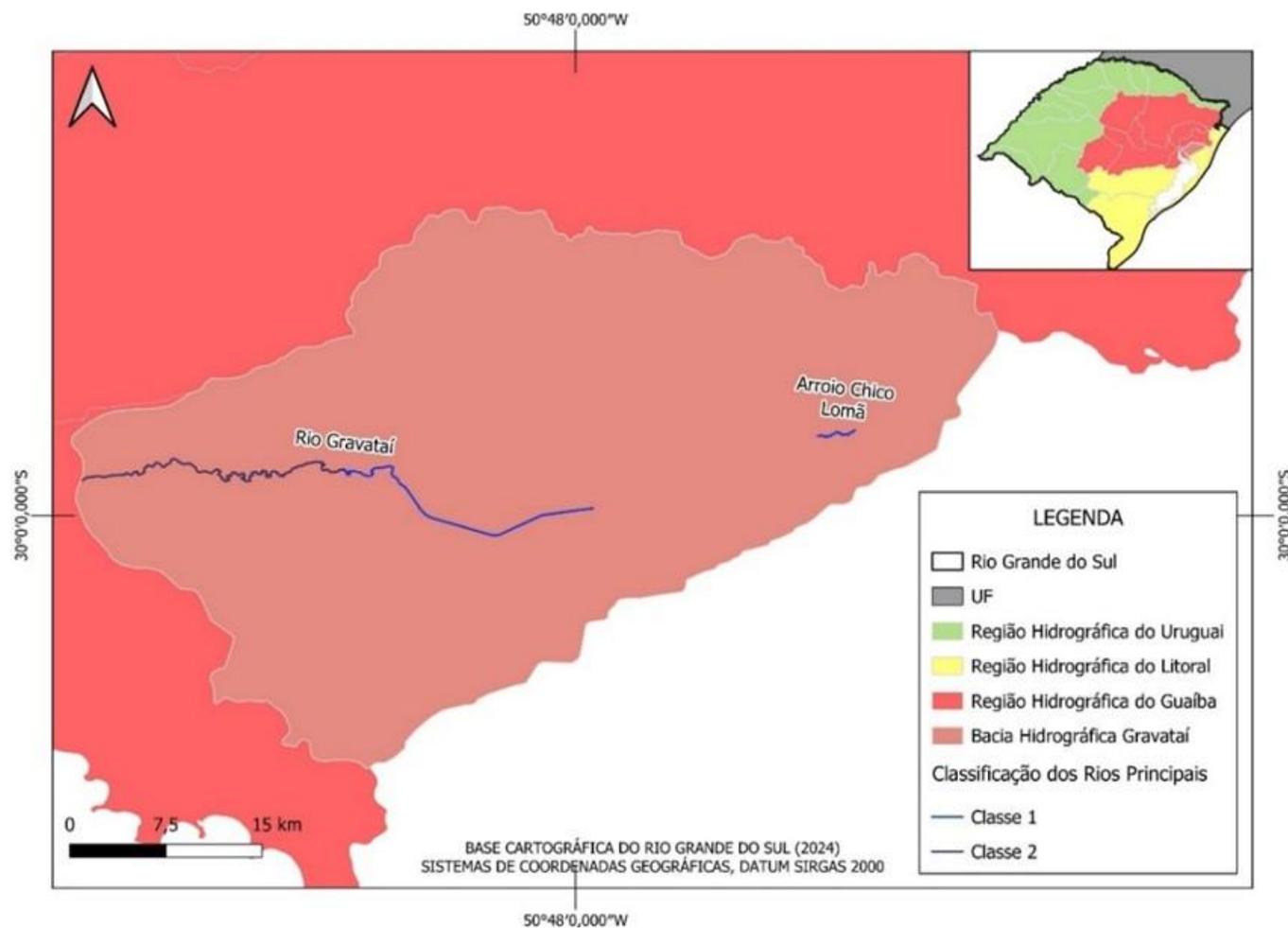
A **Figura 7** apresenta a hidrografia da Região do Guaíba, mostrando os rios principais. Já a **Figura 8** apresenta o enquadramento que consta na Resolução de Enquadramento do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) de cada um desses principais rios da Região.

Figura 7 – Rios principais da Região Hidrográfica do Guaíba.



Fonte: Elaboração própria (2024). Base Cartográfica do Rio Grande do Sul (2024).

Figura 8 – Enquadramento dos rios principais na Bacia Hidrográfica Gravataí.



Fonte: Elaboração própria (2024). Base Cartográfica do Rio Grande do Sul (2024).

2.2.3.2. Disponibilidade, demanda e balanço hídrico

2.2.3.2.1. Recursos hídricos subterrâneos

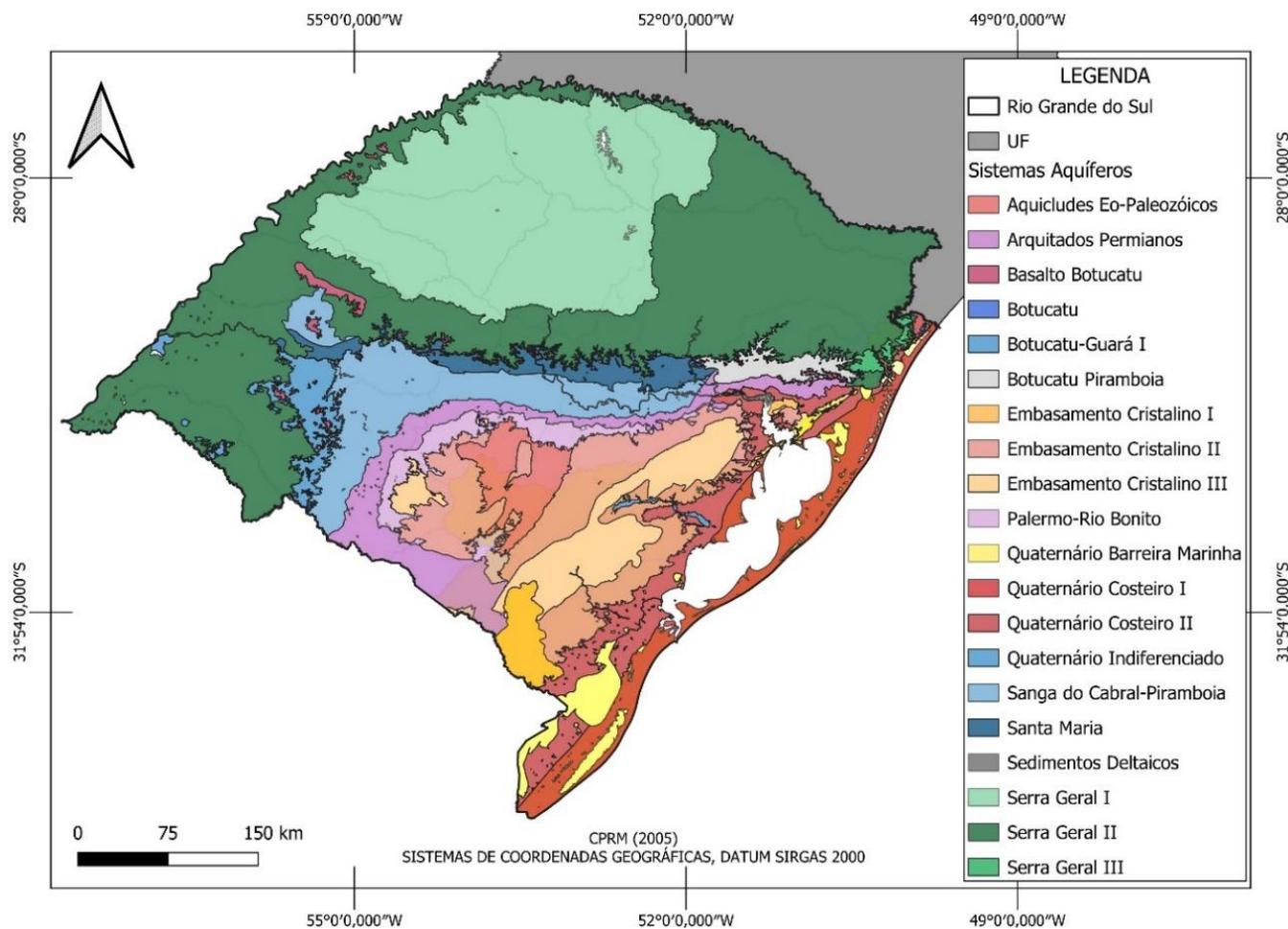
2.2.3.2.1.1. Disponibilidade hídrica

A disponibilidade hídrica refere-se à quantidade e qualidade de água acessível em determinado local para diversos usos.

Conforme o Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), a quantificação da disponibilidade hídrica subterrânea ainda enfrenta desafios. Isso se deve ao fato de que os estudos sobre águas subterrâneas são restritos à área acadêmica. Além disso, a outorga dos poços considera apenas o ensaio de bombeamento individual de cada intervenção, sem uma abordagem abrangente que contemple o aquífero em sua totalidade.

No Rio Grande do Sul são identificados 21 aquíferos, caracterizados no **Quadro 9** e apresentados na **Figura 9**.

Figura 9 – Sistemas Aquíferos do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaboração própria (2024). CPRM (2005).

Quadro 9 – Aquíferos do Estado do Rio Grande do Sul.

Aquífero	Porcentagem de área no RS	Descrição
Sistema Aquífero Serra Geral II - (sg2)	32,81%	O Sistema Aquífero Serra Geral I está localizado na parte oeste do Estado, próximo aos limites das rochas vulcânicas com o rio Uruguai, incluindo extensas áreas associadas aos derrames da Unidade Hidroestratigráfica Serra Geral. Sua litologia é predominantemente composta por riolitos, riolitos e basaltos fraturados em menor proporção. A capacidade específica geralmente é baixa, em torno de 0,5 m ³ /h/m, com exceções em áreas de fraturas que podem chegar a 2 m ³ /h/m. As salinidades são geralmente baixas, frequentemente inferiores a 250 mg/l.
Sistema Aquífero Serra Geral I – (sg1)	21,09%	O Sistema Aquífero Serra Geral I está na parte centro-oeste do planalto rio-grandense, abrangendo municípios como Soledade, Tupanciretã, Santo Antônio das Missões, Santa Rosa, Tenente Portela, Nonoai, Erechim e Passo Fundo. Sua litologia é basáltica, com formações amigdalóides e fraturadas, cobertas por solo avermelhado espesso. A capacidade específica varia de 1 a 4 m ³ /h/m, às vezes excedendo 4 m ³ /h/m, e as salinidades são geralmente inferiores a 220 mg/l.
Sistema Aquífero Embasamento Cristalino II – (ec2)	8,35%	O Aquífero Embasamento Cristalino II abrange áreas nos limites do embasamento cristalino, incluindo municípios como Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul e uma pequena parte de Porto Alegre. Sua litologia é composta por rochas graníticas, gnáissicas, andesíticas, xistos, filitos e calcários metamorfizados, frequentemente afetadas por fraturas e falhas. As capacidades específicas são geralmente inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e as salinidades são menores que 300 mg/l.
Sistema Aquífero Sanga do Cabral/Pirambóia – (sp)	6,37%	O Aquífero Sanga do Cabral/Pirambóia aflora desde a fronteira com o Uruguai até a região de Taquari. Sua litologia inclui camadas siltico-arenosas avermelhadas com matriz argilosa e arenitos finos a muito finos, avermelhados, com cimento calcífero. As capacidades específicas variam de 0,5 a 1,5 m ³ /h/m. A salinidade varia de 100 mg/l em áreas aflorantes a mais de 300 mg/l em áreas confinadas. No centro do Estado, são encontradas salinidades muito altas, de 3000 a 5000 mg/l.
Sistema Aquíferos Permianos – (ap)	4,79%	O Sistema Aquíferos Permianos está localizado em uma estreita faixa na depressão periférica, circundando o embasamento cristalino do sul ao leste do Estado, de Candiota a Taquara. Sua litologia inclui siltitos argilosos, argilitos cinza-escuros, folhelhos pirobetuminosos e pequenas camadas de margas e arenitos. As capacidades específicas são geralmente inferiores a 0,1 m ³ /h/m. A água pode ser dura, com alta concentração de sais de cálcio e magnésio.
Sistema Aquífero Quaternário Costeiro II – (qc2)	4,70%	O Sistema Aquífero Quaternário Costeiro II ocorre nos sedimentos da planície costeira, estendendo-se de Santa Vitória do Palmar até Torres. Sua litologia é principalmente composta por sucessões de areias finas inconsolidadas, esbranquiçadas, com intercalações de argila cinza e camadas pelíticas cimentadas. As capacidades específicas variam de 0,5 a 1,5 m ³ /h/m. Os sólidos totais dissolvidos apresentam variação entre 600 e 2000 mg/l.
Sistema Aquífero Embasamento Cristalino III – (ec3)	4,51%	O Aquífero Embasamento Cristalino III está nas áreas elevadas do escudo cristalino, com litologia de rochas graníticas, gnáisses, riolitos e andesitos pouco alterados. Devido à ausência de fraturas, há baixa disponibilidade para perfuração de poços.

Aquífero	Porcentagem de área no RS	Descrição
Sistema Aquífero Quaternário Costeiro I – (qc1)	4,02%	O Sistema Aquífero Quaternário Costeiro I abrange todos os aquíferos associados aos sedimentos da planície costeira do Estado, estendendo-se do Chuí até Torres. Sua litologia consiste em camadas inconsolidadas de areia fina a média, esbranquiçada, intercaladas com camadas siltico-arenosas e argilosas. As capacidades específicas são geralmente altas, frequentemente ultrapassando 4 m ³ /h/m, e as salinidades são inferiores a 400 mg/l, embora ocasionalmente possam ocorrer águas cloretadas com maior salinidade.
Sistema Aquífero Palermo/Rio Bonito - (pr)	2,30%	O Aquífero Palermo/Rio Bonito circunda a região alta do embasamento cristalino, de Candiota até Santo Antônio da Patrulha. Sua litologia é composta por arenitos finos a médios, cinza esbranquiçados, intercalados com camadas de siltito argiloso e carbonosos cinza-escuros. As capacidades específicas são baixas, inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e a salinidade varia de 800 a 1500 mg/l.
Sistema Aquífero Santa Maria – (sm)	2,21%	O Aquífero Santa Maria aflora na região central do Estado, entre Mata e Taquari. Sua litologia inclui arenitos grossos a conglomeráticos na base, lamitos avermelhados, siltitos e arenitos finos a médios no topo. As capacidades específicas variam de 0,5 a 1 m ³ /h/m em áreas aflorantes e podem atingir 4 m ³ /h/m em áreas confinadas. A salinidade varia de 50 a 500 mg/l, mas pode ultrapassar 2000 mg/l em áreas confinadas, com teores de flúor acima do limite potável.
Sistema Aquicludes Eo-Paleozóicos – (ep)	2,19%	Os Aquicludes Eo-Paleozóicos estão localizados no centro ao leste do embasamento cristalino, entre Caçapava do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Vila Nova do Sul. Sua litologia é composta por arenitos finos a médios, róseos e avermelhados, extremamente endurecidos por cimentos ferruginosos, calcínicos e silicosos, o que resulta em baixa porosidade e impermeabilização da rocha, impedindo vazões significativas de água.
Sistema aquífero Botucatu/Guará I – (bg1)	1,92%	O Aquífero Botucatu/Guará I aflora na fronteira oeste, entre Santana do Livramento e Jaguarí. Sua litologia é principalmente composta por arenitos médios a finos, quartzosos, róseos e avermelhados, com intercalações pélticas e cimento argiloso na unidade Guará. As capacidades específicas variam de 1 a 3 m ³ /h/m nas áreas aflorantes, com sólidos dissolvidos totais geralmente abaixo de 250 mg/l. Nas áreas confinadas (Santana do Livramento, Alegrete, Uruguiana, Itaqui e São Borja), as capacidades específicas ultrapassam 4 m ³ /h/m, podendo chegar até 10 m ³ /h/m, e os sólidos totais dissolvidos variam de 250 a 400 mg/l.
Sistema Aquífero Embasamento Cristalino I – (ec1)	1,30%	O Sistema Aquífero Embasamento Cristalino I está localizado na região sul do Rio Grande do Sul, entre Jaguarão e Pinheiro Machado, e também no nordeste do escudo sul-riograndense em Porto Alegre. Caracteriza-se por granitos e basaltos muito fraturados na fronteira com o Uruguai. As capacidades específicas são geralmente inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e a salinidade raramente excede 200 mg/l.
Sistema Aquífero Botucatu/Pirambóia – (bp)	1,14%	O Sistema Aquífero Botucatu/Pirambóia abrange principalmente a área entre Taquari e Santo Antônio da Patrulha, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Composto por arenitos médios e endurecidos, sua litologia apresenta condições desfavoráveis para armazenamento de água. Os arenitos finos são muito argilosos, resultando em baixas capacidades específicas, cerca de 0,5 m ³ /h/m, e salinidades inferiores a 250 mg/l.

Aquífero	Porcentagem de área no RS	Descrição
Sistema Aquífero Basalto/Botucatu – (bb)	0,80%	O Sistema Aquífero Basalto/Botucatu está situado entre a fronteira oeste e a região das missões, abrangendo morros de basalto sobre arenitos da Unidade Hidroestratigráfica Botucatu. Essas áreas são muito desfavoráveis para armazenamento de água subterrânea, resultando em poços secos ou com vazões muito baixas.
Sistema Aquífero Botucatu/Guará II – (bg2)	0,61%	O Sistema Aquífero Botucatu/Guará II está localizado na região oeste do Estado, incluindo municípios como Manoel Viana, São Francisco de Assis, Maçambará e Itaqui. Sua litologia é composta por arenitos finos a médios, róseos a avermelhados, com intercalações siltico-arenosas. As capacidades específicas são geralmente baixas, inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e os sólidos dissolvidos totais raramente ultrapassam 150 mg/l.
Sistema Aquífero Serra Geral III – (sg3)	0,28%	O Sistema Aquífero Serra Geral III está localizado nas partes elevadas da unidade Serra Geral, na região Litorânea e em morros isolados de basalto no noroeste do Estado. A litologia varia de ácida (riolitos e riodacitos) a básica (basaltos). A perfuração de poços nessas áreas não é recomendada.
Sistema Aquífero Quaternário Barreira Marinha – (bm)	0,22%	O Sistema Aquífero Quaternário Barreira Marinha abrange uma faixa estreita do nordeste, da Barra do Ribeiro ao oeste do Lago Guaíba até Santo Antônio da Patrulha a leste. Composto por areias inconsolidadas de granulometria fina a média, suas capacidades específicas são altas, acima de 4 m ³ /h/m, e o teor salino é muito baixo, inferior a 50 mg/l.
Sistema Aquífero Botucatu – (bt)	0,20%	O Sistema Aquífero Botucatu está localizado principalmente na região central do Estado, próximo às bordas escarpadas do planalto basáltico. Composto por arenitos de granulometria média endurecidos por cimento ferruginoso ou silicoso, essa litologia é ineficaz no armazenamento de água, resultando em poços geralmente secos.
Sistema Aquífero Quaternário Indiferenciado – (qi)	0,13%	O Sistema Aquífero Quaternário Indiferenciado está localizado na calha do Rio Camaquã, entre Cristal e Amaral Ferrador. Sua litologia é composta principalmente por areias grossas e cascalhos inconsolidados, resultantes da erosão de rochas graníticas e eo-paleozóicas. Possui alta capacidade específica, em média 4 m ³ /h/m, e baixa salinidade, em torno de 150 mg/l.
Sistema Aquífero Sedimentos Deltaicos – (sd)	0,04%	O Sistema Aquífero Sedimentos Deltaicos está localizado ao norte do Lago Guaíba, entre Porto Alegre e Eldorado do Sul, incluindo partes da planície de inundação. Composto por arenitos médios a grossos inconsolidados e camadas argilosas, frequentemente com seixos de basalto na base, possui capacidades específicas médias de 3 m ³ /h/m. No entanto, a qualidade da água é baixa, com muitos sais dissolvidos e altos teores de ferro.

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.1.2. Demanda hídrica

De acordo com o Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), o estado possui 8.123 poços regularizados, com captação de 549.708 m³/dia.

Segundo o levantamento realizado neste relatório de atualização, foram avaliadas as demandas hídricas por Bacia Hidrográfica e pelos aquíferos existentes no Rio Grande do Sul, abrangendo Autorizações Prévias, Outorgas e Dispensas de Outorgas autorizadas pelo DRHS/SEMA, além dos cadastros de poços aguardando análise dos técnicos da Divisão de Outorga. As demandas hídricas subterrâneas estão apresentadas nos **Quadro 10** e **Quadro 11**.

Quadro 10 – Demandas hídricas médias (em m³/dia) e nº de processos de águas subterrâneas nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.

Bacia hidrográfica	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos
Gravataí	2.926	59	3.817	63	9	23	1.137	51
Sinos	5.990	160	4.148	117	23	47	2.982	117
Caí	16.405	523	5.270	115	5	55	3.121	122
Taquari-Antas	86.377	1.548	28.722	410	27	21	45.089	261
Alto Jacuí	23.124	201	6.214	96	6	3	4.865	37
Vacacaí-Vacacaí Mirim	3.296	161	1.315	36	1	25	5043	60
Baixo Jacuí	5.339	146	769	19	1	12	187	15
Lago Guaíba	19.700	25	2.736	32	2	2	1.310	10
Pardo	6.516	58	613	10	1	5	92	5
Tramandaí	22.342	66	866	69	8	6	147	18
Litoral Médio	2.719	22	1.804	32	13	13	286	18
Camaquã	2.844	50	334	6	2	2	101	8
Mirim-São Gonçalo	6.781	75	967	34	2	4	1.498	32
Mampituba	157	3	10	2	-	-	11	1
Apuaê-Inhandava	21.982	834	5.155	144	7	4	2.518	53
Passo Fundo	17.598	320	2.820	46	7	4	1.264	18
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo	13.470	369	3.386	83	7	5	42.476	28
Piratinim	12.831	71	433	12	-	-	43	1
Ibicuí	15.149	369	10.277	90	6	3	3650	21

Bacia hidrográfica	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos
Quaraí	1.912	30	22	4	1	1	12	5
Santa Maria	3.548	50	559	15	1	1	120	12
Negro	1.698	13.	481	7	-	-	652	6
Ijuí	12.027	253	3.151	96	2	1	12.408	40
Várzea	19.330	481	3.467	94	3	2	2.052	29
Butuí-Icamaqua	6.840	40	257	5	-	-	18	3
Total	330.903	5.927	87.592	1.637	133	239	131.080	971

Fonte: SEMA (2022).

Quadro 11 – Demandas hídricas médias (em m³/dia) e nº de processos de águas subterrâneas por sistema aquífero no Rio Grande do Sul.

Sistema Aquífero	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos
Aquicludes Eo-Paleozóicos	40	6	11	1	-	1	-	2
Aquitardos permianos	1.275	265	2.343	54	12	50	1.245	81
Basalto / Botucatu	515	27	26	1	-	-	254	4
Botucatu	728	18	76	4	-	-	233	5
Botucatu / Guará I	5.829	54	1.041	14	-	-	231	2
Botucatu / Pirambóia	7.335	160	3.870	112	14	54	2.732	118
Embasamento Cristalino I	267	24	1560	39	-	-	284	17
Embasamento Cristalino II	3.275	78	815	26	1	2	530	23

Sistema Aquífero	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos
Embasamento Cristalino III	1.534	41	49	3	1	1	68	14
Palermo / Rio Bonito	3.794	44	1.474	13	-	10	481	4
Quaternário Barreira Marinha	520	11	1.261	14	3	2	13	6
Quaternário Costeiro I	19.109	62	1.231	75	9	7	954	26
Quaternário Costeiro II	31.648	104	4.548	64	7	21	2.520	54
Quaternário Indiferenciado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sanga do Cabral / Pirambóia	5.878	152	3.905	14	1	25	145	12
Santa Maria	12.778	158	1.646	49	-	4	5.209	59
Serra Geral	107.000	2.072	21.564	470	24	15	64.125	173
Serra Geral II	127.999	2.633	41.856	677	56	39	51.899	368
Serra Geral III	243	5	-	-	-	-	-	-
Total	329.766	5.914	87.276	1.630	127	231	130.924	968

Fonte: SEMA (2022).

2.2.3.2.2. Recursos hídricos superficiais

2.2.3.2.2.1. Disponibilidade hídrica

A disponibilidade hídrica para fins de gestão de cursos hídricos superficiais deve ser avaliada em função de vazões de referência.

Quadro 12 – Disponibilidade hídrica nas Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul.

Bacia Hidrográfica	Descrição	Vazão de referência (m³/s)	Vazão outorgável (m³/s)
Gravataí	Exutório do Rio Gravataí no Lago Guaíba	10,4	5,20
Sinos	Exutório do Rio dos Sinos no Lago Guaíba	20	14,00
Caí	Exutório do Rio Caí no Lago Guaíba	21,06	10,53
Taquari-Antas	Exutório do Rio Taquari no Rio Jacuí	45,97	22,98
Alto Jacuí	Soma dos Rios Jacuí e Jacuizinho	121,33	60,66
Vacacaí-Vacacaí Mirim	Soma dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim	29,03	14,52
Baixo Jacuí	Exutório do Rio Jacuí no Lago Guaíba	424,13	254,48
Lago Guaíba	Soma dos afluentes diretos ao Lago Guaíba, incluindo Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí	487,48	292,53
Pardo	Exutório do Rio Pardo no Rio Jacuí	8,59	4,29
Tramandaí	Soma dos rios Maquiné e Três Forquilhas	7,4	3,70
Camaquã	Soma do Rio Camaquã e Arroios Turuçu e Velhaco	65,41	39,82
Mirim São Gonçalo	Soma dos Arroios Grande e Del Rei e Rio Piratini	15,48	7,74
Mampituba	Exutório da UPG Forno-Jacaré no Rio Mampituba	2,48	1,24
Apuaê-Inhandava	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê-Inhandava (soma dos rios Dourado, do Silveira, Socorro, Cerquinha, dos Touros, Santana, Bernardo José, Inhandava e Apuaê)	45,61	22,81
Passo Fundo	Soma da UPG Passo Fundo Baixo e UPG Douradinho	26,58	13,29
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo (soma dos rios Amandaí, Lajeado Grande, Santo Cristo, Santa Rosa, Comandaí, Turbo e Buricá)	49,43	24,72
Piratinim	Exutório do Rio Piratini no Rio Uruguai	16,98	8,49
Ibicuí	Exutório do Rio Ibicuí no Rio Uruguai	138,32	96,83
Quaraí	Soma dos arroios Sarandi II e Garupa e sangas Sarandi e do Salso	8,72	4,36

Bacia Hidrográfica	Descrição	Vazão de referência (m³/s)	Vazão outorgável (m³/s)
Santa Maria	Exutório do Rio Santa Maria no Rio Ibicuí	23,04	11,52
Negro	Exutório do Rio Negro na fronteira Brasil-Uruguaí	2,49	1,24
Ijuí	Exutório do Rio Ijuí no Rio Uruguaí	62,6	31,30
Várzea	Soma dos rios Guarita e da Várzea	35,68	17,84
Butuí-Icamaquã	Soma do Arroio Butuí e do Rio Icamaquã	27,86	13,93
Total		992,52	579,83

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.2.2. Demanda hídrica

As demandas hídricas superficiais referem-se à necessidade de água proveniente das fontes de água superficial, como rios, lagos, e reservatórios, para diversos fins, como o abastecimento público, a geração de energia hidrelétrica, a irrigação agrícola, a navegação, a recreação, dentre outros.

A gestão eficaz das demandas hídricas superficiais é fundamental para garantir a disponibilidade adequada da água e para mitigar potenciais impactos associados ao seu uso intensivo. Os dados de demanda hídrica são importantes para a análise do balanço hídrico.

Conforme a análise detalhada no Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), a demanda hídrica superficial total do estado é estimada em 106,25 m³/s. Destacam-se como as bacias com maior demanda as Bacias Hidrográficas Ibicuí, Baixo Jacuí e Piratinim. Por outro lado, as bacias com menor demanda incluem as do Litoral Médio, Negro, Lago Guaíba e Mampituba. No **Quadro 13** estão representadas as demandas hídricas em m³/s de cada Bacia Hidrográfica.

Quadro 13 – Demandas hídricas médias superficiais nas bacias hidrográficas do Estado.

Bacia Hidrográfica	Vazão média (m³/s)
Gravataí	4,47
Sinos	4,85
Caí	3,88

Bacia Hidrográfica	Vazão média (m³/s)
Taquari-Antas	5,16
Alta Jacuí	7,87
Vacacaí-Vacacaí Mirim	0,75
Baixo Jacuí	9,54
Lago Guaíba	0,19
Pardo	0,57
Tramandaí	0,98
Litoral Médio	3,06
Camaquã	5,28
Mirim São Gonçalo	4,47
Mampituba	0,30
Apuê-Inhandava	3,96
Passo Fundo	0,52
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo	3,02
Piratinim	7,17
Ibicuí	23,55
Quaraí	0,85
Santa Maria	0,80
Negro	0,05
Ijuí	4,52
Várzea	4,05
Butuí-Icamaquã	6,40
Total	106,25

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.2.3. Balanço hídrico

Conforme apresentado no Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), o balanço hídrico de referência para a gestão de recursos hídricos superficiais no Estado do Rio Grande do Sul avalia a disponibilidade e a demanda de água apresentadas anteriormente.

O objetivo é verificar se os usos registrados, considerados no balanço hídrico superficial, refletem a realidade de estresse hídrico nas bacias hidrográficas especiais ou regiões de

conflito. Além disso, busca-se identificar áreas do Estado com altas demandas hídricas em comparação com as vazões outorgáveis.

O **Quadro 14** apresenta o resultado do balanço hídrico realizado, considerando as disponibilidades hídricas para os exutórios das unidades de análise apresentadas, bem como as demandas hídricas.

Quadro 14 – Balanço hídrico nas Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul.

Bacia Hidrográfica	Descrição	Demandas hídricas (m ³ /s)	Comprometimento da vazão outorgável
Gravataí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (Exutório do Rio Gravataí no Lago Guaíba)	4,47	86%
Sinos	Total da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Exutório do Rio dos Sinos no Lago Guaíba)	4,85	35%
Caí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Caí (Exutório do Rio Caí no Lago Guaíba)	3,88	37%
Taquari-Antas	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas (Exutório do Rio Taquari no Rio Jacuí)	5,16	22%
Alto Jacuí	Total da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (soma dos Rios Jacuí e Jacuizinho)	7,86	13%
Vacacaí-Vacacaí Mirim	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí — Vacacaí Mirim (soma dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim)	0,75	5%
Baixo Jacuí	Total da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí (Exutório do Rio Jacuí no Lago Guaíba)	23,72	9%
Lago Guaíba	Total da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba (soma dos afluentes diretos ao Lago Guaíba, incluindo Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí)	37,1	13%
Pardo	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (Exutório do Rio Pardo no Rio Jacuí)	0,57	13%
Tramandaí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (soma dos rios Maquiné e Três Forquilhas)	0,01	0%
Camaquã	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (soma do Rio Camaquã e Arroio Turuçu e Velhaco)	4,26	11%
Mirim São Gonçalo	Total da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo (soma dos Arroios Grande e Del Rei e Rio Piratini)	3,25	42%
Mampituba	Exutório da UPG Forno-Jacaré no Rio Mampituba	0,27	21%
Apuaê-Inhandava	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê — Inhandava (soma dos rios Dourado, do Silveira, Socorro, Cerquinha, dos Touros, Santana, Bernardo José, Inhandava e Apuaê)	3,93	17%
Passo Fundo	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo (soma da UPG Passo Fundo e UPG Douradinho)	0,52	4%
Turvo Santa Rosa —	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo — Santa Rosa — Santo Cristo (soma dos rios Amandaú, Lajeado	3	12%

Bacia Hidrográfica	Descrição	Demandas hídricas (m³/s)	Comprometimento da vazão outorgável
Santa Rosa — Santo Cristo	Grande, Santo Cristo, Santa Rosa, Comandai, Turbo e Buricá))		
Piratinim	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Piratinim (Exutório do Rio Piratini no Rio Uruguai)	7,17	84%
Ibicuí	Total da Bacia Hidrográfrica do Rio Ibicuí (Exutório do Rio Ibicuí no Rio Uruguai)	18,66	19%
Quaraí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí (soma dos arroios Sarandi II e Garupa e sangas Sarandi e do Salso)	0	0%
Santa Maria	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (Exutório do Rio Santa Maria no Rio Ibicuí)	0,8	7%
Negro	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Negro (Exutório do Rio Negro na fronteira Brasil-Uruguai)	0,05	4%
Ijuí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí (Exutório do Rio Ijuí no Rio Uruguai)	4,52	14%
Várzea	Total da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea (soma dos rios Guarita e da Várzea)	4,03	23%
Butuí-Icamaquã	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Butuí – Icamaquã (soma do Arroio Butuí e o Rio Icamaquã)	5,75	41%
Total		92,51	16%

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.2.4. Qualidade dos mananciais

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS (FEPAM) apresenta, em seu Relatório Técnico sobre a Qualidade da Água Superficial nas Regiões Hidrográficas do RS, análises quali-quantitativas de amostras de água coletadas em 2022.

A coleta da água a ser analisada ocorre em 221 estações de monitoramento, pertencentes à Rede de Monitoramento Básico do RS, com o objetivo de determinar as condições de qualidade da água superficial nos locais de elevado interesse socioambiental.

Nesta avaliação, foram analisados os seguintes parâmetros:

- Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5d, 20°C, mg/l de O₂);
- Escherichia coli (NMP/100mL);
- Fósforo Total (mg/l de P);
- Nitrogênio Amoniacal (mg/l de NH_x);

- Oxigênio dissolvido (mg/l de O₂).

Os resultados foram classificados de acordo com os limites propostos pela resolução nº 357/2005 do CONAMA.

2.2.3.2.2.4.1. Região Hidrográfica do Guaíba

Foram obtidas 274 amostras da Região Hidrográfica do Rio Guaíba, nas quais foram analisados os parâmetros mencionados anteriormente. A seguir é apresentado as classes de enquadramento das amostras, bem como os valores de referência correspondentes aos parâmetros avaliados.

O **Quadro 15** exibe as distribuições dos valores quanto ao Oxigênio Dissolvido (OD) na Região Hidrográfica do Guaíba

Quadro 15 – Distribuição dos valores de Oxigênio Dissolvido por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l)
224	Classe 1	>6
11	Classe 2	≥5
12	Classe 3	≥4
23	Classe 4	≥2
4	Pior que Classe 4	<2

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto à Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) estão apresentados no **Quadro 16**. Vale ressaltar que, segundo a FEPAM, a DBO de 29 amostras não foi determinada devido a problemas analíticos.

Quadro 16 – Distribuição dos valores de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l)
219	Classe 1	≤ 3
13	Classe 2	≤ 5
8	Classe 3	≤ 10
5	Pior que Classe 3	> 10

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto à existência de Escherichia coli estão apresentados no **Quadro 17**. Segundo a FEPAM, esta análise também apresentou problemas analíticos em 17 amostras.

Quadro 17 – Distribuição dos valores de Escherichia coli por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (NMP/100mL)
104	Classe 1	≤ 160
64	Classe 2	≤ 800
54	Classe 3	≤ 3.200
35	Pior que Classe 3	> 3.200

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto aos valores de Fósforo Total estão apresentados no **Quadro 18**. Segundo a FEPAM, 12 amostras não obtiveram resultados por problemas analíticos.

Quadro 18 – Distribuição dos valores de Fósforo Total por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l P)
157	Classe 1	≤0,1
54	Classe 3	≤0,15
70	Pior que Classe 3	> 0,15

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto aos valores de Nitrogênio Amomiacal estão apresentados no **Quadro 19**. Vale destacar que, segundo a FEPAM, 40% das amostras não obtiveram resultados por problemas analíticos.

Quadro 19 – Distribuição dos valores de Nitrogênio Amomiacal por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l N)
163	Classe 1	≤3,7

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

2.2.3.3. Segurança hídrica

O conceito de segurança hídrica é recente, sendo introduzido em meados de 2000 pela Global Water Partnership (GWP, 2000) e o World Water Council (WWC, 2000). A segurança hídrica também já foi definida como a disponibilidade de água suficiente e de qualidade a um preço acessível para atender às necessidades de curto e longo prazo, protegendo a saúde e bem-estar das comunidades (WITTER, WHITEFORD, 1999). Complementarmente, a definição da GWP (2000) acrescentou a importância da proteção do meio ambiente para se ter a garantir do fornecimento de água.

Atualmente, a definição mais aceita é a do Programa para a Água da Organização das Nações Unidas (UN-WATER, 2013) que define a segurança hídrica como a capacidade de garantir o acesso sustentável a água de qualidade adequada para sustento, bem-estar e desenvolvimento, proteger contra poluição e desastres hídricos, e preservar ecossistemas, em um ambiente de paz e estabilidade política. A definição recente destaca o aspecto

geopolítico, refletindo preocupações com conflitos pelo acesso à água que causam deslocamentos populacionais e conflitos intergovernamentais. Além disso, a segurança hídrica deve ser ancorada em valores sociais e de justiça social, integrando a gestão democrática e participativa dos recursos hídricos (SAITO, 2018).

No Brasil, em 2019, tivemos o lançamento pelo Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), de um importante instrumento para a gestão da segurança hídrica, o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH).

O PNSH visa envolver várias esferas do governo em esforços conjuntos, e o plano aborda a segurança hídrica em quatro dimensões: humana, econômica, ecossistêmica e de resiliência, combinadas no Índice de Segurança Hídrica (ISH).

De forma sucinta, as dimensões humanas e econômicas quantificam os déficits de atendimento e os riscos, enquanto a ecossistêmica e de resiliência identificam as áreas críticas e as vulneráveis. E enquanto a dimensão social avalia a disponibilidade de água para abastecimento, a econômica foca nos setores agropecuário e industrial.

Ademais, a dimensão ecossistêmica usa indicadores de qualidade e quantidade de água, e a de resiliência analisa os estoques de água em situações de seca.

O ISH representa graficamente as condições de segurança hídrica, ajudando a orientar políticas públicas de infraestrutura e a gestão de recursos hídricos, e tendo sido calculado para os anos de 2017 e 2035.

As mudanças entre os cenários de 2017 e 2035 consideraram duas variáveis: as estimativas de demanda por água, conforme o Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil, afetando o balanço hídrico e indicadores relacionados; e a estimativa da população urbana, influenciando apenas a Dimensão Humana do Índice de Segurança Hídrica (ISH). Com isso, a segurança hídrica é integrada a diversas políticas públicas, incluindo o desenvolvimento regional, a defesa civil, a agricultura, a energia, os transportes e o meio ambiente (FIGUEIREDO, 2020).

Assim, foi lançado em 2021, o “Atlas Águas: Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano” e que atualizou o Atlas de 2010 com conceitos do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH). Este documento visou caracterizar e diagnosticar os mananciais e os sistemas de abastecimento das sedes municipais brasileiras, e além de identificar as suas vulnerabilidades. Ele utiliza o Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U), que avalia a eficiência na produção e distribuição de água, combinando indicadores de vulnerabilidade dos mananciais, sistemas produtores, cobertura da rede de distribuição e gerenciamento de perdas.

Com isso, a **Figura 10** mostra a distribuição do ISH-U pelos municípios do operados pela CORSAN, onde pode se observar que a grande maioria dos municípios possui o ISH-U avaliado entre “Alto” e “Máximo”, o que indica que esses municípios possuem uma combinação de uma maior disponibilidade hídrica natural junto a uma baixa pressão na demanda pelo abastecimento de água.

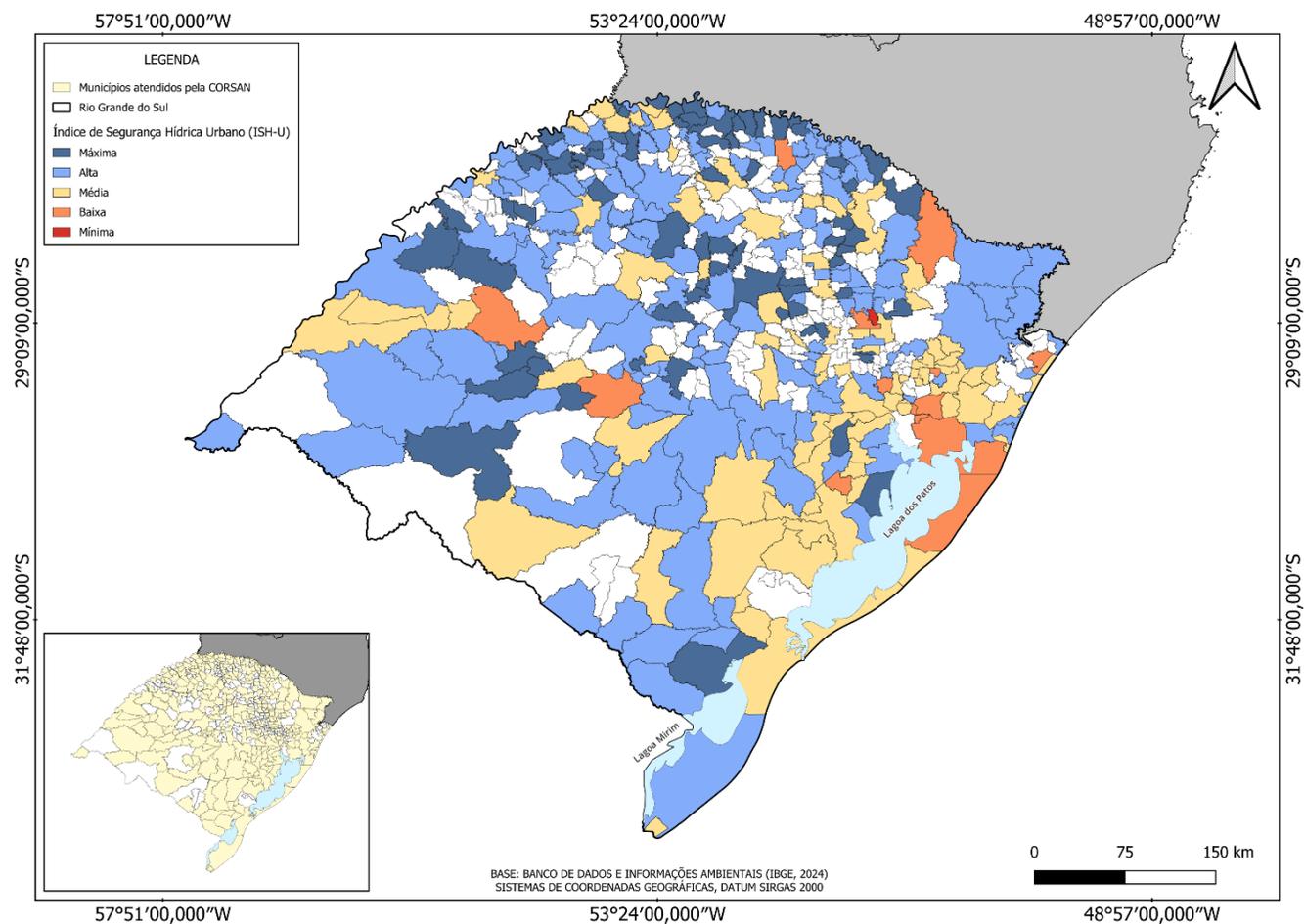
O **Quadro 20** foca especificamente no município em estudo.

Quadro 20 – Índice de Segurança Hídrica Urbano do município.

Município	Índice de Segurança Hídrica Urbano
Gravataí	Baixa

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 10 – Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U) dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.3. Aspectos bióticos

O território brasileiro é composto por 6 (seis) biomas distintos: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. Cada bioma possui diferentes tipos de vegetação e fauna, e a conservação da vegetação é crucial para a manutenção dos habitats, serviços ambientais e recursos essenciais à vida humana. Além disso, a preservação dos biomas depende de políticas públicas ambientais e de estratégias para a conservação, o seu uso sustentável e a manutenção dos serviços ambientais que eles fornecem a população.

O estado do Rio Grande do Sul abriga 2 (dois) desses biomas, a Mata Atlântica e o Pampa. A **Figura 11** mostra a distribuição dos biomas no estado, destacando que o bioma Pampa está mais presente no sudeste e sudoeste, enquanto a Mata Atlântica é predominante no nordeste e noroeste rio-grandense. Além disso, a região central e metropolitana do estado possui ambos os biomas distribuídos.

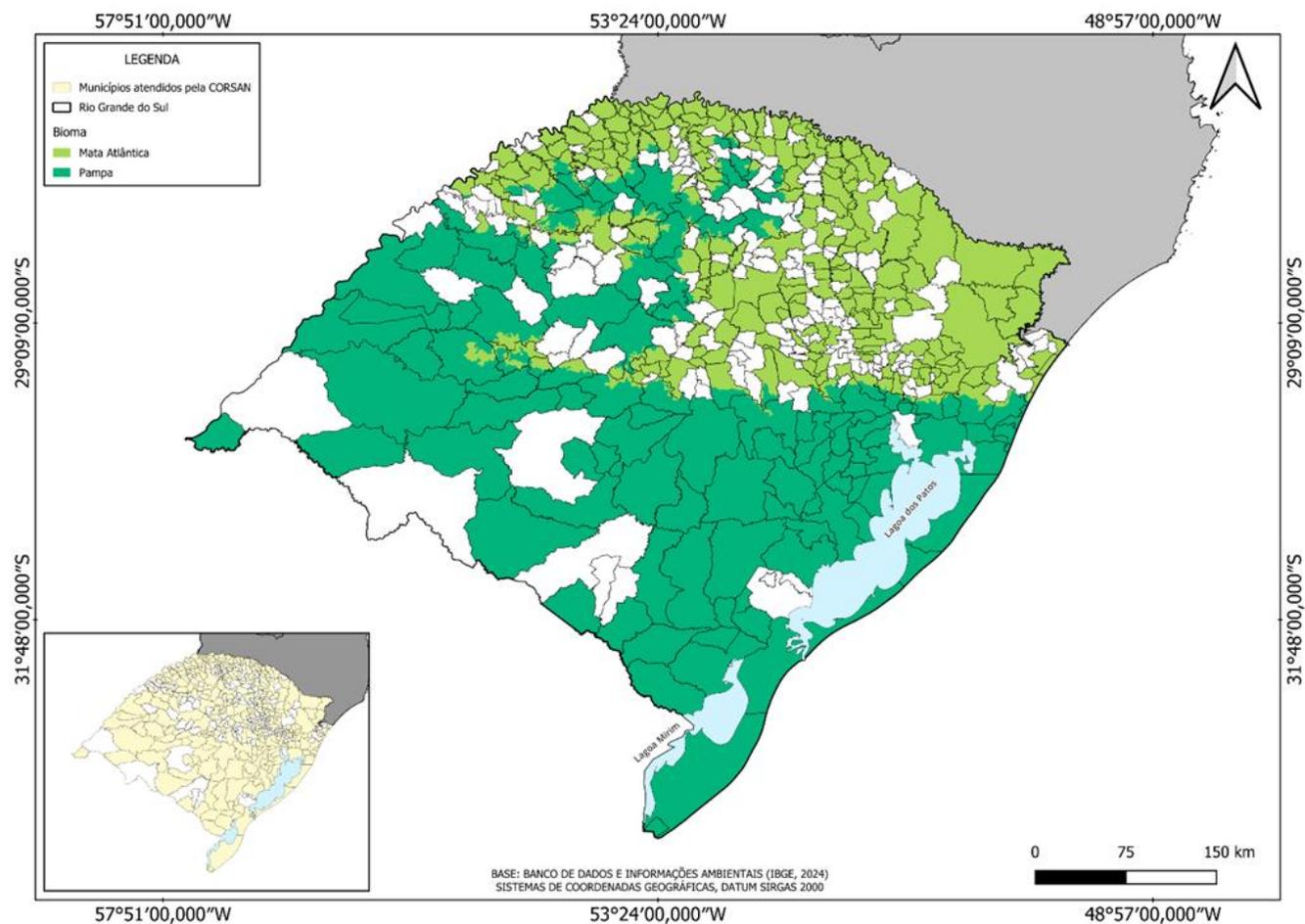
O **Quadro 21** foca especificamente no município em estudo.

Quadro 21 – Biomas do município.

Município	Bioma	Cobertura territorial
Gravataí	Mata Atlântica	29,4%
	Pampa	70,6%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 11 – Distribuição de biomas ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.4. Aspectos socioeconômicos

2.4.1. Aspectos sociais

Nesta seção, serão analisados os principais aspectos sociais do município, fundamentais para o entendimento das necessidades e peculiaridades locais que influenciam diretamente a gestão dos serviços de saneamento. Entre os itens abordados, destacam-se as características demográficas, que ajudam a compreender o crescimento populacional e sua distribuição territorial, além dos indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, renda, educação e saúde.

Esses fatores, quando analisados em conjunto, permitem uma visão abrangente das condições de vida da população, auxiliando na identificação de áreas mais vulneráveis e prioritárias para o investimento em infraestrutura e serviços de saneamento. Com isso, busca-se criar uma base sólida para o planejamento de soluções que promovam a universalização do saneamento de forma equitativa e sustentável.

2.4.1.1. Demografia

A análise demográfica de uma região é um dos pilares fundamentais para o planejamento de políticas públicas, especialmente no campo do saneamento básico. Indicadores como a densidade populacional, estrutura etária, taxas de natalidade e migração fornecem subsídios importantes para a formulação de estratégias que visam atender às demandas atuais e futuras da população. Esses dados possibilitam uma visão mais clara das necessidades sociais e ajudam a definir prioridades de investimento em infraestrutura, educação, saúde e, no caso deste estudo, saneamento.

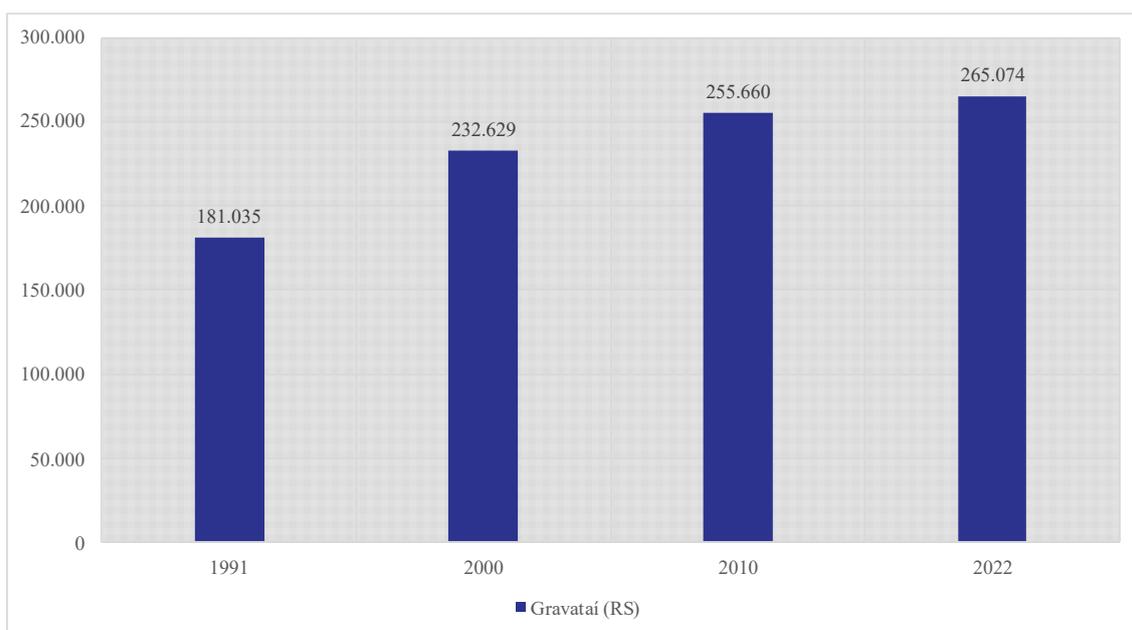
No estado do Rio Grande do Sul, observam-se mudanças demográficas significativas nos últimos anos. A redução da taxa de natalidade, acompanhada do aumento da expectativa de vida, reflete a transição demográfica vivida pela região, resultando em uma população gradualmente mais envelhecida. Esse cenário, por sua vez, impõe novos desafios ao planejamento urbano e à prestação de serviços, incluindo o saneamento, à medida que a demanda por infraestrutura de saúde e bem-estar aumenta.

A migração, tanto interna quanto externa, também tem um impacto relevante na distribuição e crescimento populacional, alterando as dinâmicas regionais e exigindo uma adaptação constante das políticas públicas.

Nesse contexto, o Censo Demográfico do IBGE emerge como uma ferramenta essencial para coletar dados atualizados e precisos sobre a população, oferecendo um retrato detalhado das condições socioeconômicas do país, além de ser uma base indispensável para o desenvolvimento de planos de saneamento eficientes.

Na **Figura 12**, é possível visualizar a tendência da população total do município em estudo entre 1991 e 2022, com base nos dados disponibilizados pelo Censo do IBGE.

Figura 12 – Tendência da população total do município (1991-2022).



Fonte: Adaptado da Série Histórica do IBGE (2023).

2.4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano

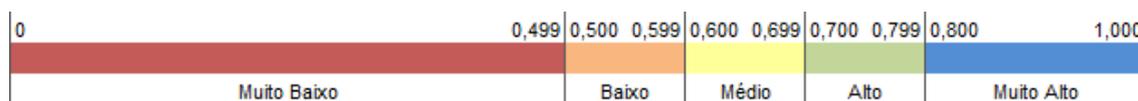
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 e passou a ser publicado anualmente a partir de 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. Esse índice é utilizado para avaliar o desenvolvimento humano

em diferentes países, bem como oferece uma visão abrangente das condições de vida, saúde, educação e renda em áreas urbanas específicas.

O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano.

A escala de classificação do IDH divide-se em 5 (cinco) categorias, conforme mostrado na **Figura 13**: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Essas categorias facilitam a análise comparativa entre as nações, permitindo identificar desigualdades no desenvolvimento humano em diferentes regiões do mundo.

Figura 13 – Escala do IDH.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020).

As dimensões que compõem o IDH-M são as seguintes:

- **Renda:** Refere-se ao padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que indica o nível econômico médio de cada cidadão em um país;
- **Saúde/Longevidade:** Avalia a expectativa de vida ao nascer, representando o acesso da população a condições de vida saudáveis e à longevidade;
- **Educação:** Reflete o acesso ao conhecimento, considerando dois indicadores principais: a média de anos de escolaridade entre a população adulta e a expectativa de anos de estudo para crianças em idade de iniciar a vida escolar.

Essas 3 (três) dimensões fornecem uma visão integrada do desenvolvimento humano, indo além da simples análise econômica, ao incorporar aspectos relacionados à qualidade de vida e às oportunidades de acesso a serviços básicos.

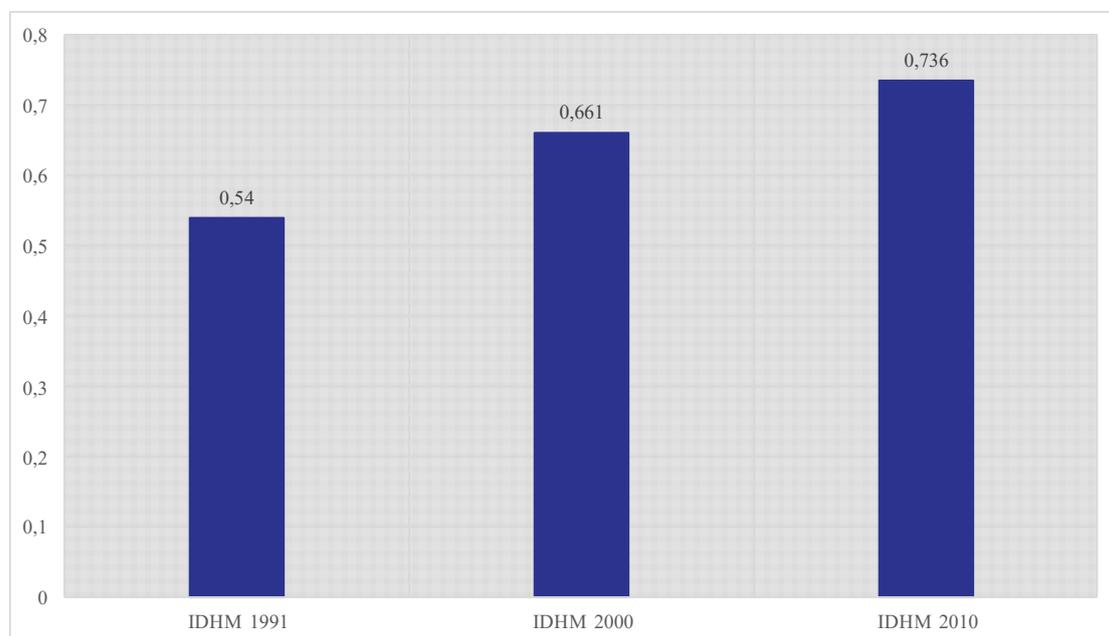
No contexto do Rio Grande do Sul, o IDH desempenha um papel crucial na avaliação do progresso socioeconômico e na identificação de disparidades entre os municípios.

De acordo com o PNUD, o IDH do Rio Grande do Sul em 2021 foi de 0,771, colocando o estado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribuiu para esse valor foi a longevidade, com 0,797, seguida pela renda, com 0,767, e pela educação, com 0,750.

O IDH também é utilizado como referência para avaliar o desenvolvimento em níveis mais locais, como cidades, estados e regiões, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM segue a mesma metodologia do IDH global, adaptando-se às especificidades municipais e regionais,

A **Figura 14** apresenta a tendência do IDHM no município em estudo, com dados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010. Essa evolução permite analisar o progresso do desenvolvimento humano na localidade ao longo dessas três décadas, destacando possíveis melhorias ou retrocessos nas áreas de renda, saúde e educação, que compõem o índice.

Figura 14 – Tendência histórica do IDHM no município.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

O **Quadro 22** apresenta os dados referentes IDHM no ano de 2010, distribuídos entre os seus 3 (três) componentes principais: renda, longevidade e educação. Esses indicadores proporcionam uma análise detalhada do desenvolvimento humano no município, permitindo identificar as áreas em que houve maior progresso e aquelas que ainda demandam melhorias.

Quadro 22 – IDHM e seus componentes no município – 2010.

Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Gravataí	0,736	0,727	0,862	0,636

Fonte: Adaptado do IBGE (2023).

2.4.1.3. Renda

O Índice de Gini mede a concentração da distribuição de renda em uma população, variando de 0 a 1. Um valor de zero indica igualdade absoluta, onde todos possuem a mesma renda, enquanto um valor de um indica extrema desigualdade, onde uma única pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

O **Quadro 23** apresenta a evolução do Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano para o Estado do Rio Grande do Sul. Observa-se uma redução de 2019 a 2023, indicando uma diminuição da desigualdade no estado.

Quadro 23 – Evolução do índice de Gini do estado do Rio Grande do Sul.

Estado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rio Grande do Sul	0,467	0,473	0,481	0,487	0,482	0,476	0,468	0,467	0,466

Fonte: Adaptado de IBGE (2024).

O **Quadro 24** apresenta a tendência histórica do Índice de Gini no município em estudo, com dados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010. Dessa forma, a análise desse indicador permite acompanhar a evolução da distribuição de renda no município ao longo dos anos.

Quadro 24 – Tendência histórica do Índice de Gini no município.

Município	1991	2000	2010
Gravataí	0,449	0,4876	0,4578

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

2.4.1.4. Saúde

Em 2023, o Ministério da Saúde registrou que o Rio Grande do Sul possui 153 municípios sem prestação de atendimento médico privado. Nessas áreas, a população depende exclusivamente dos serviços da rede pública de saúde. O estado, classificado como o sétimo com o maior número de estabelecimentos hospitalares, contava, em dezembro de 2023, com 332 desses estabelecimentos distribuídos por 226 dos 497 municípios. Entre esses hospitais, havia 21 especializados, 293 gerais e 18 de dia, conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do DATASUS.

O panorama epidemiológico relacionado ao saneamento básico revela uma forte ligação entre as condições de saúde da população e a qualidade dos serviços de saneamento. Áreas com acesso inadequado à água potável, sistemas sanitários deficientes e gestão inadequada de resíduos enfrentam desafios significativos em termos de saúde pública, incluindo doenças transmitidas pela água e infecções gastrointestinais.

A Lista Morb. CID-10, disponível no DATASUS, oferece um detalhamento abrangente sobre a morbidade hospitalar no SUS, categorizada por local de internação. Esta base de dados é essencial para a análise epidemiológica e para o planejamento de intervenções de saúde pública, permitindo identificar padrões de doenças e sua distribuição geográfica. Utilizando essa fonte, coletamos informações específicas sobre “Doenças relacionadas ao saneamento (ambiental) inadequado (DRSAI)”, listadas de acordo com SOUZA et al. (2015) da seguinte forma:

- Doenças de transmissão feco-oral:
 - Diarreias;
 - Febres entéricas;
 - Hepatite A;

- Doenças transmitidas por inseto vetor:
 - Dengue;
 - Febre Amarela;
 - Leishmanioses;
 - Filariose linfática;
 - Malária;
 - Doença de Chagas;
- Doenças transmitidas através do contato com a água:
 - Esquistossomose;
 - Leptospirose;
- Doenças relacionadas com a higiene
 - Doenças dos olhos;
 - Doenças de pele;
- Geohelmintos e teníases
 - Helmintíases;
 - Teníases.

Para o período de abril de 2024, foram registradas 1.936 internações no estado do Rio Grande do Sul relacionadas a diferentes DRSAI¹. Esse número abrange 176 municípios do estado, dos quais 155 são atendidos pela CORSAN.

A média de internações do município em estudo está apresentada no **Quadro 25**.

¹ Cólera, Shigelose, Amebíase, Diarreia e gastroenterite origem infecc presumível, Outras doenças infecciosas intestinais, Leptospirose icterohemorrágica, Outras formas de leptospirose, Leptospirose não especificada, Tracoma, Febre amarela, Dengue [dengue clássico], Outras hepatites virais, Malária por Plasmodium falciparum, Malária por Plasmodium vivax, Malária por Plasmodium malariae, Outras formas malária conf exames parasitológ, Malária não especificada, Leishmaniose visceral, Leishmaniose cutânea, Leishmaniose cutâneo-mucosa, Leishmaniose não especificada, Esquistossomose, Equinococose, Ancilostomíase, Outras helmintíases, Outras doenças infecciosas e parasitárias.

Quadro 25 – Média de internação por DRSAI em abril de 2024.

Município	População total (IBGE 2022)	Internações	Percentual de internações
Gravataí	265.074	9	0,003%

Fonte: Adaptado de IBGE (2023) e DATASUS (2024).

2.4.1.5. Educação

Conforme informações disponibilizadas pelo IBGE 2023, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos no estado do Rio grande do Sul era de 99,5%, enquanto a taxa de analfabetismo da população de 15 anos era de 2,7%.

Com base no censo do IBGE de 2022, foi possível identificar a média da taxa de alfabetização do município em estudo, conforme demonstrado no **Quadro 26**.

Quadro 26 – Taxa de alfabetização do município – 2022.

Município	Taxa de alfabetização (%)
Gravataí	97,59

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

2.4.1.6. Uso e ocupação do solo

A definição do uso e ocupação do solo está diretamente ligada às regulamentações que governam a densidade populacional, as atividades permitidas, os mecanismos de controle das construções e a subdivisão do solo.

Esses componentes compõem o regime urbanístico, que visa garantir o desenvolvimento urbano de forma equilibrada e sustentável. Dentro desse contexto, uma das categorias essenciais é a classificação do território em zonas urbanas e rurais (VAZ, 2006).

De acordo com o Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra conduzido pelo IBGE (2020), no estado do Rio Grande do Sul, o solo apresenta 11 (onze) categorias distintas. Segundo os dados, as classes predominantes nos municípios do estado são, em ordem de extensão maior, a categoria de "Área Agrícola", seguida pela categoria de "Vegetação

Campestre", e então pela categoria de "Mosaico de Ocupações em Área Florestal", conforme ilustrado na **Figura 15**.

O **Quadro 27** também oferece uma descrição detalhada das categorias de uso e cobertura do solo.

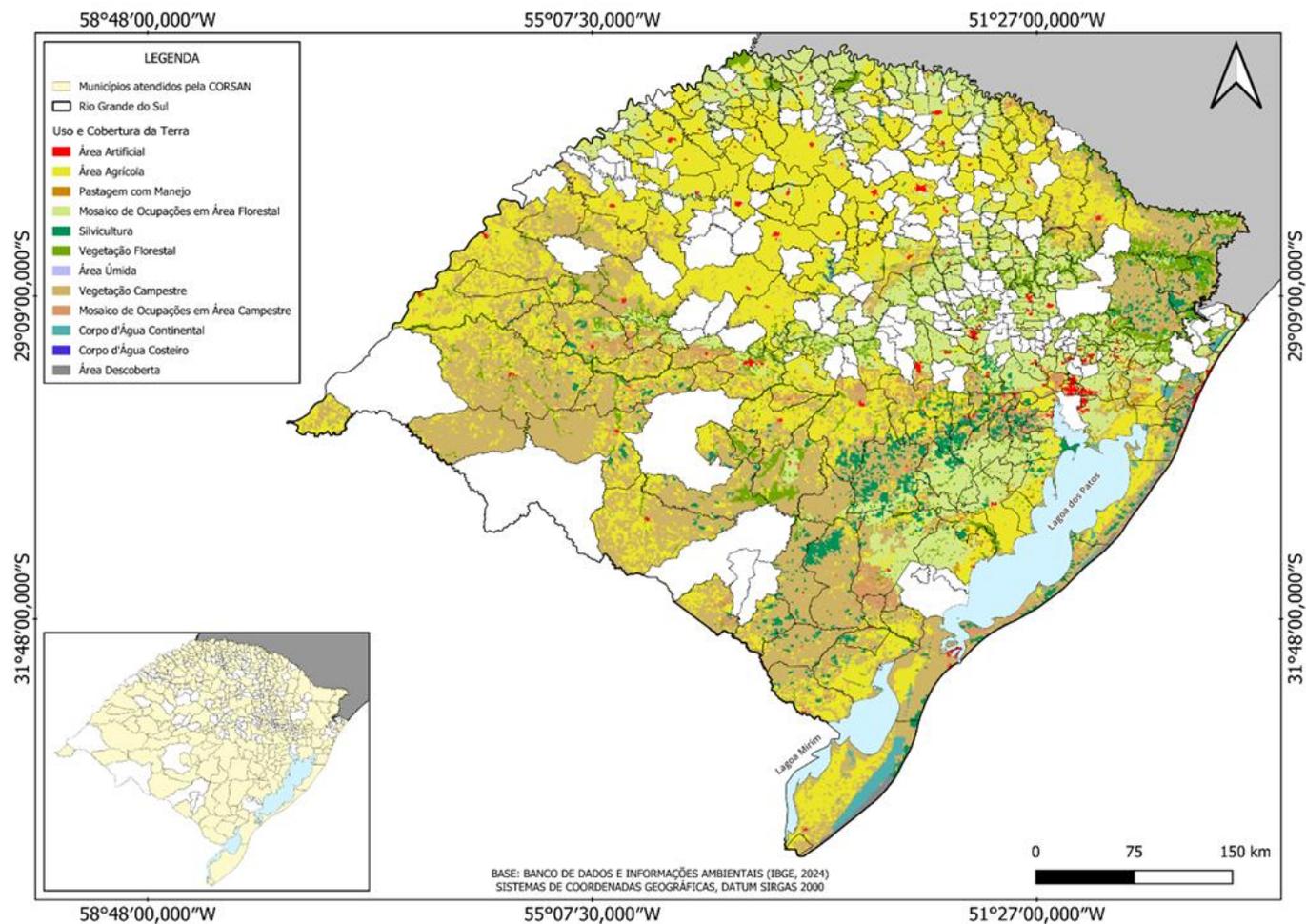
Quadro 27 – Classificação uso e cobertura do solo.

Classificação	Descrição
Área artificial	Áreas onde predominam superfícies antrópicas não-agrícolas. São aquelas estruturadas por edificações e sistema viário, nas quais estão incluídas as metrópoles, cidades, vilas, as aldeias indígenas e comunidades quilombolas, áreas ocupadas por complexos industriais e comerciais e edificações que podem, em alguns casos, estar situadas em áreas peri-urbanas. Também pertencem a essa classe as áreas onde ocorre a exploração ou extração de substâncias minerais, por meio de lavra ou garimpo.
Área Agrícola	Área caracterizada por lavouras temporárias, semi-perenes e permanentes, irrigadas ou não, sendo a terra utilizada para a produção de alimentos, fibras, combustíveis e outras matérias-primas. Segue os parâmetros adotados nas pesquisas agrícolas do IBGE e inclui todas as áreas cultivadas, inclusive as que estão em pousio ou localizadas em terrenos alagáveis. Pode ser representada por zonas agrícolas heterogêneas ou extensas áreas de plantations. Inclui os tanques de aquicultura.
Pastagem com Manejo	Áreas destinadas ao pastoreio do gado e outros animais, com vegetação herbácea cultivada (braquiária, azevém, etc) ou vegetação campestre (natural), ambas apresentando interferências antrópicas de alta intensidade. Estas interferências podem incluir o plantio; a limpeza da terra (destocamento e despedramento); eliminação de ervas daninhas de forma mecânica ou química (aplicação de herbicidas); gradagem; calagem; adubação; entre outras que descaracterizem a cobertura natural.
Mosaico de Ocupações em Área Florestal	Área caracterizada por ocupação mista de área agrícola, pastagem e/ou silvicultura associada ou não a remanescentes florestais, na qual não é possível uma individualização de seus componentes. Inclui também áreas com perturbações naturais e antrópicas, mecânicas ou não mecânicas, que dificultem a caracterização da área.
Silvicultura	Área caracterizada por plantios florestais de espécies exóticas ou nativas como monoculturas. Segue os parâmetros adotados nas pesquisas de extração vegetal e silvicultura do IBGE.
Vegetação Florestal	Área ocupada por florestas. Consideram-se florestais as formações arbóreas com porte superior a 5 metros de altura, incluindo-se aí as áreas de Floresta Ombrófila Densa, de Floresta Ombrófila Aberta, de Floresta Estacional, além da Floresta Ombrófila Mista. Inclui outras feições em razão de seu porte superior a 5 m de altura, como a Savana Florestada, Campinarana Florestada, Savana-Estépica Florestada, os Manguezais e os Buritizais, conforme o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013).
Área Úmida	Área caracterizada por vegetação natural herbácea ou arbustiva (cobertura de 10% ou mais), permanentemente ou periodicamente inundada por água doce ou salobra. Inclui os terrenos de charcos, pântanos, campos úmidos, estuários, entre outros. O período de inundação deve ser de no mínimo 2 meses por ano. Pode ocorrer

Classificação	Descrição
	vegetação arbustiva ou arbórea, desde que estas ocupem área inferior a 10% do total.
Vegetação Campestre	Área caracterizada por formações campestres. Entende-se como campestres as diferentes categorias de vegetação fisionomicamente bem diversas da florestal, ou seja, aquelas que se caracterizam por um estrato predominantemente arbustivo, esparsamente distribuído sobre um estrato gramíneo-lenhoso. Incluem-se nessa categoria as Savanas, Estepes, Savanas-Estépicas, Formações Pioneiras e Refúgios Ecológicos. Encontram-se disseminadas por diferentes regiões fitogeográficas, compreendendo diferentes tipologias primárias: estepes planaltinas, campos rupestres das serras costeiras e campos hidroarenosos litorâneos (restinga), conforme o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013). Essas áreas podem estar sujeitas a pastoreio e a outras interferências antrópicas de baixa intensidade como as áreas de pastagens não manejadas do Rio Grande do Sul e do Pantanal.
Mosaico de Ocupações em Área Campestre	Área caracterizada por ocupação mista de área agrícola, pastagem e/ou silvicultura associada ou não a remanescentes campestres, na qual não é possível uma individualização de seus componentes. Inclui também áreas com perturbações naturais e antrópicas, mecânicas ou não mecânicas, que dificultem a caracterização da área.
Corpo d'água Continental	Inclui todas as águas interiores, como rios, riachos, canais e outros corpos d'água lineares. Também engloba corpos d'água naturalmente fechados (lagos naturais) e reservatórios artificiais (represamentos artificiais de água construídos para irrigação, controle de enchentes, fornecimento de água e geração de energia elétrica). Não inclui os tanques de aquicultura.
Corpo d'água Costeiro	Inclui as águas inseridas nas 12 milhas náuticas, conforme Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.
Área Descoberta	Esta categoria engloba locais sem vegetação, como os afloramentos rochosos, penhascos, recifes e terrenos com processos de erosão ativos. Também inclui as praias e dunas, litorâneas e interiores, e acúmulo de cascalho ao longo dos rios.

Fonte: IBGE (2020).

Figura 15 – Distribuição das classes de cobertura e uso do solo ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

No que diz respeito ao município em estudo, o **Quadro 28** apresenta uma análise detalhada das categorias de uso e cobertura do solo em seu território.

Quadro 28 – Distribuição do uso e cobertura do solo do município.

Município	Uso e cobertura do solo	Cobertura territorial
Gravataí	Área Artificial	12,6%
	Área Agrícola	3,8%
	Pastagem com Manejo	2,4%
	Mosaico de Ocupações em Área Florestal	70,4%
	Vegetação Florestal	3,5%
	Vegetação Campestre	3,7%
	Mosaico de Ocupações em Área Campestre	3,2%
	Corpo d'Água Continental	0,4%

Fonte: Elaboração própria (2024).

2.4.2. Aspectos econômicos

A consideração dos aspectos econômicos é essencial para garantir que as propostas e estratégias sejam viáveis e sustentáveis. A dimensão econômica influencia diretamente a capacidade de implementação e a eficácia dos sistemas de saneamento, impactando a qualidade de vida da população e a integridade ambiental.

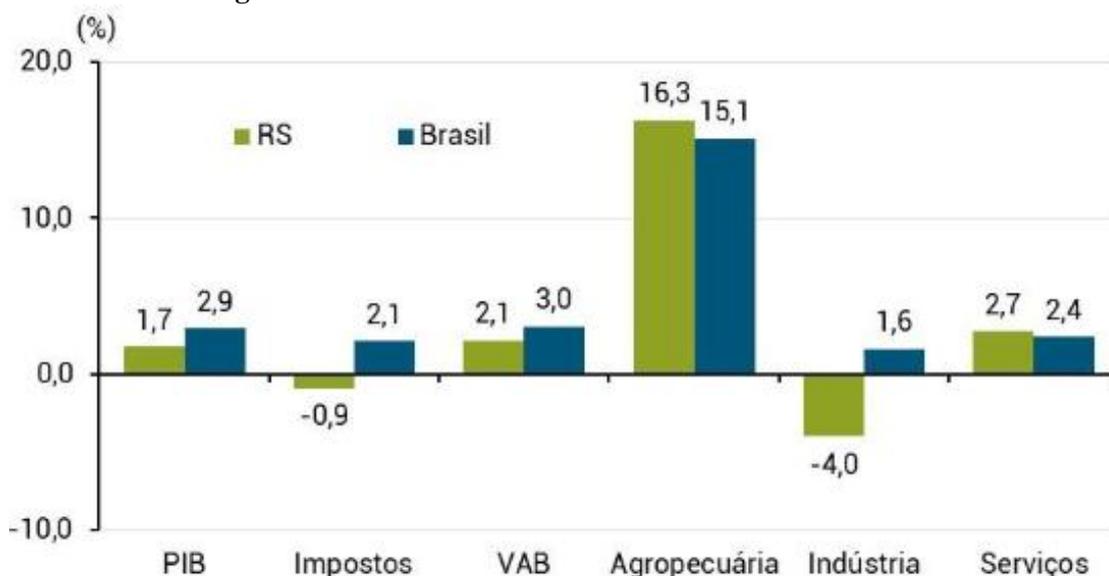
2.4.2.1. Atividades e vocações econômicas

A análise da atividade e vocação econômica é crucial para entender o desenvolvimento regional e orientar políticas públicas eficazes. Este tópico aborda a distribuição e a concentração das principais atividades econômicas no Rio Grande do Sul, destacando os setores de maior relevância para a economia estadual, como agropecuária, indústria e serviços. Além disso, examina a vocação econômica dos municípios, evidenciando as áreas de especialização e potencial de crescimento econômico.

De acordo com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul os 3 (três) principais setores econômicos responsáveis pela produção de bens e serviço são: Agropecuária, Indústria e Serviços.

Para o ano de 2023 o setor da agropecuária foi o que mais cresceu, seguido pelo setor de serviços. A **Figura 16** apresenta as taxas de crescimento acumuladas no ano do PIB, dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades, do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2023/2022

Figura 16 – Taxas de crescimento acumuladas – 2023/2022.



Fonte: SPGG-RS/DEE (2023).

O **Quadro 29** apresenta o VAB para o município em estudo, abrangendo os setores de Agropecuária, Indústria e Serviços, excluindo Administração, Defesa, Educação, Saúde Públicas e Seguridade Social.

Quadro 29 – VAB dos setores do município – 2021.

Município	VAB da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)	VAB da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000)	VAB dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)
Gravataí	25.205,47	3.311.020,47	3.803.165,66

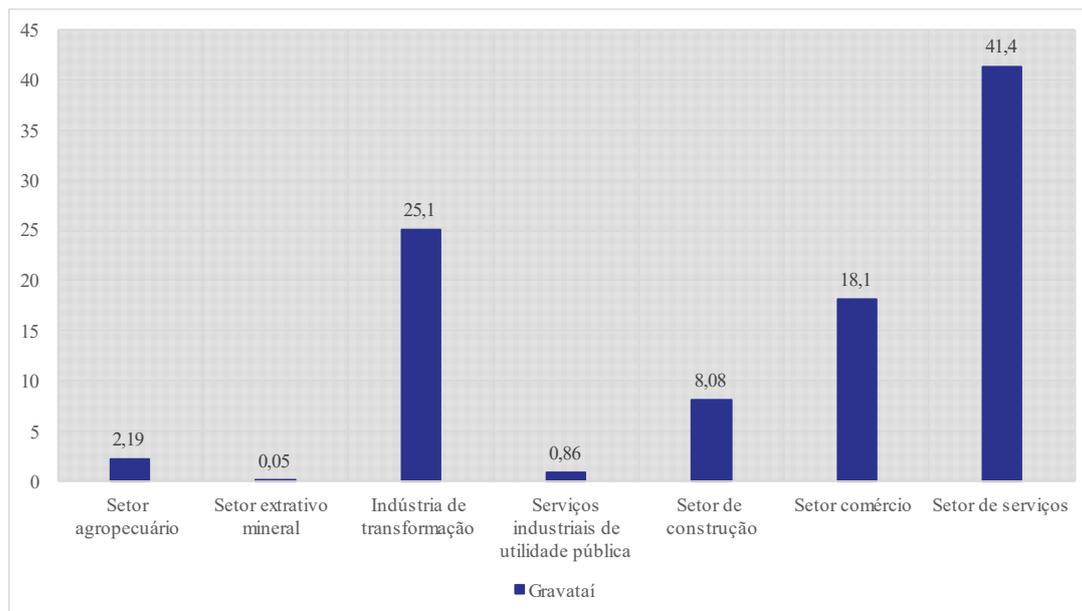
Fonte: Adaptado de IBGE (2023) e SPGG-RS/DEE (2023).

2.4.2.2. Caracterização do mercado de trabalho

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010, a maioria da população ocupada está no setor de serviços, seguido pelos setores de agropecuária e

indústria de transformação. O **Figura 17** ilustra o percentual da população ocupada do município em estudo em cada setor para o ano de 2010.

Figura 17 – Percentual de ocupação no município – 2010.



Fonte: Adaptado de Atlas de Desenvolvimento Humano (2010).

2.4.2.3. Panorama fiscal

Segundo a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Rio Grande do Sul, o PIB per capita do estado em 2023 foi de R\$ 55.454, o que representa um aumento de 10,5% em relação ao PIB per capita do Brasil.

O Departamento de Economia e Estatística (DEE) da SPGG elabora o relatório do PIB, com uma defasagem de dois anos devido à disponibilidade de dados do IBGE. Em 2021, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 9,3% após uma retração de 7,3% em 2020. O VAB aumentou 9,5%, e os impostos, 7,7%. Esse foi o maior crescimento entre as 27 unidades da Federação, impulsionado pela expansão da agropecuária (53,0%), da indústria (8,1%) e dos serviços (4,4%). Em 2021, o PIB per capita do estado cresceu 8,9%, atingindo R\$ 50.693,51, 20% acima da média nacional, posicionando o Estado na sexta posição nacionalmente.

O PIB municipal e o *per capita* do município em estudo está sendo apresentado no **Quadro 30**.

Quadro 30 – PIB municipal e *per capita* do município – 2021.

Município	PIB municipal a preços correntes (R\$ 1.000)	PIB per capita a preços correntes (R\$ 1,00)
Gravataí	10.261.618,29	35.934,57

Fonte: Adaptado de IBGE (2023) e SPGG-RS/DEE (2023).

3. DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário constituem pilares fundamentais para garantir a saúde pública, o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento econômico e social. O abastecimento de água potável envolve um conjunto de atividades, infraestruturas e instalações necessárias para captar, tratar e distribuir água de qualidade à população, abrangendo desde a captação até as ligações prediais e os instrumentos de medição.

No Brasil, os sistemas de abastecimento de água podem ser classificados como isolados, quando atendem a um único manancial e localidades específicas, ou integrados, quando abastecem simultaneamente múltiplos municípios utilizando um ou mais mananciais.

A eficiência desses sistemas é essencial para prevenir doenças de veiculação hídrica e promover a melhoria da qualidade de vida, reduzindo desigualdades regionais. Da mesma forma, o sistema de esgotamento sanitário desempenha um papel crucial na promoção da saúde pública e na preservação ambiental, ao assegurar o afastamento, transporte, tratamento e destinação final dos esgotos gerados pela população. A implementação adequada contribui diretamente para a prevenção de doenças e a proteção dos recursos naturais, mitigando os impactos negativos decorrentes do descarte inadequado de esgotos.

Neste contexto, este capítulo apresentará um diagnóstico da infraestrutura existente, analisando o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município.

3.1. Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água no município de Gravataí é integrado ao município de Cachoeirinha, denominado SIGRAC (Sistema Integrado Gravataí/Cachoeirinha). Parte do município de Gravataí é abastecido pela ETA II Passo dos Negros, através de duas adutoras de água tratada (DN 300 e DN 400), ao passo que boa parte da região oeste da cidade é abastecida por água proveniente do município de Cachoeirinha, através de duas adutoras de água tratada (DN 350 e DN400), produzida pela ETA Cachoeirinha.

Relativo à Gravataí, o sistema é composto de 37 reservatórios de água tratada, 15 estações de bombeamento de água tratada (EBATs) e a rede de distribuição compreende aproximadamente 705 km de extensão. Atualmente Gravataí abastece cerca de 120.000 economias.

3.1.1. Captação superficial

A captação no Rio Gravataí ocorre por dois sistemas: o sistema principal é realizado através de sucção direta no rio, a partir de bombas horizontais instaladas na casa de bombas da captação. O segundo sistema, que opera apenas em condições excepcionais, é do tipo captação flutuante, através de um sistema de balsa em que o nível da captação poderá variar, podendo ser captada água em nível abaixo da captação pelo sistema principal.

O trajeto da captação do Rio Gravataí para a ETA Gravataí é realizado através de duas adutoras, sendo uma proveniente do sistema principal, com diâmetro de 500 mm, e a outra proveniente do sistema provisório, com diâmetro de 300 mm.

O bombeamento na captação em Gravataí é realizado através de três conjuntos motor-bomba, onde dois atuam em regime de revezamento e outro como reserva, os quais são responsáveis por recalcar a água bruta até a ETA Gravataí, localizada na Rua Alcides Ferreira, Bairro Morada Gaúcha, através de uma adutora de DN 500 mm de ferro fundido, com aproximadamente 1.800 metros de extensão.

Quadro 31 – EBAB da captação.

EBA	Vazão (m³/h)	Tipo	Localização/ Coordenadas
1o Recalque	1800	Horizontal	Rua Alcides Ferreira, 410 29°58'30.20"S 50°56'26.57"O
	1080	Horizontal	
	2x 900	Submersa	

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.2. Estação de tratamento de água

O tratamento de água é realizado na ETA Gravataí, também conhecida como ETA Passo dos Negros, localizada no município de Gravataí. Ela opera com dois módulos, os quais possuem sistema de coagulação no vertedor, dois floculadores hidráulicos, dois decantadores convencionais e quatro filtros rápidos descendentes. Além dos processos de coagulação, floculação, decantação e filtração, na ETA é realizada a desinfecção por cloração e a fluoretação, bem como a correção do pH por alcalinização. A ETA também conta com uma unidade de tratamento de lodo, que consiste em um Decanter centrífugo, leito de secagem, lagoas de lodo, tanque de equalização e tanque adensador.

Na adutora de água bruta são adicionados os produtos químicos responsáveis pela alcalinização e coagulação da água, carbonato de sódio e sulfato de alumínio, respectivamente. Em períodos específicos, há dosagem de carvão ativado na ETA devido à ocorrência de floração de algas.

Após a adição dos produtos químicos supracitados, imediatamente dá-se a mistura rápida, através de um misturador hidráulico instalado em linha, onde ocorre a coagulação da água. O sulfato de alumínio é armazenado em reservatório externo, com bacia de contenção, já o carbonato de sódio é armazenado em sacarias no depósito de produtos químicos.

A água coagulada é direcionada ao filtro de fluxo ascendente, onde a mesma é conduzida inicialmente por uma camada de seixos e areia, onde ocorre intensa floculação por contato e sedimentação substancial de impurezas, em seguida, as impurezas de menor tamanho vão sendo progressivamente retidas nas camadas de areia.

A água clarificada é recolhida em calha na parte superior do filtro, sendo aplicados o cloro gasoso e o ácido fluossilícico. A aplicação de cloro tem objetivo de garantir a desinfecção, eliminando microrganismos patogênicos. O ácido fluossilícico tem sua aplicação para a obtenção de residual de fluoretos, em atendimento à Portaria 10/99 da Secretaria Estadual de Saúde, que *“define teores de concentração do íon fluoreto nas águas para consumo humano fornecidas por Sistema Público de Abastecimento no Rio Grande do Sul”*.

Os produtos químicos são aplicados através de bombas dosadoras, com exceção do cloro que possui dosagem realizada através de manifold, injetor e controle de vazão por rotâmetro. Há dispositivos instalados para vazamento de gás cloro, como kit de respiração autônoma, chuveiro lava-olhos, detector de vazamentos de cloro e biruta para indicar a direção dos ventos.

O ácido fluossilícico, sulfato de alumínio e carbonato de cálcio são armazenados em bombonas na sala de dosagem de produtos químicos e o cloro líquido é armazenado em cilindros.

Junto à ETA há o laboratório físico-químico e microbiológico onde são realizadas análises da água bruta, do processo, tratada na saída da ETA e na rede de distribuição.

A limpeza da unidade de tratamento ocorre por descargas de fundo e lavagens do filtro de fluxo ascendente. Atualmente, o efluente é enviado aos leitos de secagem existentes, sendo que o efluente líquido da pré-filtração retorna ao corpo receptor, por ser clarificado no filtro.

A água distribuída deve atender ao Anexo XX da Portaria de Consolidação Nº 05/2017, de 03 de outubro de 2017, do Ministério da Saúde, alterado pela PORTARIA GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

Quanto ao lançamento de efluentes no corpo receptor, são monitorados mensalmente um ponto à montante e outro à jusante do lançamento do efluente na barragem, conforme Plano de Monitoramento 104/2008-DECA/SUTRA.

A ETA fica localizada na Estrada da Cavallhada, 3857 Barro vermelho - Gravataí (29°57'37.01"S, 51°56'6.19"O).

3.1.3. Reservação

A ETA conta com um reservatório do tipo semienterrado (R-03), em concreto armado em formato retangular, com capacidade de 4.500 m³, de onde é bombeada água para o abastecimento da cidade. A ETA também conta com um reservatório elevado (R-21), em

concreto armado e secção circular, com capacidade de 500 m³, que é utilizado para o abastecimento de redes no entorno da ETA, para as lavagens de filtros, decantadores, e para fornecer água de arraste para os produtos químicos utilizados no tratamento.

Os demais reservatórios pertencentes aos sistemas encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 32 – Reservatórios do SAA.

Reservatório	Capacidade (m ³)	Endereço	Coordenadas
R- QUILOMBO	50	Estrada Lomba do Vadeco	29°56'37.22"S; 50°52'58.26"O
R03	4500	ETA II - Estrada da Cavallhada, nº 3857	29°57'38.77"S; 50°56'10.89"O
R04	500	ETA I R15	Mesmo R-15
R07	600	Rua Armando Divan, 295 - Morada do Vale I	29°55'10.32"S; 51° 4'2.32"O
R07A	3000	Rua Armando Divan, 295 - Morada do Vale I	29°55'10.32"S; 51° 4'2.32"O
R08	500	Rua Armando Divan, 295 - Morada do Vale I	29°55'10.15"S; 51° 4'3.00"O
R09	250	Rua da Ladeira, 450	29°54'54.07"S; 51° 3'19.62"O
R09A	100	Rua da Ladeira, 450	29°54'54.35"S; 51° 3'20.68"O
R09B	100	Rua da Ladeira, 450	29°54'54.35"S; 51° 3'20.68"O
R10	500	Rua Estacio dos Santos, 1476	29°55'38.07"S; 51° 1'50.22"O
R11A	1500	R. Ciprestes, 758 - Castelo Branco	29°55'51.76"S; 51° 0'6.14"O
R11B	2250	R. Ciprestes, 758 - Castelo Branco	29°55'50.76"S; 51° 0'5.39"O
R11C	5000	R. Ciprestes, 758 – Castelo Branco	29°55'49.65"S; 51° 0'5.88"O
R12	130	R. Ciprestes, 758 – Castelo Branco	Mesmo R27
R13	50	R. Marcílio Dias, 90 - COHAB C	29°56'14.76"S; 51° 1'8.04"O
R14	250	R. Marcílio Dias, 90 - COHAB C	29°56'15.41"S; 51° 1'2.32"O
R15	500	R. Acilino Francisco de Medeiros, 118	29°56'56.48"S; 51° 0'42.56"O
R16	50	R. Acilino Francisco de Medeiros, 118	29°56'56.48"S; 51° 0'42.56"O
R17 (CH?)	1000	Rua Manoel Vitorino Nunes, Pq. Matriz	29°56'34.78"S; 51° 4'38.25"O
R18A	50	Rua Três de Novembro, 350	29°56'49.29"S; 51° 2'44.83"O
R18B	50	Rua Três de Novembro, 350	-
R19	250	R. Getúlio Celso Nunes, 32	29°55'26.33"S; 50°59'14.18"O
R20	4000	Estrada da Cavallhada, nº 3857	Mesmo R-03
R21	500	ETA II-Estrada da Cavallhada, nº 3857	29°57'38.39"S; 50°56'6.31"O
R22	500	Rua Flávio R. Sabbadini nº 40	29°55'6.88"S; 51° 1'2.66"O
R23	500	Estrada Joaquim Teixeira de Souza	29°52'50.80"S; 51° 0'3.44"O
R24	500	Rua Aurélio Reis, 536	29°54'40.76"S; 51° 3'39.79"O

Reservatório	Capacidade (m³)	Endereço	Coordenadas
R25	250	Travessa Ortiz, S/N	29°55'22.13"S; 50°59'19.40"O
R26A	70	Rua Anita Luzia Braun S/N	29°55'25.53"S; 50°59'13.80"O
R26B	70	Rua Anita Luzia Braun S/N	29°55'25.53"S; 50°59'13.80"O
R27	500	rua dos Ciprestes, 234	29°55'51.44"S; 51° 0'7.39"O
R28	1000	R. Agostinho do Santos s/nº, B. Palermo	29°53'29.60"S; 51° 0'40.40"O
R29	500	Rua Arthur G. dos Santos, 21	29°55'40.50"S; 50°58'35.27"O
R32	500	Av. Porto Alegre, 250	29°57'15.15"S; 50°57'54.75"O
R33	500	General Motors	29°56'29.69"S; 50°55'26.04"O
R34	500	CR S. CEC-CRAV Rua Ângelo Gomes, 109	29°55'30.43"S; 50°53'15.06"O
R34A	50	CR S. CEC-CRAV Rua Ângelo Gomes, 109	29°55'30.43"S; 50°53'15.06"O
R35A	1000	General Motors	29°56'14.71"S; 50°54'53.37"O
R35B	500	General Motors	29°56'14.71"S; 50°54'53.37"O
R37	500	Breno Garcia	29°54'47.67"S; 50°54'43.35"O
R38	1500	Loteamento Prado	29°56'41.69"S; 50°55'37.43"O

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.4. Estações de bombeamento de água

As Estações de Bombeamento de Água Tratada (EBATs) 14 e 14A estão localizadas juntamente à ETA Gravataí, sendo ambas responsáveis pelo abastecimento de água de grande parte do município. A EBAT 14 possui 03 conjuntos moto bomba de 600 cv de potência, um deles reserva, e outro conjunto de 300 cv de potência para utilização em situações específicas, tais como retomadas do abastecimento pós parada ou em situações de baixo nível do R-03.

Já a EBAT 14A, possui 03 conjuntos moto bomba, dois de 125 CV (um deles reserva), abastecem o reservatório elevado R-21, enquanto o terceiro, chamado G5, de 300 cv, abastece as regiões de abrangência dos reservatórios R-32 e R-33. As demais estações encontram-se descritas a seguir.

OmBooster (EBAT 7) recebe abastecimento de parte do sistema de Cachoeirinha e R-10 (500 m³) e recalca para o R-13 (50 m³); Possui 2 motores 50 cv 1.770 rpm, e 2 bombas

FLOWSERVE D1021 6X4X13 (225 m³/h; 31 mca), sendo um conjunto em uso e uma reserva.

Quadro 33 – EBA e booster do SAA.

EBA	Vazão (m ³ /h)	Tipo	Localização/ Coordenadas
SIGRAC EBA-7 (booster)	225	Horizontal	29°56'11.59"S; 51° 1'39.79"O
SIGRAC EBA 3 Poços		Horizontal	29°57'15.80"S; 51° 5'35.61"O
SIGRAC EBA-14	700	Horizontal	29°57'37.49"S; 50°56'11.79"O
SIGRAC EBA-14A	540	Horizontal	29°57'37.49"S; 50°56'11.79"O
SIGRAC EBA-PROV.		Horizontal	29°57'37.49"S; 50°56'11.79"O
SIGRAC EBA-SC.G		Horizontal	29°55'30.32"S; 50°53'14.39"O
SIGRAC EBA-9		Horizontal	29°55'49.82"S; 51° 0'4.68"O
SIGRAC EBA-20	280	Horizontal	29°56'29.94"S; 50°55'25.82"O
SIGRAC EBA-8	90	Horizontal	29°56'14.76"S; 51° 1'8.04"O
SIGRAC EBA-11	50	Horizontal	29°56'56.48"S; 51° 0'42.56"O
SIGRAC EBA-13	60	Submersa	29°56'12.40"S; 51° 2'41.07"O
SIGRAC EBA-19	120	Horizontal	29°55'6.74"S; 50°54'17.31"O
SIGRAC EBA-Bela Vista	40	Horizontal	29°55'44.68"S; 50°59'24.55"O

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.5. Rede de distribuição de água

A captação do Rio Gravataí para a ETA Gravataí é realizada através de duas adutoras, sendo uma proveniente do sistema principal, com diâmetro de 500 mm, e a outra proveniente do sistema provisório, com diâmetro de 300 mm. A adutora que encaminha água até a ETA é de ferro fundido DN 500 mm e possui, aproximadamente, 1.800 metros de extensão.

O sistema de água tratada para o município de Gravataí possui duas adutoras de água tratada (DN 300 e DN 400), sendo que parte da região oeste da cidade é abastecida por água proveniente do município de Cachoeirinha, através de duas adutoras de água tratada (DN 350 e DN400), produzida pela ETA Cachoeirinha.

A rede de distribuição tem em torno de 705 km de extensão, sendo em sua maioria DN50 (463.380 m), seguido dos demais diâmetros DN100 (82.200 m), DN 75 (50.650 m), DN150 (34.520 m), DN60 (24.300 m), DN400 (8.800 m), DN25 (8.360 m), DN160(6.080 m), DN125 (4.410 m), DN32 (4.360 m), DN65 (2.470 m), DN200(1.500 m), DN40 (180 m) e DN85 (130 m). A descrição detalhada da rede encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 34 – Redes do SAA Gravataí.

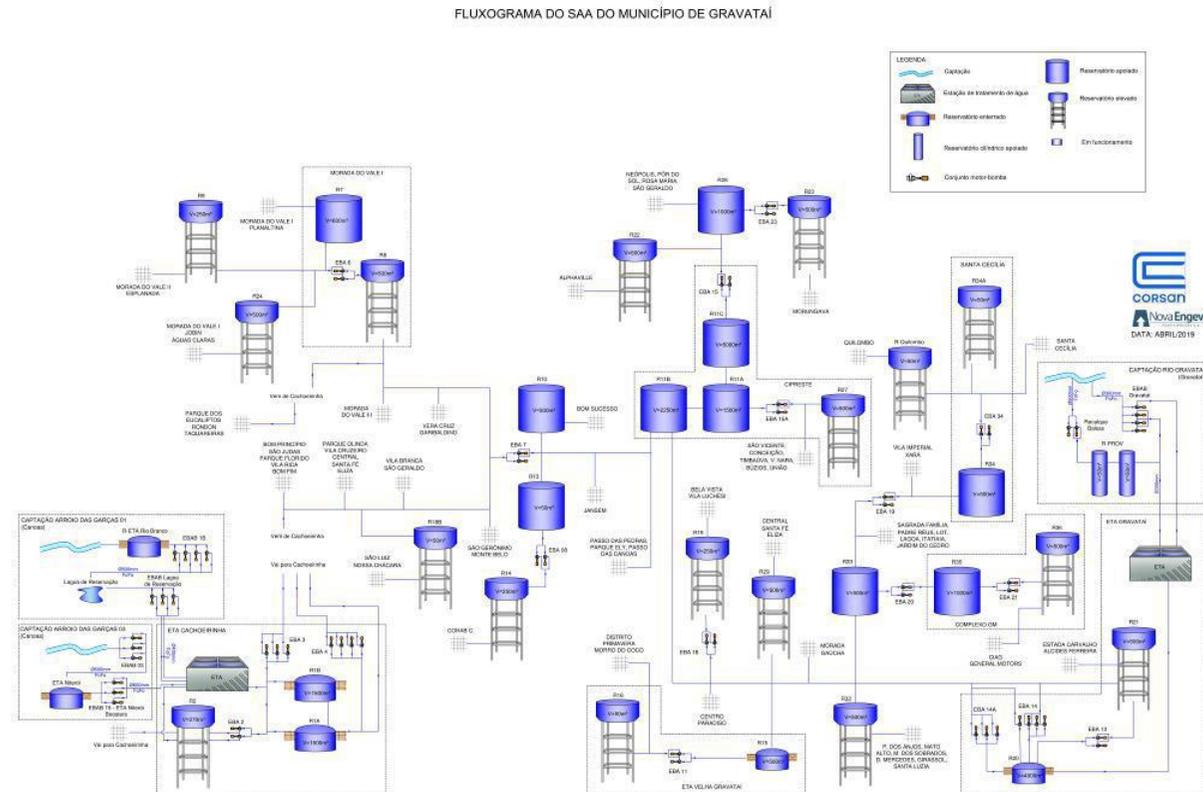
Material	Extensão	Diâmetro
FC	18.280 m	50 mm
FC	2.470 m	65 mm
FC	130 m	85 mm
FC	29.140 m	100 mm
FC	4.410 m	125 mm
FC	34.120 m	150 mm
F°Fº	400 m	150 mm
F°Fº	8.800 m	400 mm
PVC	8.360 m	25 mm
PVC	4.360 m	32 mm
PVC	180 m	40 mm
PVC	445.100 m	50 mm
PVC	24.300 m	60 mm
PVC	50.650 m	75 mm
PVC	53.060 m	100 mm
PVC	6.080 m	160 mm
PVC.DEFOFO	13.680 m	150 mm
PVC.DEFOFO	1.500 m	200 mm

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.6. Fluxograma esquemático do sistema

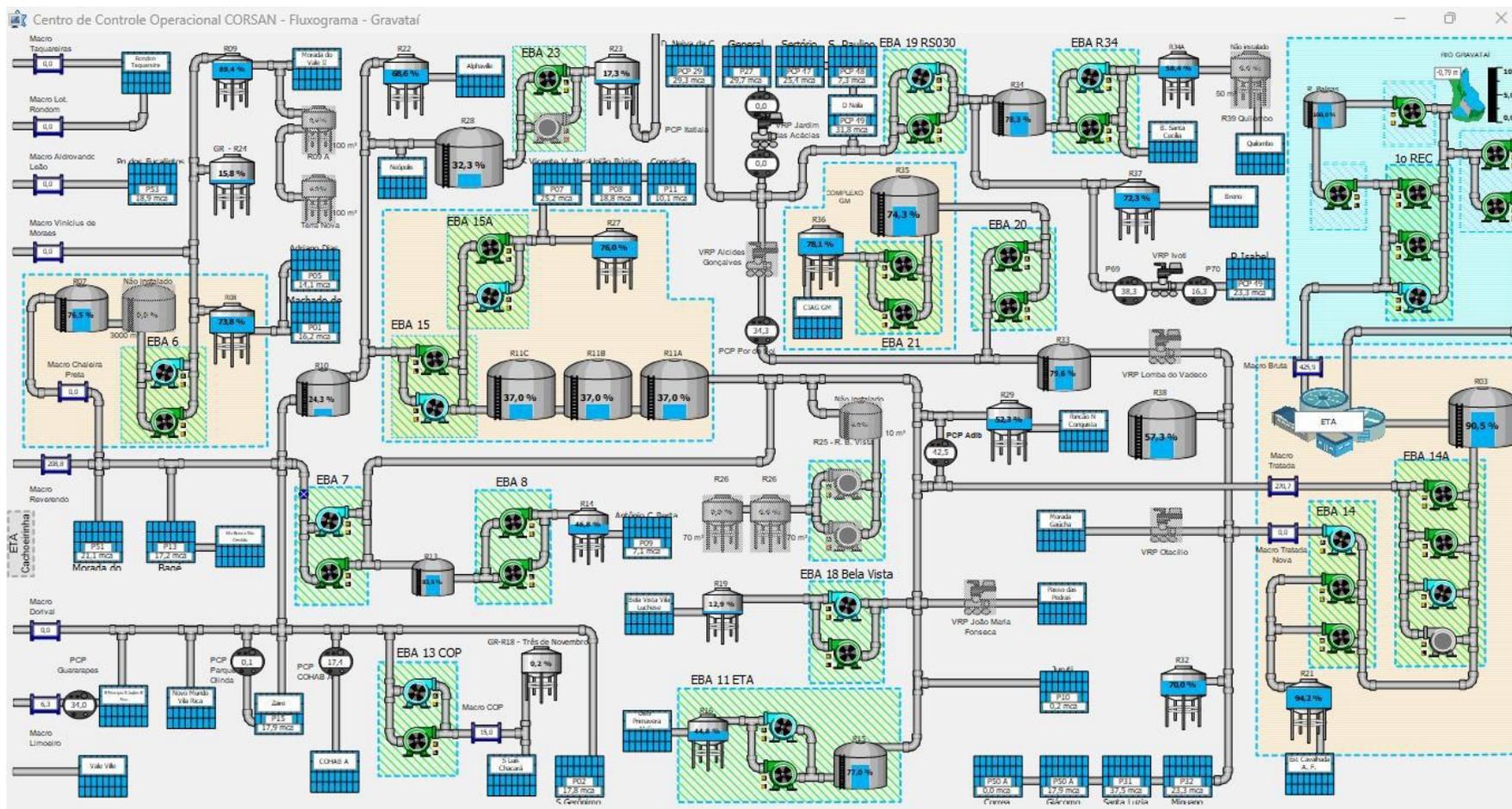
Nas figuras a seguir, é possível verificar o fluxograma do SAA.

Figura 18 – Fluxograma do SAA.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 19 – Fluxograma do SAA – COI.



Fonte: Elaboração própria (2024).

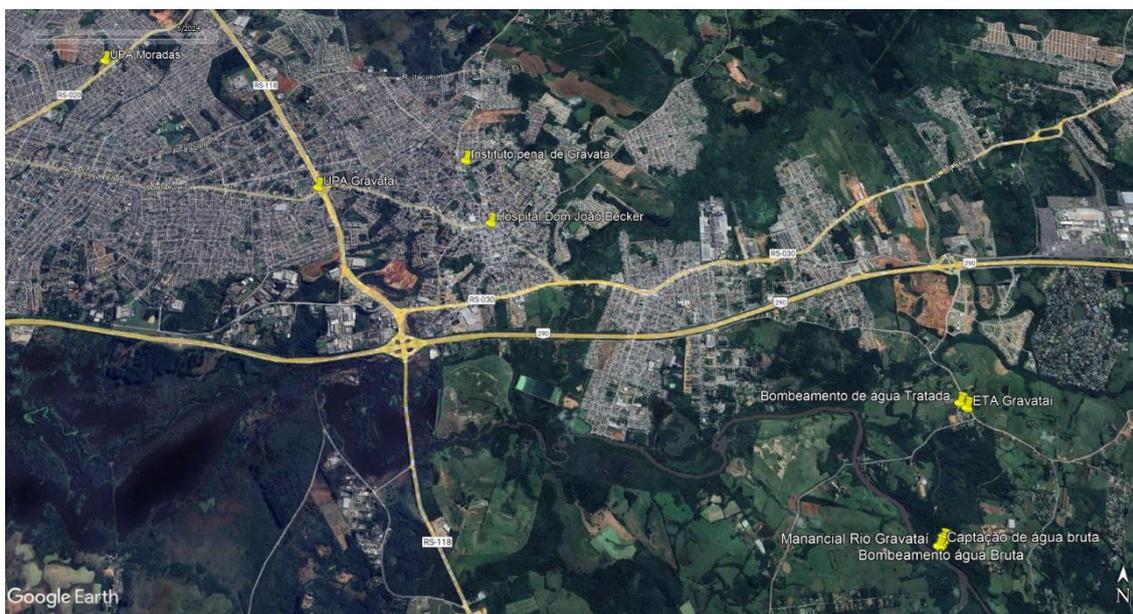
3.1.7. Identificação dos pontos vulneráveis

Os pontos vulneráveis encontram-se descritos a seguir.

- Manancial superficial/subterrâneo;
- Ponto de captação de água bruta junto ao manancial;
- Estações de bombeamento de água bruta e água tratada (EBAB e EBAT);
- Estação de tratamento de água;
- Rede de distribuição de água – pontos críticos de abastecimento, hospitais, escolas, instituições carcerárias, locais com prestação de serviço essencial com alta concentração de pessoas.

Os pontos encontram-se apresentados nas figuras a seguir.

Figura 20 – Pontos vulneráveis do SAA – Parte 1.



UPA Moradas; UPA Gravataí; Instituto penal da Gravataí; Hospital Dom João Becker; Bombeamento de água tratada; Estação de Tratamento de Gravataí; Manancial Rio Gravataí; Captação de água bruta; Bombeamento de água bruta.

Fonte: Google Earth (2024).

Figura 21 – Pontos vulneráveis do SAA – Parte 2.



Reservatórios e estações de bombeamento.

Fonte: Google Earth (2024).

3.1.8. Identificação das áreas com maior demanda

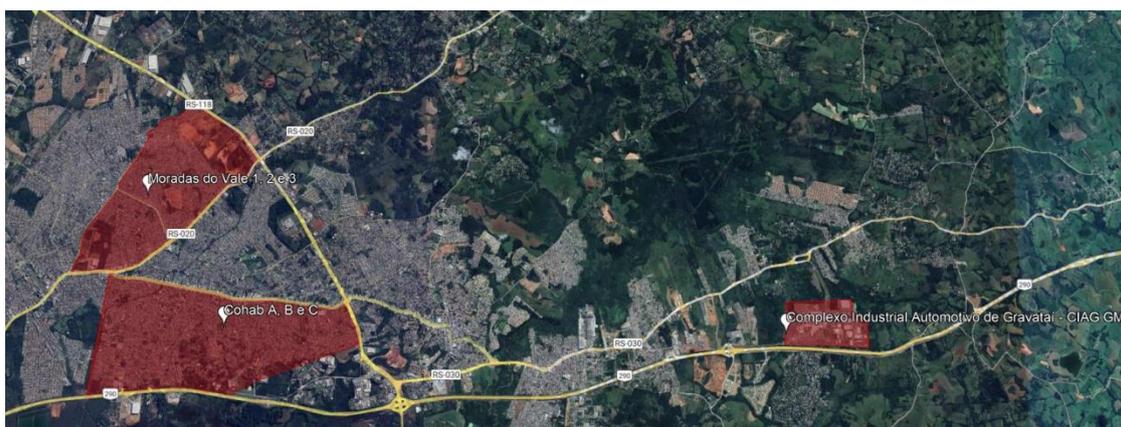
As áreas com maior demanda de consumo de água no município estão indicadas no quadro e na figura a seguir:

Quadro 35 – Áreas com maior demanda de consumo.

Zona /bairro	Economias
Moradas do vale 1, 2 e 3	6.000
Cohab A, B e C	8.000
Complexo GM	2 reservatórios exclusivos totalizando 1500 m ³

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 22 – Área com maior demanda.



Fonte: Google Earth (2024).

3.2. Esgotamento sanitário

3.2.1. SES Breno Garcia

3.2.1.1. Rede coletora e estações de bombeamento de esgoto

O quadro a seguir apresenta um resumo de informações acerca das Estações de Bombeamento de Esgoto (EBEs). A rede coletora e as EBEs de esgoto bruto do SES Breno Garcia são operadas pela Ambiental Metrosul.

Quadro 36 – Resumo de informações acerca das EBEs presentes no SES Breno Garcia.

Unidade	Coordenadas		Município
	Latitude	Longitude	
EBE Coqueiros	-29.912278°	-50.911222°	Gravataí

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.1.2. Estação de tratamento de esgoto

O quadro a seguir apresenta um resumo de informações acerca da ETE Breno Garcia, que também compõe o SES Breno Garcia, operado pela Ambiental Metrosul.

A estação está alocada no município de Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A medida de porte do empreendimento é de 3.060,00 m³/dia de vazão afluyente, correspondendo a faixa 5 do Artigo 17, § 2º da Resolução CONSEMA 355/2017.

Quadro 37 – Resumo de informações acerca da ETE do SES Breno Garcia.

Unidade	Coordenadas dos Vértices		Município	Vazão	
	Latitude	Longitude		m ³ /dia	l/s
ETE	-29.909694°	-50.925998°	Gravataí	3.060,00	35,4
	-29.909507°	-50.927014°			
	-29.908647°	-50.926867°			
	-29.908723°	-50.926018°			

Fonte: Elaboração própria (2024).

A ETE compreende os seguintes componentes:

- Calha parshall;
- Reator anaeróbio de fluxo ascendente;
- Filtro biológico aerado submerso;
- Floculador;
- Decantador secundário;
- Biofiltro de carvão ativado para tratamento do biogás;

- Seis leitos de secagem;
- 1 emissário de esgoto tratado, desde a ETE até o ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, por gravidade;
- Bacia de contenção para produtos químicos;
- 1 laboratório simplificado.

Na figura a seguir é possível ver a localização da ETE e de suas elevatórias.

Figura 23 – Vista do SES Breno Garcia.



Fonte: Google Earth (2024).

3.2.1.3. Emissário e Ponto de lançamento

O emissário de efluente tratado segue, por gravidade, em tubulação de PVC enterrada, desde a saída da ETE até o ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, e é operada pela Ambiental Metrosul.

O corpo receptor dos efluentes tratados é o Arroio Demétrio.

O quadro a seguir apresenta um resumo de informações acerca do ponto de lançamento do efluente tratado do SES Breno Garcia.

Quadro 38 – Resumo de informações acerca do ponto de lançamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Breno Garcia.

Unidade	Coordenadas		Corpo d'água receptor	Município	Vazão (l/s)
	Latitude	Longitude			
Ponto de Lançamento	-29.908409°	-50.929030°	Arroio Demétrio	Gravataí	35,4

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 24 – Ponto de lançamento do emissário no SES Breno Garcia.



Fonte: Acervo próprio (2024).

3.2.1.4. Fluxogramas

Este item apresenta um fluxograma representativo do Sistema de Esgotamento Sanitário Breno Garcia e um esquema da ETE com a localização dos pontos de monitoramento.

3.2.1.4.1. Fluxograma do sistema de esgotamento sanitário

A figura a seguir apresenta de forma resumida e ilustrativa o funcionamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Breno Garcia.

Figura 25 – Fluxograma representativo dos componentes do SES Breno Garcia.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.1.4.1.1. ETE Breno Garcia

A figura a seguir apresenta a Estação de Tratamento de Esgotos, um dos componentes do Sistema de Esgotamento Breno Garcia.

Figura 26 – ETE Breno Garcia.



Fonte: Google Earth (2024).

3.2.1.5. Identificação dos pontos críticos

Os pontos críticos de controle do sistema de esgotamento sanitário são as unidades consideradas vitais para o funcionamento do sistema de tratamento. São elas:

- Rede coletora;
- Elevatórias;
- Linha de recalque de esgoto bruto;
- Tratamento preliminar (grade e caixa de areia);
- Reatores e Aeradores;
- Sistema terciário;
- Sistema de desague de lodo;
- Sistema de armazenagem, preparação e dosagem de produtos químicos;
- Emissário de esgoto tratado.

3.2.2. SES Parque dos Anjos

3.2.2.1. Rede coletora e Estações de bombeamento de esgoto

O quadro a seguir apresenta um resumo de informações acerca das EBEs. A rede coletora e as EBEs de esgoto bruto do SES Parque dos Anjos são operadas pela Ambiental Metrosul.

Quadro 39 – Resumo de informações acerca das EBEs presentes no SES Parque dos Anjos.

Nome	Coordenadas geográficas		Município
	Latitude	Longitude	
EBE 51 - CENTENÁRIO 4	-29.947032	-50.983642	Gravataí
EBE 53 - PIRELLI	-29.943750	-50.967011	Gravataí
EBE 54 - BELLA VITTA	-29.925403	-51.005703	Gravataí
EBE 55 - BOA VISTA	-29.924625	-50.999636	Gravataí
EBE 57 - RECANTO DO ARVOREDO	-29.923945	-50.991392	Gravataí
EBE 71 - RESIDENCIAL PARQUE DO LAGO	-29.931659	-50.979708	Gravataí
EBE 72 - LUCHESI 1 (BELA VISTA/ORTIZ)	-29.922895	-50.988551	Gravataí

Nome	Coordenadas geográficas		Município
	Latitude	Longitude	
EBE 73 - LUCHESI 2 (TIMBAUVA/JD LUCHESI)	-29.926072	-50.985178	Gravataí
EBE 74 - DOM FELICIANO	-29.930854	-50.989350	Gravataí
EBE 97 - AB02 Palermo	-29.928218	-50.980901	Gravataí
EBE 95 - Prado	-29.951337	-50.934019	Gravataí

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.2.2. Estação de tratamento de esgoto

O quadro a seguir apresenta um resumo de informações acerca da ETE Parque dos Anjos, que também compõe o SES Gravataí, operado pela Ambiental Metrosul.

A estação está alocada no município de Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A medida de porte do empreendimento é de 4.406 m³/dia.

Quadro 40 – Resumo de informações acerca da ETE do SES Parque dos Anjos.

Unidade	Coordenadas dos Vértices		Município	Vazão	
	Latitude	Longitude		m ³ /dia	l/s
ETE	-29.958989°	-50.983909°	Gravataí	17.280,00	200
	-29.960903°	-50.984864°			
	-29.957388°	-50.989057°			
	-29.959078°	-50.990071°			

Fonte: Elaboração própria (2024).

A ETE compreende os seguintes componentes:

- Lagoa Anaeróbia;
- Lagoa Facultativa;
- 2 Lagoas de Maturação em série;
- 1 emissário de esgoto tratado, desde a ETE até o ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, por gravidade;
- 1 laboratório simplificado.

Na figura a seguir é possível ver a localização da ETE.

Figura 27 – Vista do ETE Parque dos Anjos.



Fonte: Google Earth (2024).

3.2.2.3. Emissário e Ponto de lançamento

O emissário de efluente tratado segue, por gravidade, em tubulação de PVC enterrada, desde a saída da ETE até o ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, e é operada pela Ambiental Metrosul.

O corpo receptor dos efluentes tratados é o Arroio Demétrio, afluente do Rio Gravataí.

O quadro a seguir apresenta um resumo de informações acerca do ponto de lançamento do efluente tratado do SES Parque dos Anjos.

Quadro 41 – Resumo de informações acerca do ponto de lançamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Parque dos Anjos.

Unidade	Coordenadas		Corpo d'água receptor	Município	Vazão (l/s)
	Latitude	Longitude			
Ponto de Lançamento	-29.95965400°	-50.99043300°	Arroio Demétrio	Gravataí	50,99

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 28 – Ponto de lançamento do emissário no SES Parque dos Anjos.



Fonte: Acervo próprio (2024).

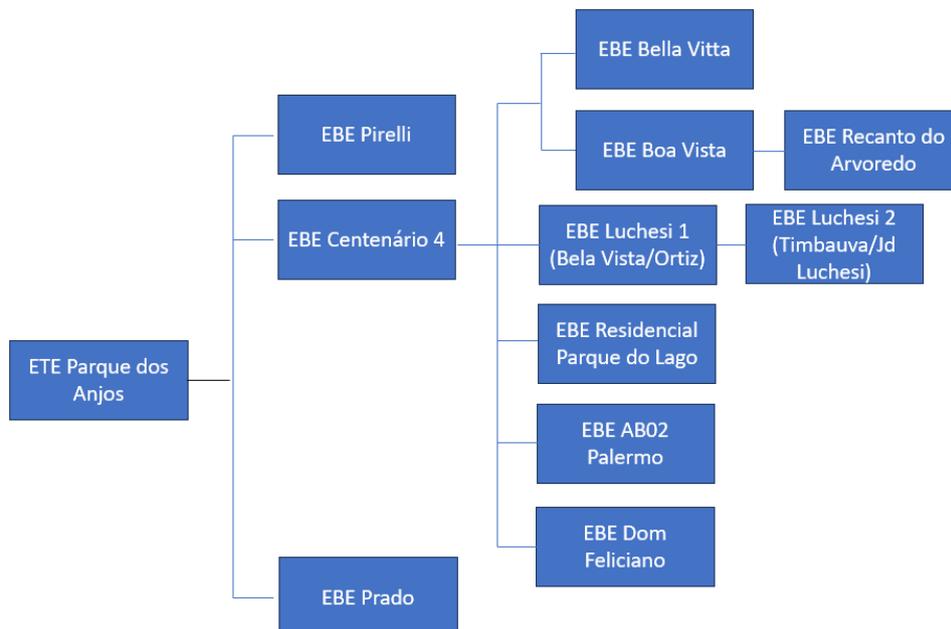
3.2.2.4. Fluxogramas

Este item apresenta um fluxograma representativo do Sistema de Esgotamento Sanitário Parque dos Anjos e um esquema da ETE com a localização dos pontos de monitoramento.

3.2.2.4.1. Fluxograma do sistema de esgotamento sanitário

A figura a seguir apresenta de forma resumida e ilustrativa o funcionamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Parque dos Anjos.

Figura 29 – Fluxograma representativo dos componentes do SES Parque dos Anjos.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.2.4.2. ETE Parque dos Anjos

A figura a seguir apresenta a Estação de Tratamento de Esgotos, um dos componentes do Sistema de Esgotamento Gravataí.

Figura 30 – ETE Parque dos Anjos.



Fonte: Google Earth (2024).

3.2.2.5. Identificação dos pontos críticos

Os pontos críticos de controle do sistema de esgotamento sanitário são as unidades consideradas vitais para o funcionamento do sistema de tratamento. São elas:

- Rede coletora;
- Elevatórias;
- Nível das Lagoas;
- Linha de recalque de esgoto bruto;
- Emissário de esgoto tratado.

3.2.3. SES Moradas do Vale II

3.2.4. SES Parque dos Eucaliptos

3.2.5. Sistema fossa séptica e filtro

Além dos sistemas mencionados anteriormente, o município de Gravataí possui alguns sistemas de fossa séptica e filtro, conforme detalhado no **Quadro 42**.

Quadro 42 – Informações das ETEs de fossa séptica e filtro do município de Gravataí.

Unidade	Q licenciada (m ³ /dia)	Q licenciada (l/s)	Q atual (l/s)
ETE FF Passo do Carvalho	20	0,2	0,1
ETE FF Resid. Marechal Rondon	20	0,2	0,16
ETE FF Getúlio Vargas	20	0,2	0,15
ETE FF Xará	20	0,2	0,17
ETE FF Princesa Isabel	20	0,2	0,09
ETE FF Dom Pedro	20	0,2	0,14
ETE FF Lotem. Princesa	20	0,2	0,19
ETE FF Res. Esporte e Vida	20	0,2	0,17
ETE FF Reserva da Aldeia	20	0,2	0,16
ETE FF Res. Planalto	20	0,2	0,17

Fonte: Elaboração própria (2024).

4. OBJETIVOS E METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A universalização dos serviços de saneamento básico é um compromisso fundamental para promover a saúde pública, a dignidade humana e a sustentabilidade ambiental. No contexto do Plano, estabelecer objetivos claros e metas mensuráveis é essencial para orientar as ações e investimentos necessários à expansão e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Este capítulo apresenta os objetivos estratégicos e as metas específicas que nortearão as políticas públicas e as iniciativas regionais de saneamento básico. Os objetivos definidos visam atender às diretrizes nacionais de saneamento, garantindo a equidade no acesso aos serviços e promovendo a eficiência operacional dos sistemas. As metas, por sua vez, são delineadas com base em diagnósticos detalhados das condições atuais, considerando as particularidades de cada município e as demandas da população.

Ao longo deste capítulo, serão apresentados os indicadores de desempenho e os prazos para o alcance das metas, bem como as estratégias para superar os desafios e obstáculos que possam surgir.

4.1. Projeção populacional

As projeções populacionais desempenham um papel fundamental no planejamento abrangente de políticas públicas voltadas para o bem-estar social, desenvolvimento econômico e, especificamente, para a execução eficaz de projetos de saneamento básico. No contexto desses projetos, a projeção populacional emerge como uma ferramenta indispensável, fornecendo insights cruciais para o dimensionamento adequado das infraestruturas necessárias, além de servir como base para o cálculo das demandas futuras.

A confiabilidade dessas projeções é um elemento central em estudos dessa natureza. Para alcançar esse nível de confiança, é imperativo realizar uma análise abrangente e interdisciplinar dos cenários passado, presente e futuro da população em questão. Isso não apenas demanda uma compreensão profunda das variáveis que interagem com a

população ao longo do tempo, mas também exige uma perfeita adequação dos métodos empregados no cálculo das projeções aos dados disponíveis.

A complexidade inerente à elaboração dessas projeções é evidente, especialmente devido à necessidade de uma análise cuidadosa das variáveis que interagem com a população em um determinado espaço geográfico ao longo do tempo projetado. Dado que as projeções se relacionam com o futuro, é crucial considerar a incerteza, mesmo quando há informações históricas detalhadas e confiáveis disponíveis sobre a população em estudo.

O levantamento dos dados essenciais para a realização deste estudo populacional foi conduzido por meio das principais fontes de informações neste campo, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa abordagem assegura uma base sólida e atualizada para a projeção, incorporando dados confiáveis que são essenciais para a precisão e utilidade do planejamento futuro.

4.1.1. Método utilizado para projeções populacionais

O IBGE tem a responsabilidade de publicar, até 31 de agosto de cada ano, as estimativas populacionais para estados e municípios. Essas estimativas são de extrema importância, pois servem de base para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mecanismos fundamentais na política fiscal brasileira, que redistribuem receitas tributárias para promover o equilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do país

As estimativas populacionais são calculadas utilizando o método matemático AiBi, um modelo que se baseia na análise de tendências de crescimento populacional de um determinado município entre dois censos demográficos consecutivos. Este método também leva em consideração a tendência de crescimento de uma área geográfica hierarquicamente superior, como o estado ou a Unidade da Federação (UF) em que o município está inserido. As UFs são projetadas pelo método das componentes demográficas, que inclui variáveis como natalidade, mortalidade e migração.

Segundo a nota metodológica n. 01 do IBGE, a população estimada de uma Unidade da Federação em um dado momento t representada como $P(t)$. Essa população é dividida em n áreas menores, geralmente municípios, onde a população de cada área i no tempo t é denotada por $P_i(t)$.

A soma das populações dessas áreas menores deve igualar a população total da Unidade da Federação:

$$P_i(t); i = 1, 2, 3, \dots, n$$

$$P(t) = \sum_{i=1}^n P_i(t)$$

O método AiBi parte da hipótese de que a população de uma área menor i em um tempo t pode ser expressa como uma função linear da população da área maior (a Unidade da Federação), ajustada por dois coeficientes: a_i e b_i . A equação para a população projetada $P_i(t)$ de uma área i é dada por:

$$P_i(t) = a_i P(t) + b_i$$

Onde:

- a_i é o coeficiente de proporcionalidade do incremento da população da área menor i em relação ao incremento da população da área maior;
- b_i é o coeficiente linear de correção, que ajusta as diferenças específicas de crescimento entre as áreas menores e a área maior.

Os coeficientes a_i e b_i são determinados a partir de dados coletados entre os dois últimos censos demográficos. Para definir esses coeficientes, o método utiliza as populações registradas nos censos nos tempos t_0 e t_1 . A partir da resolução de um sistema de equações baseado nos valores populacionais dos censos, obtém-se:

$$a_i = \frac{P_i(t_1) - P_i(t_0)}{P(t_1) - P(t_0)}$$

$$b_i = P_i(t_0) - a_i P(t_0)$$

O princípio subjacente ao método AiBi é que as populações dos domínios menores, como os municípios, constituem uma função linear da população do domínio maior, como o estado ou a Unidade da Federação. No entanto, uma das desvantagens do método é a possibilidade de gerar estimativas de população negativa para algumas áreas. Isso pode ocorrer em regiões onde o coeficiente a_i assume um valor extremamente baixo ou negativo, indicando uma tendência de declínio populacional em relação ao crescimento da área maior.

Para mitigar esse problema, alternativas metodológicas podem ser empregadas. Uma solução proposta por Frias (1987) envolve a separação das áreas com taxas de crescimento positivas e negativas, permitindo um ajuste mais preciso das estimativas. Outra abordagem é o uso de correções manuais para evitar populações negativas, garantindo a consistência e a plausibilidade das projeções.

4.1.2. Objetivos, metas e indicadores

O Plano visa criar um quadro coerente de ações e investimentos que, ao longo do tempo, conduzam à universalização dos serviços de saneamento, melhorando a saúde e a qualidade de vida da população e assegurando a sustentabilidade ambiental e econômica das operações.

Desta forma foram definidos os seguintes objetivos específicos, para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

- Melhoria e expansão do abastecimento de água e esgotamento sanitário, a fim de garantir a universalização ao acesso a água potável e cobertura do esgotamento sanitário;
- Garantir o acesso de qualidade aos serviços de abastecimento de água.

Para atingir os objetivos estabelecidos, tem-se as seguintes metas:

- Universalização: alcançar a meta de 99% de cobertura de água e 90% de cobertura de esgoto, até 2033, conforme a Lei Federal nº 14.026/20, mantendo esta cobertura até 2062.

Para garantir o acompanhamento eficaz das metas estabelecidas no Plano, é fundamental a utilização de indicadores de desempenho. Esses indicadores proporcionarão uma avaliação contínua e objetiva do progresso em direção aos objetivos definidos, permitindo ajustes necessários ao longo do processo.

Por meio da medição sistemática da cobertura dos sistemas, será possível monitorar a eficiência e a eficácia das ações implementadas. É relevante destacar que os indicadores apresentados estão em conformidade com aqueles previstos nos contratos de concessão de serviço público assinados por cada município.

A seguir, serão apresentados os principais indicadores a serem acompanhados.

4.1.2.1. Metodologia do cálculo

A metodologia de cálculo das metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é fundamental para garantir que os objetivos de cobertura e eficiência sejam alcançados de maneira precisa e sustentável. Este item tem como propósito detalhar os critérios e procedimentos utilizados para determinar as metas de universalização, assegurando que todas as áreas de prestação dos serviços sejam devidamente atendidas.

A abordagem considera as características específicas de cada região, incluindo a exclusão de imóveis localizados em áreas irregulares ou com baixa densidade populacional, e leva em conta tanto as economias factíveis quanto as soluções individuais de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Através desta metodologia, busca-se promover a transparência e a eficácia no planejamento e na execução das ações necessárias para a universalização dos serviços de saneamento básico.

A metodologia leva em consideração, portanto, os seguintes tópicos:

- Área de prestação dos serviços;
- A exclusão dos imóveis localizados em áreas irregulares e imóveis localizados em áreas cuja densidade seja abaixo de 1 (uma) ligação para cada 20m (vinte metros) de rede;
- Economias factíveis são as unidades consumidoras ou domicílios com disponibilidade para serem conectados às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- Soluções individuais de coleta e tratamento de esgoto sanitário existentes na área de prestação dos serviços.

4.1.2.2. Nível de universalização dos serviços de água

Acompanha a cobertura dos serviços de abastecimento de água do município, aplicando o NUA, seguindo a fórmula:

$$NUA = \frac{\text{Economias Residenciais de Água}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais de água:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de abastecimento de água, na área da prestação dos serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;
- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de abastecimento de água na Área de Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE.

O instrumento de delegação dos serviços à Concessionária apresenta as metas intermediária e de universalização de cobertura do serviço de esgotamento sanitário do município, as quais são incorporadas automaticamente a este Plano.

4.1.2.3. Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário

Acompanha a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para cada município, aplicando o NUE, seguindo a fórmula:

$$NUE = \frac{\text{Economias Residenciais de Esgoto}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais esgoto:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;
- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE e não deverá incluir domicílios em soleira baixa ou qualquer outra impossibilidade técnica de conexão.

O instrumento de delegação dos serviços à Concessionária apresenta as metas intermediária e de universalização de cobertura do serviço de esgotamento sanitário do município, as quais são incorporadas automaticamente a este Plano.

5. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Os programas, projetos e ações são essenciais para atingir as metas estabelecidas, que devem ser compatíveis com os Planos Plurianuais e outros planos governamentais, conforme a Lei Federal nº 14.026/2020. No entanto, a falta de instrumentos municipais como o Plano Diretor e a ausência de detalhes sobre os componentes do saneamento básico complicam o planejamento.

Apesar disso, o Plano Regional de Água e Esgoto representa um passo importante para a universalização eficiente do saneamento básico regional. A integração dos diversos instrumentos de planejamento e a identificação de fontes de financiamento são cruciais para a sustentabilidade dessas proposições.

Para atingir as metas de cobertura, redução de perdas e qualidade nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é necessário, portanto, um programa de investimentos amplo e abrangente.

5.1. Premissas e diretrizes

A definição dos programas, projetos e ações perpassa pelo entendimento de cada conceito. De acordo com Galvão Júnior et al. (2010), os programas referem-se ao esboço geral de finalidade abrangente, determinando táticas e métodos de maneira estratégica, sendo possível concretizar as metas e objetivos. Já os projetos são entendidos como elementos de cada programa, podendo ser ou não ligados a outros programas, dentro de um mesmo projeto. Por fim, as ações são específicas a cada projeto, tendo foco na execução.

Os programas, projetos e ações aqui definidos, levaram em consideração o diagnóstico do município, operado pela CORSAN. Para isso foram consideradas as demandas pelos serviços de saneamento básico, bem como a dinâmica populacional, além de outros fatores que poderiam dificultar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Neste sentido, para alcançar os objetivos e metas de universalização, são propostos programas, projetos e ações.

As medidas a serem implementadas são divididas em estruturais e estruturantes e levam em consideração a disponibilidade orçamentária, viabilidade técnica, bem como as obrigações específicas constantes nos contratos de concessão.

Dessa forma, as **medidas estruturais** dizem respeito às intervenções no ambiente físico, sendo fundamentais para assegurar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Por outro lado, as **medidas estruturantes** referem-se a aspectos gerenciais, essenciais para o suporte e a eficácia na prestação desses serviços.

5.2. Abastecimento de água

5.2.1. Programa, projetos e ações estruturais

A garantia de um sistema eficiente de abastecimento de água é fundamental para a saúde pública e o bem-estar da população. Para atingir esse objetivo, é necessário implementar uma série de ações estratégicas e estruturais que assegurem a captação, tratamento, armazenamento e distribuição da água de maneira eficaz e sustentável. Essas ações devem ser planejadas e executadas de forma integrada, considerando a diversidade de contextos regionais e a necessidade de preservar os recursos hídricos.

A implementação de tecnologias avançadas, a modernização da infraestrutura existente e a gestão eficiente dos recursos são pilares essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

O **Quadro 43** apresenta a consolidação dos programas e ações para os sistemas de abastecimento de água, oferecendo uma visão abrangente das diretrizes propostas. No entanto, é fundamental ressaltar que cada município possui suas próprias necessidades, sendo as ações ajustadas conforme suas metas contratuais e cronogramas operacionais, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos e a implementação das melhorias necessárias.

Quadro 43 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de abastecimento de água.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Expansão e Implantação das Infraestruturas	Implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água	Implantação dos sistemas de captação de água.	Concessionária
		Implantação dos sistemas de adução de água (bruta e/ou tratada).	
		Implantação dos sistemas de bombeamento de água.	
		Implantação dos sistemas de tratamento de água.	
		Implantação dos sistemas de reservação de água.	
		Implantação dos sistemas de distribuição de água.	
		Implantação dos sistemas de tratamento de lodo.	
		Implantação dos sistemas de interconexão do abastecimento com as unidades consumidoras (conexões, ramal de ligação etc.).	
		Implantação dos parques de hidrômetros.	
	Expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água	Implantação e/ou ampliação dos sistemas de captação de água.	Concessionária
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de adução de água (bruta e/ou tratada).	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de bombeamento de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de reservação de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de distribuição de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento de lodo.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de interconexão do abastecimento com as unidades consumidoras (conexões, ramal de ligação etc.).	
		Implantação e/ou ampliação dos parques de hidrômetros.	
		Expansão e Implantação das Infraestruturas	
Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de adução de água (bruta e/ou tratada).			
Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de bombeamento de água.			
Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento de água.			
Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de reservação de água.			
Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de distribuição de água.			
Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de distribuição de água.			

Programa	Projetos	Ações	Responsável
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento de lodo.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de interconexão do abastecimento com as unidades consumidoras (conexões, ramal de ligação etc.).	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos parques de hidrômetros.	

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.2.2. Programa, projetos e ações estruturantes

O programa estruturante para os sistemas de abastecimento de água tem como objetivo garantir a eficiência, a segurança e a sustentabilidade no fornecimento de água potável, promovendo ações que abrangem desde a organização técnica até o controle da qualidade dos serviços prestados.

Para atingir esses objetivos, os programas estão divididos em cinco áreas principais, conforme apresenta o **Quadro 44**.

Quadro 44 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de abastecimento de água.

Programa	Projeto	Ação	Responsável
Governança Operacional e Gestão de Dados	Regularização, Capacitação e Monitoramento	Regularização e monitoramento das licenças e outorgas para que todas os sistemas de abastecimento de água estejam em conformidade com as normas legais, assegurando a continuidade e expansão dos serviços de forma regularizada.	Concessionária
		Prover treinamento contínuo e atualização para os profissionais envolvidos na operação e manutenção do sistema de abastecimento, assegurando que estejam preparados para lidar com desafios técnicos e operacionais.	
		Elaborar estudos técnicos que subsidiem a criação de projetos para a modernização e ampliação da infraestrutura, aumentando a eficiência do sistema de abastecimento.	
		Implementar um sistema de informações para monitorar a eficiência do abastecimento de água, identificando possíveis melhorias e otimizações no processo.	

Programa	Projeto	Ação	Responsável
	Integração e Atualização de Dados Cadastrais e Operacionais	Atualização contínua das informações cadastrais dos usuários e redes de abastecimento e seus dispositivos especiais (válvulas, ventosas, registros, hidrantes e conexões), garantindo que essas informações sejam constantemente atualizadas e acessíveis para a gestão operacional.	Concessionária
Gestão Eficiente de Recursos Hídricos e Energéticos	Eficiência Operacional e Controle de Perdas	Identificar e combater as perdas de água nos sistemas, por meio de tecnologia de detecção de vazamentos, controle de fraudes e manutenção preventiva.	Concessionária
	Resiliência Hídrica	Identificar e combater as ligações irregulares em soluções individuais de abastecimento (sem a devida outorga), assegurando a garantia de uso dos recursos hídricos conforme normas legais.	Prefeitura Municipal e Concessionária
	Otimização Energética	Implementar tecnologias e processos que aumentem a eficiência energética nos sistemas de bombeamento, tratamento e distribuição de água, com a modernização de equipamentos e incorporação de fontes renováveis.	Concessionária
Segurança e Monitoramento da Água Tratada	Controle da Qualidade da Água Tratada	Sistema de monitoramento para garantir o controle contínuo da qualidade da água, de acordo com as exigências das autoridades, para assegurar a conformidade com os padrões estabelecidos.	Concessionária

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.3. Esgotamento sanitário

5.3.1. Programa, projetos e ações estruturais

O desenvolvimento de um sistema eficiente de esgotamento sanitário é vital para assegurar a saúde pública e a preservação ambiental. Para isso, é essencial implementar ações coordenadas que abrangem desde a coleta dos esgotos até seu tratamento e disposição final. A construção e a modernização da infraestrutura de esgotamento sanitário são fundamentais para garantir que os resíduos sejam tratados adequadamente, evitando a contaminação dos corpos d'água e do solo.

As ações devem incluir a instalação de redes de coleta eficientes, a construção de estações de tratamento de modernas e a melhoria das conexões domiciliares.

O **Quadro 45** consolida os programas e ações para os sistemas de esgotamento sanitário, fornecendo uma visão abrangente das diretrizes propostas. No entanto, é importante

destacar que cada município tem necessidades específicas, e as ações são alinhadas às suas metas contratuais e cronogramas operacionais, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos e as melhorias adequadas.

Quadro 45 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de esgotamento sanitário.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Expansão e Implantação das Infraestruturas	Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Implantação dos sistemas de interconexão da coleta de esgoto com as unidades contribuidoras (ramais de ligação, conexões etc.).	Concessionária
		Implantação dos sistemas de coleta e transporte de esgoto.	
		Implantação dos sistemas de tratamento de esgoto.	
		Implantação dos sistemas de tratamento do lodo.	
		Fiscalização para redução das ligações irregulares (lançamento de esgoto pluvial nas redes de esgoto cloacal e vice-versa)	Prefeitura Municipal e Concessionária
		Fiscalização da efetivação das ligações domiciliares de esgoto cloacal ao SES	Prefeitura Municipal
	Expansão da Capacidade dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Implantação e/ou ampliação dos sistemas de interconexão da coleta de esgoto com as unidades contribuidoras (ramais de ligação, conexões etc.).	Concessionária
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de coleta e transporte de esgoto.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento de esgoto.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento do lodo.	
Renovação e Modernização das Infraestruturas	Melhoria Operacional e Substituições dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de interconexão da coleta de esgoto com as unidades contribuidoras (ramais de ligação, conexões etc.).	Concessionária
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de coleta e transporte de esgoto.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento de esgoto.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento do lodo.	

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.3.2. Programa, projetos e ações estruturantes

O programa tem como objetivo principal garantir a eficiência, legalidade e sustentabilidade na operação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Por meio de

projetos focados na regularização ambiental, capacitação técnica, ampliação da infraestrutura e monitoramento da performance, o programa busca modernizar e expandir o sistema, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, contempla ações para otimizar o uso de energia e integrar dados operacionais, garantindo maior controle e eficiência na gestão dos recursos hídricos e do saneamento, em conformidade com as normas ambientais vigentes. O **Quadro 46** apresenta o programa e seus respectivos projetos e ações.

Quadro 46 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de esgotamento sanitário.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Governança Operacional e Gestão de Dados	Regularização, Capacitação e Monitoramento	Assegurar que o sistema de esgotamento sanitário esteja em conformidade com as normas ambientais vigentes, por meio do monitoramento contínuo e da renovação das licenças necessárias, garantindo a operação legal e ambientalmente adequada.	Concessionária
		Promover treinamentos regulares para os colaboradores, com foco em práticas inovadoras, operação eficiente do sistema de esgotamento e conformidade com as regulamentações ambientais.	
Realizar estudos técnicos detalhados voltados à expansão e melhorias do sistema de esgotamento sanitário, com foco em aumentar a cobertura e melhorar a eficiência operacional e ambiental.			
Implementar um sistema de informações geográficas para monitorar e avaliar a performance do sistema de esgotamento sanitário em tempo real, permitindo a detecção de problemas operacionais e a otimização da gestão dos serviços.			
	Integração e Atualização de Dados Cadastrais e Operacionais	Integrar e atualizar continuamente os dados cadastrais e operacionais do sistema de esgotamento sanitário, garantindo a eficiência na gestão de recursos e a tomada de decisões.	Concessionária
Gestão de Conformidade e Eficiência Energética	Fiscalização e Controle de Ligações Irregulares	Implementar medidas de fiscalização e combate a ligações clandestinas no sistema de esgotamento sanitário, visando a regularização de usuários e a redução de impactos negativos na operação e no meio ambiente.	Prefeitura Municipal e Concessionária
	Fiscalização e Controle de Adesão ao SES	Implementar medidas de fiscalização e acompanhamento da efetivação da adesão dos usuários ao SES de modo a garantir o devido encaminhamento dos efluentes ao tratamento.	Prefeitura Municipal
	Otimização Energética	Implementar medidas de eficiência energética no sistema de esgotamento sanitário, como a substituição de equipamentos obsoletos por novas tecnologias de baixo consumo energético	Concessionária

Programa	Projetos	Ações	Responsável
		e a automação de processos operacionais para reduzir o consumo de energia nas unidades.	
Segurança e Monitoramento da Efluente Tratado	Controle da Qualidade do Efluente Tratado	Implementar um sistema de monitoramento contínuo para garantir que os efluentes tratados atendam aos padrões de qualidade exigidos por regulamentações ambientais, prevenindo a contaminação de corpos d'água e promovendo a saúde pública.	Concessionária

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.4. Programa de desenvolvimento institucional e setorial

A gestão eficaz de sistema de saneamento básico envolve coordenar o abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma integrada. Para isso, são adotadas ações que considerem especificidades locais e promovam o uso sustentável dos recursos.

Educação ambiental e engajamento da comunidade são elementos-chave para sensibilizar sobre a importância do saneamento adequado e incentivar práticas responsáveis. A participação ativa dos cidadãos no processo decisório e na fiscalização das ações contribui para melhorar continuamente os serviços e assegurar um ambiente saudável para todos.

As ações de gestão apresentam, portanto, caráter técnico e institucional, sendo voltadas para melhorias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O **Quadro 47** apresenta os principais projetos e ações de gestão a curto, médio e longo prazo.

Quadro 47 – Programa, projetos e ações de desenvolvimento institucional e setorial.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Programa de Gestão Institucional e Setorial	Sistema de Informações sobre Saneamento	Implantação de sistema regional de informações sobre saneamento (eixo de água e esgoto) com cadastro georreferenciado.	Concessionária
		Manutenção e atualização do sistema regional de informações sobre saneamento com cadastro georreferenciado.	
	Gestão Interna e Externa	Medidas de articulação e desenvolvimento operacional, institucional, tecnológico e/ou de inovação, eficiência energética e serviços especiais.	Concessionária e/ou Prefeitura
		Monitoramento e avaliação sistemática do Plano Regional de Água e Esgoto - RS.	

Programa	Projetos	Ações	Responsável
	Comunicação, Sensibilização e Mobilização Social	Desenvolvimento e manutenção de campanhas constantes de conscientização e incentivo às práticas de uso racional da água e consumo consciente, com ênfase em grandes unidades consumidoras.	Concessionária e/ou Prefeitura
		Desenvolvimento e manutenção de campanhas de conscientização/sensibilização dos usuários sobre a importância das ligações domiciliares às redes coletoras de esgotamento sanitário e redes de abastecimento de água, esclarecendo os benefícios da regularização para o bem-estar social e ambiental.	
		Desenvolvimento e manutenção de campanhas de conscientização/sensibilização dos usuários sobre a proteção dos mananciais e temas ambientais relevantes para o SAA e o SES.	

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.5. Fonte de Financiamento

O Plano Regional abrange a prestação regionalizada dos serviços pela CORSAN, por meio de contratos de programa e contratos de concessão que delegam à Companhia a responsabilidade pela realização dos investimentos necessários para atingir os objetivos definidos neste planejamento regional.

Logo, a fonte de financiamento é privada e atribuída à CORSAN, a quem compete custear os investimentos com recursos próprios ou mediante captação de recursos de terceiros em conformidade com as alternativas disponíveis no mercado de capitais e/ou financeiro, incluindo o acesso a recursos federais nos moldes previstos no art. 50 da Lei Federal 11.445/2007.

Para tanto, os Municípios são responsáveis pela adoção das providências atribuídas legalmente aos titulares dos serviços, especialmente aquelas exigidas pelo art. 50 da Lei Federal 11.445/2007, para assegurar que não haja qualquer obstáculo ao eventual acesso da Concessionária a recursos federais.

6. AÇÕES DE EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

O plano de contingência e emergência estabelece um conjunto de ações planejadas e implementadas a serem adotadas durante emergências que possam ocorrer e afetar o sistema de abastecimento de água e/ou o sistema de esgotamento sanitário do município,

ocasionando interrupções no abastecimento de água e/ou extravasamento de esgoto com contaminação de cursos d'água ou áreas de proteção ambiental e riscos para a saúde pública, segurança e meio ambiente.

Os objetivos principais do plano de contingência e emergência são identificar e definir os eventos emergenciais e os riscos envolvidos nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e apresentar as ações preventivas e mitigadoras para conter os efeitos danosos. A implementação das ações elencadas no plano visa majoritariamente:

- Restringir ao máximo os impactos dos riscos potenciais identificados;
- Antecipar que situações externas ao evento contribuam para o seu agravamento;
- Promover medidas básicas para restringir danos às áreas definidas;
- Proteger a integridade física da população e funcionários envolvidos;
- Evitar danos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto.

A elaboração e estruturação do presente plano visam atendimento das resoluções normativas das Agências Reguladoras do Rio Grande do Sul - AGERGS e AGESAN - (Resolução AGERGS nº 37/2017, Resolução Agesan CSR Nº 013/2023). Desta forma, são apresentadas um mapeamento das vulnerabilidades dos sistemas, a classificação dos riscos, os procedimentos detalhados para mitigar danos em caso de emergência e os responsáveis envolvidos nos processos. A abrangência da aplicação do plano de contingência são as unidades operacionais dos sistemas descritos a seguir:

- Sistema de abastecimento de água abrangendo manancial, captação adutoras, estação de tratamento, rede de distribuição e reservatórios;
- Sistema de esgotamento sanitário abrangendo redes coletoras, estações de bombeamento de esgoto, estação de tratamento e corpo receptor.

6.1. Avaliação das vulnerabilidades do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário

A identificação das vulnerabilidades do sistema de água e de esgoto foi realizado analisando as unidades consideradas essenciais para o funcionamento do sistema e

verificadas as hipóteses de situações emergenciais com potencial para causar impacto negativo aos usuários e meio ambiente.

Na definição destas condições emergenciais considerou-se que estão fora da matriz de riscos os eventos que não geram impacto direto de dano ambiental, aos consumidores, que sejam de baixa complexidade e de solução rápida através da estrutura de manutenção de cada sistema. Nesta situação elencamos as seguintes atividades

- **Manancial** – Pequenas alterações na capacidade de fornecimento de água para captação e que não resulte em alteração de vazão e risco de situação de emergência;
- **Aduadoras de água bruta e tratada** – Rompimentos reparados em intervalo de tempo suficiente para não gerar problemas de desabastecimento (máximo 8 – 12 horas)
- **Elevatórias de água bruta e tratada** – Paralisação de conjunto de bombeamento onde é acionado o conjunto de reserva e/ou pequenas manutenções que não geram paralisação do funcionamento da elevatória;
- **Rede de distribuição** – Reparos de rede nos tempos < 12 horas e que tenham impacto setorial sem ser considerado um desabastecimento;
- **Estação de tratamento de água** – Pane nos equipamentos bem como eventos de vandalismo e incêndio que não impactam em paralisação de funcionamento da ETA;
- **Rede de coleta de esgoto** – Reparos de rede nos tempos < 12 horas;
- **Elevatórias de esgoto bruto** – Paralisação de conjunto de bombeamento onde é acionado o conjunto de reserva e/ou pequenas manutenções que não geram paralisação do funcionamento da elevatória e extravasamento para meio ambiente;
- **Estação de tratamento de esgoto** – Pane nos equipamentos bem como eventos de vandalismo e incêndio que não impactam em paralisação de funcionamento da ETE e extravasamentos.

6.2. Abastecimento de água

6.2.1. Categorização dos riscos/vulnerabilidades

6.2.1.1. Definições dos critérios de vulnerabilidade

A análise de riscos/vulnerabilidades permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer todo o sistema operacional. Para cada risco/vulnerabilidade identificado, define-se: *a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimentos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.*

Para a classificação das vulnerabilidades foi utilizada como referência a metodologia da ABNT NBR ISO 14001/ 2015.

Para atribuição de pesos e pontuação das gravidades, após a identificação e classificação, executou-se uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos/vulnerabilidades foi realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a graduação apresentada nos quadros a seguir.

Quadro 48 – Matriz de determinação da probabilidade.

Probabilidade	Valor	Descrição
Muito Baixa	1	Rara. Ocorre somente em circunstâncias excepcionais.
Baixa	2	Improvável. Pode ocorrer em algum momento.
Média	3	Possível. Deve ocorrer em algum momento.
Alta	4	Provável. Vai ocorrer na maioria das circunstâncias.
Muito Alta	5	Quase certa. Ocorre em quase todas as circunstâncias.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 49 – Matriz de determinação do impacto/consequência.

Impacto/Consequência	Valor	Geral
Muito Baixo	1	Consequências são tratadas com operações de rotina
Baixo	2	Consequências não ameaçam a eficácia e eficiência do processo
Médio	3	Consequências ameaçam levemente a eficácia e/ou eficiência do processo
Alto	4	Consequências ameaçam significativamente a eficácia e/ou eficiência do processo
Muito Alto	5	Consequências ameaçam o fortemente o processo e a organização

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.2.1.2. Definições dos critérios de gravidade

A definição dos critérios de gravidade foi realizada pela avaliação qualitativa do risco/vulnerabilidade de acordo com sua probabilidade de ocorrência, bem como seu impacto potencial de acordo com os dados apresentados nas matrizes acima.

O quadro a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição da classificação do nível de risco/vulnerabilidade

Quadro 50 – Matriz probabilidade x impacto para classificação do risco.

Matriz de vulnerabilidade (P x I) para a determinação dos patamares de graduação dos riscos (grau de ameaça)					
Probabilidade	Impacto				
	1	2	3	4	5
1	1	2	3	4	5
2	2	4	6	8	10
3	3	6	9	12	15
4	4	8	12	16	20
5	5	10	15	20	25

Classificação	Código	Pontuação
Não significativos	(NS)	Abaixo de 15
Significativos	(S)	Igual ou maior do que 15

Fonte: Elaboração própria (2024).

Cálculo do Risco:

$$R = P \times I$$

- R: Risco;
- P: Probabilidade;
- I: Impacto.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto conforme o quadro a seguir.

Caso o risco/vulnerabilidade se enquadre na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo se admite a aceitação ou adoção de medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio e devem ser adotadas medidas de controle e monitoramento e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco/vulnerabilidade alto e deverá ser realizado o plano de emergência e contingência.

Quadro 51 – Classificação do risco.

Classificação do risco		
	Risco baixo	Risco Tolerável: sem necessidade de plano de ação além dos procedimentos já estabelecidos na companhia
	Risco médio	Monitoramento e Gestão: o evento necessita acompanhamento e comunicação constante com área operacional e de gestão.
	Risco alto	Risco Significativo: Deverá ser elaborado Plano de Ação para implementação do controle

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.2.2. Critérios de priorização dos riscos/vulnerabilidades

Como critério de priorização e direcionamento das ações mitigadoras, as vulnerabilidades são priorizadas conforme seu grau de risco, sempre do mais alto para o mais baixo. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

6.2.3. Plano de ações de emergências e contingências

De forma a evitar e/ou minimizar a ocorrência de eventos emergenciais indesejáveis e os impactos ocasionados por estes, neste capítulo serão definidas ações e procedimentos mitigadores necessários para uma rápida tomada de decisão, tendo por referência os cenários acidentais elencados no sistema de água.

Nos quadros a seguir, está demonstrada a relação dos eventos relevantes do SAA de ocorrer (riscos/vulnerabilidades), as medidas de detecção dos eventos, tempo de detecção, os efeitos das situações de emergência, as ações mitigatórias e de emergência propostas para reduzir os riscos e os efeitos da emergência, a classificação dos riscos identificados para cada situação e os potenciais afetados.

Quadro 52 – Ações de Contingência e Emergência – SAA.

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
							P	I	
Captação superficial 30°20'15.98"S 50°23'38.14"O	Estiagem prolongada na Bacia do Rio	Redução da disponibilidade de água bruta Paralisação total ou parcial da captação de água bruta	Telemetria via COI e Medição manual de nível	Imediato	Desabastecimento parcial ou total	Controle do nível Comunicação aos órgãos ambientais e comitê de bacia; captação direta no rio por balsas Programar o fornecimento de água por meio de carros-pipa para consumidores essenciais Implantar sistema de rodízio de abastecimento para reduzir os efeitos do desabastecimento	4	5	20
Captação superficial 30°20'15.98"S 50°23'38.14"O	Ocorrência de cheias severas	Inundação das unidades operacionais Paralisação total ou parcial da captação de água bruta	Telemetria via COI e Medição manual de nível	Imediato	Desabastecimento parcial ou total	Programar sistema alternativo de captação (GMB flutuante) Programar o fornecimento de água por meio de carros-pipa para consumidores essenciais Implantar sistema de rodízio de abastecimento para reduzir os efeitos do desabastecimento	2	5	10
Captação superficial 30°20'15.98"S 50°23'38.14"O	Despejos de produtos contaminantes voluntariamente ou por acidente	Alteração da qualidade da água bruta Paralisação total ou parcial da captação de água bruta	Monitoramento laboratorial (análises da água)	Variável	Desabastecimento parcial ou total	Adequação do processo de tratamento se houver condições técnicas Monitoramento e avaliação da concentração dos contaminantes para restabelecer a captação Programar o fornecimento de água por meio de carros-pipa para consumidores especiais	1	3	3

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
							P	I	
						Implantar sistema de rodízio de abastecimento para reduzir os efeitos do desabastecimento			
Captação superficial 30°20'15.98"S 50°23'38.14"O	Ocorrência de proliferação de algas no manancial	Alteração da qualidade da água bruta Redução da capacidade de tratamento	Monitoramento laboratorial (análises da água)	Variável	Desabastecimento parcial	Adequar o processo de tratamento para remoção dos efeitos da proliferação de algas	1	2	3
EBAB (29°58'29.72"S 50°56'26.67"O)	Falha eletromecânica equipamentos	Parada na adução de água bruta	Telemetria e observação na vazão de chegada na ETA Monitorado pelo COI e ETA	Variável	Desabastecimento parcial ou total	Acionamento imediato da Coordenadoria Operacional (manutenção) uso de caminhão pipa para manter o abastecimento de pontos críticos caso necessário.	1	3	3
EBAB (29°58'29.72"S 50°56'26.67"O)	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada na adução de água bruta	Telemetria e observação na vazão de chegada na ETA Monitorado pelo COI e ETA	Variável	Desabastecimento parcial ou total	Acionar Concessionária de energia elétrica Se a previsão for maior que 24 horas para retorno, será acionado o contrato de caminhão pipa para as áreas essenciais Instalação do sistema contingência elétrica (ex: geradores)	3	3	9
EBAB (29°58'29.72"S 50°56'26.67"O)	Vandalismo	Dano patrimonial, avarias nos equipamentos	Vistoria no local, reclamação de falta de água, sistema de monitoramento remoto monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento geral ou parcial	Registro de boletim de ocorrência Acionamento das equipes eletromecânicas para restabelecer a operação se necessário Se a previsão for maior que 24 horas para retorno, será acionado o contrato de caminhão pipa para as áreas essenciais	3	3	9

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
							P	I	
ETA (29°57'38.17"S 50°56'8.47"O)	Oscilação/ interrupção no fornecimento de energia elétrica	Interrupção no tratamento da água, até que se restabeleça a energia Falha na dosagem de produtos e perda da qualidade	Monitoramento na Estação Monitorado pelo COI	Variável	Não atendimento aos requisitos legais aplicáveis Desabastecimento parcial ou total	Acionamento da concessionária de energia elétrica, aviso à população da falta de água, uso de geradores se falta de energia prolongada, uso de caminhões pipa Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	3	5	15
ETA (29°57'38.17"S 50°56'8.47"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Falha na dosagem de produtos e perda da qualidade	Monitorado pelo COI	Variável	Não atendimento aos requisitos legais aplicáveis Deficiência no tratamento Desabastecimento parcial ou total	Verificação e rearme dos equipamentos, caso necessário, substituição deles	3	5	15
ETA (29°57'38.17"S 50°56'8.47"O)	Vazamento de produtos químicos	Interrupção/redução do tratamento da água, risco a saúde e/ou causar danos ambientais	Visualmente, Sistema supervisorio ou através de análises da água	Variável	Desabastecimento geral ou parcial	Conter o vazamento, recolher o produto, executar os planos emergenciais específicos para cada produto Corrigir a falha e restabelecer o sistema Entrar em contato com responsável técnico se necessário	1	5	5
ETA (29°57'38.17"S 50°56'8.47"O)	Vandalismo	Dano patrimonial, avarias nos equipamentos	Vistoria no local, reclamação de falta de água, sistema de monitoramento remoto	Variável	Desabastecimento geral ou parcial	Registro de boletim de ocorrência Acionamento das equipes eletromecânicas para restabelecer a operação se necessário	2	5	10
EBAT (29°56'11.59"S 51° 1'39.79"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Coordenadoria Eletromecânica para substituição ou conserto do equipamento	1	1	1

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
							P	I	
(29°55'30.32"S 50°53'14.39"O)									
EBAT 29°56'11.59"S 51° 1'39.79"O	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	1	1	1
EBAT (29°57'37.49"S 50°56'11.79"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Coordenadoria Eletromecânica para substituição ou conserto do equipamento	1	4	4
EBAT 29°57'15.80"S 51° 5'35.61"O	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	1	3	3
EBAT (29°56'29.94"S 50°55'25.82"O) (29°56'14.76"S 51° 1'8.04"O) (29°56'56.48"S 51° 0'42.56"O) (29°56'12.40"S 51° 2'41.07"O) (29°55'6.74"S 50°54'17.31"O) (29°55'44.68"S 50°59'24.55"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Coordenadoria Eletromecânica para substituição ou conserto do equipamento	1	2	2

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
							P	I	
EBAT 29°57'37.49"S 50°56'11.79"O	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	3	4	12
EBAT (29°57'15.80"S 51° 5'35.61"O) (29°55'49.82"S 51° 0'4.68"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Coordenadoria Eletromecânica para substituição ou conserto do equipamento	1	3	3
EBAT (29°56'14.76"S 51° 1'8.04"O) (29°56'56.48"S 51° 0'42.56"O) (29°56'12.40"S 51° 2'41.07"O)	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	2	2	4
EBAT 29°55'30.32"S 50°53'14.39"O	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	3	1	3
EBAT 29°55'49.82"S 51° 0'4.68"O	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	2	3	6
EBAT (29°55'6.74"S 50°54'17.31"O)	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica	3	2	6

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
							P	I	
(29°56'29.94"S 50°55'25.82"O)						Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)			
EBAT 29°55'44.68"S 50°59'24.55"O	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Parada no sistema de água tratada	Monitoramento na Estação e Monitoramento pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência pela EBAT	Acionar Concessionária de energia elétrica Avaliação da necessidade de instalação do sistema contingência elétrica (geradores)	1	2	2
RESERVATÓRIOS	Nível Baixo ou extravasamento	Possível falta d'água	Falta de água interna/ Através de o sistema supervisorio-Monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento da região de abrangência deste reservatório	Equipe local deve verificar motivo da falha, para possíveis manobras de redes, e se for causa eletromecânica, acionar Coordenadoria Eletromecânica	3	3	9
Rede de abastecimento e/ou adutora	Rompimento de rede	Falta d'água	Através do sistema de telemetria, visualmente e/ou por reclamação de usuários Monitorado pelo COI	Variável	Desabastecimento geral ou setorizado	Acionamento da equipe para realizar o conserto	3	4	12

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 53 – Plano de ação para riscos definidos como alto do SAA.

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Plano de Ação
Captação superficial (30°20'15.98"S; 50°23'38.14"O L)	Estiagem prolongada na Bacia do Rio	Desabastecimento parcial ou total	Captação direta no rio por balsas Disponibilização de caminhões pipa Reservatórios moveis na cidade com capacidades de 5 m³ e 3 m³ Acionamento da EBA 7 para minimizar o impacto em alguns bairros
ETA (29°57'38.17"S; 50°56'8.47"O)	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Não atendimento aos requisitos legais aplicáveis Desabastecimento parcial ou total	Usar gerador
ETA (29°57'38.17"S; 50°56'8.47"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Não atendimento aos requisitos legais aplicáveis Deficiência no tratamento Desabastecimento parcial ou total	Realizar manutenção preventiva nos equipamentos, Acionar equipamentos reservas instalados ou instalar equipamentos novos
Captação superficial (30°20'15.98"S; 50°23'38.14"O L)	Estiagem prolongada na Bacia do Rio	Desabastecimento parcial ou total	Captação direta no rio por balsas Disponibilização de caminhões pipa Reservatórios moveis na cidade com capacidades de 5 m³ e 3 m³ Acionamento da EBA 7 para minimizar o impacto em alguns bairros
ETA (29°57'38.17"S; 50°56'8.47"O)	Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica	Não atendimento aos requisitos legais aplicáveis Desabastecimento parcial ou total	Usar gerador
ETA (29°57'38.17"S; 50°56'8.47"O)	Defeitos eletromecânicos nos equipamentos	Não atendimento aos requisitos legais aplicáveis Deficiência no tratamento Desabastecimento parcial ou total	Realizar manutenção preventiva nos equipamentos, Acionar equipamentos reservas instalados ou instalar equipamentos novos

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.2.4. Demais ações contingência e emergência

Além das ações elencadas acima, algumas ações específicas foram previstas para os sistemas de captação e tratamento de água e para o caso de falta de energia elétrica.

Para garantia da segurança das estações de tratamento de água e disponibilidade da água tratada esse plano representa um instrumento preventivo útil ao planejamento do abastecimento e visa a segurança do recurso, em quantidade e qualidade. A segurança física das instalações é realizada através de sistema de monitoramento de câmeras e vigilante na portaria da ETA. A segurança da qualidade e controle da água tratada é realizada através das análises na ETA e no laboratório Central. Além disso, o presente município conta com um Plano de Segurança da Água (PSA) que inclui ações detalhadas para garantia da qualidade da água tratada.

Como fonte alternativa de energia elétrica para as captações de água bruta e para as estações de tratamento de água e estações elevatórias de água, em caso de falta de energia elétrica, avalia-se no momento da ocorrência a instalação de geradores provisórios até a retomada do fornecimento de energia.

6.2.5. Avaliação de alternativas de suprimento hídrico, inclusive com definição de manancial de reserva para garantir o abastecimento em situações de falha ou insuficiência da captação original

Conforme recomendação da agência reguladora, como alternativa de suprimento hídrico está prevista a disponibilização de carros pipa a partir de 24 (vinte e quatro) horas de interrupção, e, naquelas que excederem 72 (setenta e duas) horas, de frota com capacidade para fornecer um volume por economia suficiente às necessidades básicas vitais de todos os seus habitantes padrão.

Para qualquer evento de interrupção do abastecimento é previsto imediatamente de suprimento hídrico alternativo (caminhão-pipa) para entidades prestadoras de serviços de saúde com internação de pacientes ou custódias permanentes, instituições carcerárias, creches e estabelecimentos de ensino, dentre outros que sejam utilizados para a prestação

de serviços públicos essenciais ou que concentrem grande número de pessoas, enquanto perdurar a interrupção.

A forma de abastecimento dos caminhões-pipa é através do carregamento nas cidades da região Metropolitana (ex: Canoas, Cachoeirinha, Gravataí) mais próxima que tenha disponibilidade

6.2.6. Monitoramento e controle dos mananciais

O planejamento e execução de atividades de proteção dos recursos hídricos do Estado são de responsabilidade do Sistema de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, conforme determinado pela Lei Estadual nº 10.350/1994.

Nesse contexto, a CORSAN participa de todos os Comitês de Gerenciamento e Bacias Hidrográficas o Rio Grande do Sul. Complementarmente, a CORSAN acompanha o monitoramento do nível dos mananciais em seus pontos de captação e realiza o monitoramento qualitativo dos pontos de captação de água de lançamento de efluentes conforme legislação vigente.

6.2.7. Descrição do protocolo de comunicação com usuários de água potencialmente impactados pelo desabastecimento/risco ambiental devido a panes ou manutenções programadas e responsáveis pela comunicação

A Unidade de Saneamento (US), ETA, Operações ou Eletromecânica identificarão o(s) bairro(s) /setor (es) possivelmente afetado(s) por falta de abastecimento/risco ambiental, quando da ocorrência de panes ou manutenções programadas. A Supervisora Operacional é responsável pela abertura de protocolo na Concessionária ou alerta ao Centro de Operações Integradas (COI). Posteriormente, é aberto um protocolo no Sistema de relacionamento com o cliente que em seguida dispara aviso ao usuário.

As informações serão repassadas ao Centro de Operações Integradas que disponibilizará a informação para a equipe do Call Center (0800), aplicativo e site da Companhia (www.corsan.com.br).

Em casos que possam acarretar eventos de grandes proporções, além dos procedimentos acima citados, a situação será avaliada e a comunicação externa seguirá o procedimento hierárquico da empresa, com a divulgação aos usuários através da Assessoria de Imprensa Regional.

6.2.8. Descrição dos procedimentos operacionais relacionados, abrangendo a localização das ferramentas e dos equipamentos de manutenção, e rotas de acesso aos pontos críticos

Os procedimentos operacionais e as ações que devem ser executadas pelas equipes da Companhia encontram-se descritas genericamente a seguir.

- Para o caso de avarias nas estações de bombeamento é necessário acionar as equipes eletromecânicas e se necessário o contrato especial de mergulhadores;
- Para o caso de substituição de motobombas e/ou bombas submersíveis queimadas ou avariadas e resolver problemas de telemetria são acionadas as equipes de manutenção eletromecânica;
- Para solução de problemas de vazamentos de rede são acionadas as equipes de manutenção de rede lotadas no almoxarifado da US 096 Gravataí, COP Localizado na rua São Luiz, 100 bairro Cohab A, na parada 68 de Gravataí.

Todas as equipes, tanto da eletromecânica como as de manutenção de redes, possuem kit's de equipamentos básicos necessários à execução das suas tarefas.

As ferramentas e equipamentos de manutenção estão no almoxarifado da US 096 GRAVATAÍ, COP Localizado na rua São Luiz, 100 bairro Cohab A, na parada 68 de Gravataí e na coordenadoria eletromecânica da SURMET, localizado no CEOPE na rua Santo Isidoro, 151 bairro Estância velha em Canoas.

Para acesso ao ponto crítico do município, a barragem de captação, caso a estrada de acesso pela Acides Ferreira esteja interrompida, principal rota de acesso, existe a opção de acesso apenas pelo rio, podendo ser feito no final da estrada Alcides Ferreira ou pela estrada Passo do Melo (pela cidade de Alvorada) e navegando aproximadamente 1355m na direção sul no rio Gravataí, ou acessando pela estrada do Autódromo entrando

aproximadamente por 316 m dentro da mata e navegando por 370m na direção norte pelo rio Gravataí.

6.2.9. Definição dos papéis e responsabilidades de operadores e demais funcionários durante as situações de emergências

Os operadores e funcionários locais tem como responsabilidade comunicar o gestor da US ou Supervisor de Operações que por sua vez aciona os responsáveis pela solução ou mitigação da emergência, sendo eles: US, supervisor de operações, coordenadoria operacional, coordenadoria de tratamento, EHS ou coordenadoria eletromecânica.

De maneira geral as atribuições de cada setor estão descritas a seguir:

- **Funcionários da ETA** - Relatar as emergências ou anormalidades ao gestor da COP, Operacional, US, químico responsável (de acordo com a natureza da emergência); executar as ações cabíveis ao tratamento (ex: SAA- execução do plano de emergência de cloro, fechamento de registros de produtos químicos, válvulas etc.) de modo a conter a emergência; comunicação de emergências identificadas pelo sistema supervisório fora do horário comercial. Acionamento da concessionária em casos de queda de energia;
- **Coordenador de qualidade / Químico responsável** - Orientar o pessoal do tratamento sobre como proceder nos casos de emergências; realizar as comunicações cabíveis aos demais gestores; manter contato com a Superintendência de tratamento e regional; acionar os serviços dentro dos contratos existentes para remediação de emergências e realizar contato com a FEPAM quando necessário;
- **Gestor da COP/Operacional** - Acionar as equipes de manutenção eletromecânica e de rede; entrar em contato com o departamento de telemetria; acionar o departamento de manutenção e contratos a disposição para resolver situações de desabastecimento; monitorar o sistema e detectar possíveis melhorias, providenciar materiais necessários para a execução das manutenções e acompanhar os serviços até o restabelecimento;

- **Equipes de manutenção eletromecânica** - Responsável por restabelecer o funcionamento dos equipamentos na estação de tratamento, estações de bombeamento, reservatórios e restabelecer o funcionamento de válvulas, entre outros equipamentos eletromecânicos que exijam ação emergencial;
- **Equipes de manutenção de rede** - Responsável por restabelecer o funcionamento das adutoras e redes de distribuição.

Além das atribuições já elencadas o fluxo de informações e ações entre os setores estão descritos a seguir.

- Falha eletromecânica: operador/funcionário → coordenadoria eletromecânica;
- Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica: operador/funcionário → supervisor de operações/coordenadoria operacional;
- Vandalismo: operador/funcionário → US → polícia;
- Perda do sistema de telemetria: operador/funcionário → coordenadoria eletromecânica;
- Vazamento de produtos químicos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Nível baixo ou extravasamento: operador/funcionário → coordenadoria operacional/ coordenadoria de tratamento;
- Rompimento de rede: operador/funcionário → US → coordenadoria operacional;
- Comprometimento do suprimento de insumos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Contaminação de água tratada em redes e reservatórios: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Contaminação de mananciais: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Epidemias e surtos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Incêndios em unidades: operador/funcionário → bombeiros → EHS;
- Redução drástica de vazão de mananciais: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;

- Rompimento de barragens: operador/funcionário → coordenadoria operacional/EHS;
- Acidentes no transporte rodoviário de produtos químicos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento.

6.3. Esgotamento sanitário

O levantamento do conjunto de ações a serem tomadas em caso de emergência e contingência ajudam a prevenir e controlar os incidentes que possam resultar em impactos ambientais.

Ao identificar as possíveis falhas no sistema, bem como os danos ou impactos associados, é possível apresentar e desenvolver as medidas de mitigação.

Os cenários de acidentes devem ser classificados em categorias de impactos, as quais fornecem uma indicação qualitativa do grau das consequências de cada cenário identificado. No quadro a seguir são apresentadas as categorias de severidade.

Quadro 54 – Grau de impacto dos cenários de acidentes e sua descrição.

Grau de Impacto	Descrição
Baixo	Incidente operacional que pode causar dano insignificante ao meio ambiente. De curta duração.
Médio	Incidente operacional que pode causar dano local ao meio ambiente, ou que não tenha potencial de alterar a qualidade do efluente tratado ou a qualidade do corpo receptor. O impacto deve poder ser controlado rapidamente (poucas horas).
Alto	Incidente operacional que pode causar dano sensível ao meio ambiente, com potencial de alterar a qualidade do efluente tratado ou a qualidade do corpo receptor.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os quadros a seguir apresentam os eventos emergenciais, impactos, áreas afetadas, medidas de detecção de mitigação, responsáveis e observações.

Quadro 55 – Eventos, impactos, medidas e responsáveis – SES Parque dos Anjos.

Evento	Impacto	Área Afetada	Medidas de Detecção	Medidas de Mitigação	Responsável	Observação
Rompimento da linha de recalque de esgoto à ETE	Alto	Rede pluvial, zona de mistura, arroios e canais próximos	Inspeção da rede Observação da pressão no recalque das bombas Relatório semestral de indicadores de desempenho das EBEs Telemetria nas principais EBEs (1 e 2)	Limpeza e manutenção periódica da rede, grade da EBE, bombas e poço de sucção Descontaminar a área afetada após o conserto	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM Isolar e sinalizar o local afetado
Rompimento do canal emissário de lançamento do tratado	Baixo	Zona de mistura e canais próximos ao Rio Gravataí	Inspeção dos taludes do canal	Manutenção dos trechos com evidências de vazamento ou erosão	Equipe de operação da ETE	O esgoto no emissário já está tratado (minimizando o impacto) Aviso à FEPAM Isolar e sinalizar o local afetado
Rompimento, entupimento e extravasamento na rede coletora e PVs	Baixo	Rede pluvial	Aviso dos usuários Inspeções nos poços de visitas (PVs) e pavimentos	Desobstrução da rede, PVs, caixas de calçada e ramais de ligação com hidrojeateamento Manutenção constante na rede Dosar enzimas na rede Descontaminar a área afetada após o conserto	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM Isolar e sinalizar o local afetado
Extravasamento nas elevatórias de esgoto bruto	Médio	Rede pluvial	Inspeções periódicas Alarme na boia de nível muito alto Relatório semestral de indicadores de desempenho das EBEs Investigação das ligações de pluvial na rede de esgoto, com testes Telemetria nas principais EBEs (1 e 2)	Bomba reserva Manutenção periódica e testes nas boias Campanhas educativas Descontaminar a área afetada após o conserto	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM Isolar e sinalizar o local afetado

Evento	Impacto	Área Afetada	Medidas de Detecção	Medidas de Mitigação	Responsável	Observação
Extravasamento dos reatores ou unidades da ETE	Baixo	ETE	Inspeções periódicas nas redes internas Alarme na boia de nível muito alto Controle visual	Limpeza das redes entre as lagoas Chamar limpa-fossa Equipamentos reserva Distribuição de vazão correta entre os módulos da ETE	Equipe de operação da ETE	Algumas unidades da ETE são duplicadas permitindo operações de parada Os tanques de esgoto em tratamento não têm extravasores Aviso à FEPAM
Falha no fornecimento de energia elétrica nas elevatórias de esgoto bruto	Médio	Rede pluvial	Alarme na boia de nível muito alto Alarmes de falta de energia Avisos da Concessionária de Energia Prever nobreak no sistema de telemetria	Comunicação constante com a Concessionária de Energia Manter as redes e elevatória no nível mínimo para ter volume reserva Usar gerador	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM se houver risco de extravasamento
Falha no fornecimento de energia elétrica na ETE	Médio	ETE	Alarme nas boias de nível muito alto Alarmes de falta de energia Avisos da Concessionária de Energia	Comunicação constante com a Concessionária de Energia Manter as redes e elevatória no nível mínimo para ter volume reserva Usar gerador	Equipe de operação da ETE	Aviso à FEPAM se a falha tiver impacto além da área da ETE
Falha nas dosagens de produtos químicos	Baixo	ETE e Rio Gravataí	Inspeção frequente	Bombas dosadoras reserva	Equipe de operação da ETE	Manter acessível as FISPQ
Vazamento de produtos químicos	Baixo	ETE	Inspeção frequente	Manutenção periódica das redes de dosagem	Equipe de operação da ETE	Manter impermeável a bacia de contenção na área PQ Isolar e sinalizar o local afetado
Lançamento indevido de efluentes externos na rede coletora (PVs)	Médio	ETE	Denúncias de usuários Observação no canal de chegada da ETE	Campanhas educativas Denunciar na PATRAM e FEPAM	Equipe de manutenção	A LO não permite o recebimento de cargas externas
Derramamento de óleo, combustível ou esgoto no solo durante as operações	Baixo	Todas	Visual Denúncias de usuários	Instrução das equipes e prestadores de serviço Limpeza e destinação adequada do resíduo	Todas as equipes e prestadores de serviços	Apresentar MTRs para o relatório operacional do período à FEPAM

Evento	Impacto	Área Afetada	Medidas de Detecção	Medidas de Mitigação	Responsável	Observação
				Prever kit de emergência com barreiras flutuantes na ETE e kit de material absorvente nas viaturas.		Isolar e sinalizar o local afetado
Odor nas EBES	Alto	EBEs e vizinhança	Respeitar os tempos de detenção de projeto no tanque das bombas Manter as bocas dos tubos afogadas, forçando os gases a passarem pela lâmina de água (promovendo a absorção de parte dos gases e fazendo um selo hidráulico). Defletores e tampas nos canais para minimizar a propagação e aerossóis	Dosar sequestrante ou neutralizante de odor nos pontos de chegada ou saída de esgoto da rede Dosar sais ou oxido de ferro para reagir com o sulfeto Dosar enzimas na rede Manter e adensar o cortinamento vegetal nas EBES	Equipe de manutenção	Se o problema for recorrente elaborar Plano de Monitoramento de Odores, conforme NBR 12209/2011, capítulo 9
Odor na ETE	Alto	ETE e vizinhança, inclusive na estrada	Respeitar os tempos de detenção de projeto nas lagoas (utilizar bombas de recirculação) Defletores e tampas nos canais para minimizar a propagação e aerossóis Remover o excesso de algas nas lagoas em períodos de calor	Dosar sequestrante ou neutralizante de odor nos pontos de maior agitação e nas lagoas anaeróbias Dosar sais ou oxido de ferro para reagir com o sulfeto Dosar enzimas nas lagoas Manter e adensar o cortinamento vegetal na ETE	Equipe de operação da ETE e Equipe de manutenção	Se o problema for recorrente elaborar Plano de Monitoramento de Odores, conforme NBR 12209/2011, capítulo 9

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 56 – Eventos, impactos, medidas e responsáveis – SES Breno Garcia.

Evento	Impacto	Área Afetada	Medidas d Detecção	Medidas de Mitigação	Responsável	Observação
Rompimento da linha de recalque de esgoto à ETE	Alto	Rede pluvial e zona de mistura e arroios e canais próximos ao arroia	Inspeção da rede Observação da pressão no recalque das bombas	Limpeza e manutenção periódica da rede, bombas e poço de sucção	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM
Rompimento do emissário de lançamento	Baixo	Zona de mistura e canais próximos ao arroio	Inspeção da rede	Manutenção dos trechos com evidências de vazamento ou esmagamento	Equipe de operação da ETE	O esgoto no emissário já está tratado Aviso à FEPAM
Rompimento, extravasamento na rede coletora e PVs	Baixo	Rede pluvial	Aviso dos usuários Inspeções nos poços de visitas (PVs) e pavimentos	Desobstrução da rede, PVs, caixas de calçada e ramais de ligação Manutenção constante na rede	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM
Extravasamento nas elevatórias de esgoto bruto	Médio	Rede pluvial	Inspeções periódicas Alarme na boia de nível muito alto Investigação das ligações de pluvial na rede de esgoto, com testes	Bomba reserva Manutenção periódica e testes nas boias Campanhas educativas	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM
Extravasamento dos reatores ou unidades da ETE	Baixo	ETE	Inspeções periódicas nas redes internas Alarme na boia de nível muito alto Controle visual	Limpeza das redes entre os reatores Chamar limpa-fossa Equipamentos reserva Distribuição de vazão entre os módulos da ETE Ajuste dos níveis das boias das bombas de alimentação	Equipe de operação da ETE	Os tanques de esgoto em tratamento não têm extravasores Aviso à FEPAM
Falha no fornecimento de energia elétrica nas elevatórias de esgoto bruto	Médio	Rede pluvial	Alarme na boia de nível muito alto Alarmes de falta de energia Avisos da Concessionária de Energia	Comunicação constante com a Concessionária de Energia Manter as redes e elevatória no nível mínimo para ter volume reserva Usar gerador	Equipe de manutenção	Aviso à FEPAM se houver risco de extravasamento

Evento	Impacto	Área Afetada	Medidas d Detecção	Medidas de Mitigação	Responsável	Observação
Falha no fornecimento de energia elétrica na ETE	Médio	ETE	Alarme nas boias de nível muito alto Alarmes de falta de energia Avisos da Concessionária de Energia	Comunicação constante com a Concessionária de Energia Manter as redes e elevatória no nível mínimo para ter volume reserva Usar gerador	Equipe de operação da ETE	Aviso à FEPAM se a falha tiver impacto além da área da ETE
Falha nas dosagens de produtos químicos	Baixo	ETE e Rio	Visual	Bombas dosadoras reserva	Equipe de operação da ETE – AMCS	As dosagens químicas têm pouco impacto na eficiência da ETE A área de estocagem e dosagem de PQ tem bacias de contenção
Vazamento de produtos químicos	Baixo	ETE	Visual	Manutenção periódica das redes de dosagem	Equipe de operação da ETE – AMCS	A área de estocagem e dosagem de PQ tem bacias de contenção
Lançamento indevido de efluentes externos na rede coletora (PVs)	Médio	ETE	Denúncias de usuários Observação no canal de chegada da ETE	Campanhas educativas e informar ao órgão ambiental	Equipe de operação e Resp. Social – AMCS	Denunciar na PATRAM, FEPAM e SMMA de Gravataí
Derramamento de óleo, combustível ou esgoto no solo durante as operações	Baixo	Todas	Visual Denúncias de usuários	Instrução das equipes e prestadores de serviço Limpeza e destinação adequada do resíduo	Todas as equipes e prestadores de serviços	Apresentar MTRs para o relatório operacional do período à FEPAM

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.4. Boas práticas

Um efetivo gerenciamento do sistema de coleta, tratamento e lançamento inclui todos os aspectos da operação, inclusive a preocupação com a segurança e saúde no trabalho.

A segurança e saúde são mantidas por uma atitude positiva de todos os envolvidos na operação, manutenção e gerenciamento.

O treinamento deve incluir elementos básicos de:

- Características do efluente e seus riscos;
- Áreas de risco;
- Higiene e limpeza no ambiente de trabalho;
- Equipamentos de proteção individual (EPI);
- Manuseio e estocagem de produtos químicos;
- Uso seguro das ferramentas de trabalho;
- Prevenção e controle de incêndios;
- Primeiros-socorros;
- Resgate e acesso às áreas confinadas;
- Plano de emergência.

O supervisor deverá instruir os operadores sobre os métodos e procedimentos seguros e ter certeza de que:

- Cada operador está familiarizado com todas as regras de segurança;
- São corretos os métodos usados na operação e manutenção dos equipamentos e produtos;
- Os operadores usam luvas, protetores visuais e auriculares, botas e todos os equipamentos de proteção individual para a tarefa a ser executada;
- Somente operadores qualificados e treinados executam certas tarefas;
- Manter os operadores cientes dos riscos químicos e biológicos (infecções, parasitas, doenças) dos efluentes e produtos utilizados;

- Foram verificados os requisitos para liberar a entrada em áreas confinadas ou sob risco de vazamentos e/ou contaminações.

Os operadores deverão:

- Observar as regras escritas e recusar tarefas de risco, se não se julgarem aptos;
- Receber instruções antes de realizar a tarefa;
- Reportar imediatamente ao supervisor qualquer condição de trabalho perigosa, equipamento sem segurança ou práticas insalubres de trabalho;
- Comunicar todos os acidentes ou doenças ao supervisor;
- Considerar que todas as águas de uso industrial são contaminadas e impróprias para beber;
- Evitar correr na área da ETE, exceto em emergências;
- Manter todas as ferramentas e equipamentos limpos e em bom estado;
- Usar equipamento de proteção individual apropriado para cada tarefa;
- Evitar o uso de roupas folgadas quando usar equipamentos móveis;
- Não fumar na área da ETE;
- Nunca trabalhar sob o efeito de substâncias ou medicamentos de uso controlado;
- Nunca comprometer a segurança ou saúde por pressa;
- Ao terminar uma tarefa, proceder de modo a prever segurança ao próximo operador que usará o equipamento, ferramenta ou área de trabalho.

7. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES

Segundo a Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (1995), indicador se trata de uma relação matemática que é capaz de medir, de forma numérica, atributos de um determinado processo ou, ainda, seus resultados, permitindo que o Concessionária analise o cumprimento de metas estabelecidas. Esses indicadores oferecem uma base numérica que facilita a comparação entre os resultados reais e os objetivos previamente traçados, viabilizando decisões informadas sobre ajustes e melhorias no serviço prestado.

O uso de indicadores está alinhado à legislação ambiental brasileira, que exige monitoramento contínuo para promover avanços na qualidade de vida, saúde pública, bem-estar social e condições ambientais. Com essa perspectiva, o Prestador deve implementar procedimentos e técnicas de avaliação que contemplem metas de desempenho, controle de recursos, e verificação do cumprimento das metas programadas. Para isso, devem ser mobilizados recursos humanos, materiais tecnológicos e administrativos, tanto para a execução quanto para o monitoramento e fiscalização das atividades realizadas.

Em termos de responsabilidade, o Concessionária deve garantir a continuidade e adequação do saneamento básico, abrangendo desde o acompanhamento das manutenções até a gestão de tarifas, de modo a manter a sustentabilidade financeira do sistema. Com a análise regular dos indicadores, especialmente de cobertura e índices de perdas, busca-se alcançar uma maior eficiência nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No mínimo, o processo de monitoramento deve incluir as etapas de:

- **Planejamento:** Definição das metas, análise dos dados, programação de coletas e divulgação de diagnósticos;
- **Coleta:** Recebimento e controle dos dados, acompanhamento de cronogramas e garantia da qualidade das informações;

- **Diagnóstico:** Cálculo dos indicadores e produção de análises em formato textual e gráfico, incluindo processamento dos dados coletados;
- **Divulgação:** Comunicação dos resultados e informações relevantes à sociedade.

Para indicadores que não atinjam os resultados esperados, deve-se implementar um plano de ações corretivas, contendo justificativas para as não conformidades e detalhes das etapas a serem seguidas para o aprimoramento. As ações corretivas, assim como todas as ações de monitoramento, devem ser detalhadas conforme o objetivo, tipo de ação (corretiva ou preventiva), prazo de execução, agente responsável e estimativa de custos.

A efetividade dessas ações depende do cumprimento dos objetivos no prazo e orçamento estabelecidos. O processo de escolha dos indicadores, coleta de dados e análise de resultados permite ao Prestador mensurar o impacto das ações realizadas ao longo do tempo, garantindo uma abordagem sistemática e consistente.

A criação de um banco de dados acessível centraliza todas as informações relevantes, facilitando a consulta e a transparência na prestação de contas. Esse banco serve não só para análises atuais, mas também para planejamento de ações futuras, visando à continuidade e aprimoramento dos serviços prestados em saneamento básico.

7.1. Indicadores operacionais

O saneamento básico é um direito social na Constituição Federal, ou seja, todo indivíduo deve gozar plenamente do acesso à água tratada, abastecida de forma ininterrupta, da coleta e tratamento dos efluentes sanitários e da gestão efetiva de resíduos. Estes serviços ultrapassam os aspectos ambientais, tratando-se de fatores de saúde pública.

Sendo assim, os indicadores para avaliação do sistema de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário são instrumentos importantes para análise de desempenho dos provedores deste serviço. Não obstante, dada a importância do saneamento básico para a higiene humana, mensuram pontos cruciais de bem-estar social.

Os indicadores aqui dispostos estão de acordo com os Contratos de Concessão assinados entre os municípios e a CORSAN. Importante ressaltar que a Agência Reguladora poderá instituir outros indicadores de desempenho, desde que o Equilíbrio Econômico-Financeiro seja mantido, ou que haja o devido reestabelecimento.

Além disso, a metodologia de cálculo dos indicadores de universalização segue os seguintes critérios:

- As metas de universalização, juntamente com seus respectivos índices, são calculadas para a área de prestação dos serviços;
- As metas de universalização e seus índices não consideram: (i) imóveis localizados em Áreas Irregulares e (ii) imóveis situados em áreas com densidade inferior a 1 (uma) ligação para cada 20 (vinte) metros de rede;
- São consideradas economias factíveis as unidades consumidoras ou domicílios que possuem condições para serem conectados às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Para fins de comprovação do cumprimento das metas de universalização, serão consideradas as soluções individuais de coleta e tratamento de esgoto sanitário existentes na área de prestação dos serviços.

7.1.1. Nível de universalização dos serviços de água

Acompanha a cobertura dos serviços de abastecimento de água, fornecido pelo Concessionária para cada município, seguindo a fórmula:

$$NUA = \frac{\text{Economias Residenciais de Água}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais de água:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de abastecimento de água, na área da prestação dos serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;

- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de abastecimento de água na Área de Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE.

Este indicador é um importante parâmetro de avaliação, não apenas por auxiliar o Concessionária a compreender a abrangência de seu atendimento, mas também por estar intrinsecamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 – Água Potável e Saneamento – e ao ODS número 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Desta forma, a análise criteriosa do NUA é capaz de mensurar a evolução do atendimento do serviço em relação ao objetivo proposto. O Concessionária deverá validar o índice de atendimento inicial, com base num banco de dados atualizado.

7.1.2. Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário

Acompanha a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para cada município, aplicando o NUE. O Concessionária deverá validar o índice de atendimento inicial, com base num banco de dados atualizado, seguindo a fórmula abaixo:

$$NUE = \frac{\text{Economias Residenciais de Esgoto}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais esgoto:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;
- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de esgotamento sanitário na Área de

Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE e não deverá incluir domicílios em soleira baixa ou qualquer outra impossibilidade técnica de conexão.

É fundamental que o Prestador compreenda o nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário, já que essa meta é prevista no ODS 6.2 – Água Potável e Saneamento – e na Lei Federal nº 14.026/2020, que exige atendimento mínimo de 90% da população até 2033. Dessa forma, os esforços do Prestador devem estar alinhados a essa meta.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

No âmbito do monitoramento e avaliação do plano, é importante ressaltar que o plano foi estruturado com base no panorama observado no momento de sua criação, fundamentado no diagnóstico dos aspectos institucionais, organizacionais e técnicos relacionados aos serviços de saneamento básico nos municípios. Os dados e indicadores levantados nessa etapa constituem a espinha dorsal das propostas do plano e, portanto, precisam ser monitorados e revisados de forma regular, com análises anuais.

A premissa central é que o plano de saneamento não é definitivo, mas sim um documento estratégico que requer acompanhamento contínuo para ser ajustado às novas circunstâncias que surgirem. O monitoramento frequente garante a flexibilidade necessária para atualizar as ações e metas, assegurando que o plano se mantenha adequado às mudanças contextuais e tecnológicas.

Além disso, de acordo com o art. 19, § 4º da Lei Federal nº 14.026/2020, os planos de saneamento devem ser revisados em intervalos regulares, com um prazo máximo de 10 anos entre as revisões. Essa periodicidade é essencial para garantir que o plano permaneça atual e alinhado às novas realidades, promovendo a evolução dos serviços de saneamento e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Atlas Água 2021 - Índice de Segurança Hídrica Urbano, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/897b12b3081c49678a1b2161c372b70c_0/about>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001:2015: sistemas de gestão ambiental – requisitos com orientação para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<https://www.ipen.br/biblioteca/slr/cel/N3127.pdf>>. Acesso em: junho de 2024.

BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: junho de 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução n° 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

BRASIL. Decreto Federal n°. 76.872, de 22 de dezembro de 1975. Regulamenta a Lei n° 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas públicos e abastecimento. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d76872.htm>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul (2024). Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc100/rio_grande_do_sul/>. Acesso em: junho de 2024.

BRASIL. Lei Federal n°. 6.050, de 24 de maio de 1974. Dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6050.htm>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Lei n°. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2007.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: junho de 2024

BRASIL. Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, e outras disposições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm>. Acesso em: junho de 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Rio Grande do Sul é um dos quatro estados com mais municípios dependentes do SUS. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/rio-grande-do-sul/2023/marco/rio-grande-do-sul-e-um-dos-quatro-estados-com-mais-municipios-dependentes-do-sus>>. Acesso em: junho de 2024.

BRITO, Maria Cecília Wey. Unidades de conservação: intenções e resultados. Annablume, 2000.

CARNEIRO, Mariko de Almeida et al. Sistemas individuais alternativos de tratamento de esgoto sanitário, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). Unidades de Conservação Ambiental do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/file/18443/download?token=v2kijBr>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA n.º. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2005/res_conama_357_2005_classificacao_corpos_agua_rtfcdaltrd_res_393_2007_397_2008_410_2009_430_2011.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA n.º. 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução n.º 357, de 17 de março de 2005, do

Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=114770>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA nº. 498, de 19 de agosto de 2020. Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólido em solos, e dá outras providências. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=797>. Acesso em: 22 jul. 2024.

COSTA, A. M.; PONTES, C. A. A.; MELO, C. H.; LUCENA, R. C. B.; GONÇALVES, F. R.; GALINDO, E. F. Classificação de doenças relacionadas a um saneamento ambiental inadequado (DRSAI) e os Sistemas de Informações em Saúde no Brasil: possibilidades e limitações de análise epidemiológica em saúde ambiental. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 28., 2002, Cancun. Proceedings... Cancun: Asociacion Interamerican de Ingenieria Sanitaria y Ambiental: ABES, 2002. 1 CD-ROM.

DA PAZ, Ronilson José; DE FREITAS, Getúlio Luis; DE SOUZA, Elivan Arantes. Unidades de conservação no Brasil: História e legislação. Ronilson Paz, 2006.

DATASUS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: <<https://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2024.

DATASUS. Tabnet. Morbidade Hospitalar do SUS - por Local de Internação - Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nirs.def>>. Acesso em: junho de 2024.

FIGUEIREDO, Luciana Maria Matos. O papel do Plano Nacional de Segurança Hídrica: a universalização do acesso a água no país, principalmente no Nordeste e Ceará, 2020.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. Oficina de textos, 2016.

FOSSEN, Haakon. Structural geology. Cambridge university press, 2016.

FRANCISCO, Paulo Roberto Megna et al. Classificação climática de Köppen e Thornthwaite para o estado da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 8, n. 4, p. 1006-1016, 2015.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM. Qualidade da água superficial nas regiões hidrográficas do RS (Guaíba, Litoral e Uruguai). Porto Alegre: FEPAM, 2023. Disponível em: <<https://fepam.rs.gov.br/relatorios-da-qualidade-da-agua>>. Acesso em jun. 2024.

GOMES, Denise; BONALDO, Gisele; NASCIMENTO, Evandro José. Avaliação do serviço de coleta e tratamento de esgoto em cidades brasileiras, 2019. Disponível em: <<https://observatorio.brasil.gov.br/analise-de-dados/2408-avaliacao-do-servico-de-coleta-e-tratamento-de-esgoto-em-cidades-brasileiras>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html> > Acesso em: setembro de 2024.

IBGE, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Favelas e Comunidades Urbanas. Nota metodológicas n. 0. Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em setembro de 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Geologia, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Geomorfologia, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Pedologia, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Vegetação, 2024. Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Cidades e Estados: dados do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 652 p.

IBGE. Manual Técnico de Geomorfologia, 2009. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Manuais técnicos em geociências. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~santos/Geomorfologia_Geologia/Manual%20t%C3%A9cnico%20de%20Geomorfologia.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. Resumo Estatístico: Brasil 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101314.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

KUINCHTNER, Angélica; BURIOL, Galileo Adeli. Clima do Estado do Rio Grande do Sul segundo a classificação climática de Köppen e Thornthwaite. *Disciplinarum Scientia| Naturais e Tecnológicas*, v. 2, n. 1, p. 171-182, 2001.

MACIEL, Jasmyne Karla Vieira Souza et al. Avaliação multicritério para escolha de soluções individuais de tratamento de esgoto em zonas rurais. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/unidadesdeconservacao/consultadosuc>>. Acesso em: jun. 2024.

MMA, 2020. Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

OMS. Diretrizes da Organização Mundial da Saúde para a Qualidade da Água Potável, 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272386/9789241549950-eng.pdf?ua=1>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

OMS. Protocolo de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, 2017. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/agua-consumo-humano>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório de Progresso 2017. 2017. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_Progresso_2017.pdf. Acesso em: junho de 2024.

PANISSET, Marco Alberto. Unidades de conservação e o desenvolvimento sustentável: conceitos, métodos e experiências. 2. ed. Brasília: MMA, 2018. 296 p.

RIO GRANDE DO SUL. Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS). Resolução n.º 37, de 16 de março de 2017. Dispõe sobre a compensação financeira a usuários de serviços públicos delegados de abastecimento de água em decorrência de interrupções de longa duração. Porto Alegre: AGERGS, 2017. Disponível em: <https://agergs.rs.gov.br/upload/20181121105119ren_37__consolidada_.pdf>. Acesso em: junho de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN-RS). Resolução CSR n.º 013, de 2023. Estabelece as definições dos Planos de Contingência que devem ser desenvolvidas pelos Prestadores de Serviços dos municípios regulados pela AGESAN-RS. Porto Alegre: AGESAN-RS, 2023. Disponível em: <https://agesan-rs.com.br/wp-content/uploads/2023/11/RESOLUCAO_CSR_NBA_013_2023_assinado.pdf>. Acesso em: junho de 2024

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º. 10.350, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/10.350.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Plano Estadual de Saneamento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Nota técnica DEE n.º 90: resultados do PIB trimestral do Rio Grande do Sul – 4.º trimestre de 2023. Porto Alegre: SPGG-RS/DEE, 2023. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/nt-dee-90-resultados-do-pib-trimestral-do-rio-grande-do-sul-4-trimestre-de-2023-2.pdf>>. Acesso em: junho de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Página inicial. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: junho de 2024

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Plano Estadual de Saneamento – PLANESAN. Porto Alegre: SEMA, 2021. Disponível em: <https://admin.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202210/05140355-plano-estadual-de-saneamento-consultapublica.pdf>. Acesso em: junho de 2024.

SILVA, Maria José Ferreira da; BARROS, Vinícius Andrade. Indicadores de sustentabilidade: Uma proposta para a bacia do rio Jucu, ES. Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

UNESCO. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372985>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ANEXO I – PROJEÇÃO POPULACIONAL

Período do Plano	População Total	Taxa de Crescimento (Pop. Total)	População Urbana	Taxa de Crescimento (Pop. Urbana)	Urbanização	População Rural	Taxa de Crescimento (Pop. Rural)	
1	2025	275.394		266.368		97%	9.026	
2	2026	275.397	0,00%	266.975	0,23%	97%	8.422	-6,69%
3	2027	275.309	-0,03%	267.494	0,19%	97%	7.815	-7,21%
4	2028	275.132	-0,06%	267.928	0,16%	97%	7.204	-7,82%
5	2029	274.873	-0,09%	268.282	0,13%	98%	6.591	-8,51%
6	2030	274.534	-0,12%	268.559	0,10%	98%	5.975	-9,35%
7	2031	274.114	-0,15%	268.756	0,07%	98%	5.358	-10,33%
8	2032	273.615	-0,18%	268.874	0,04%	98%	4.741	-11,52%
9	2033	273.038	-0,21%	268.915	0,02%	98%	4.123	-13,04%
10	2034	272.386	-0,24%	268.881	-0,01%	99%	3.505	-14,99%
11	2035	271.662	-0,27%	268.774	-0,04%	99%	2.888	-17,60%
12	2036	270.865	-0,29%	268.593	-0,07%	99%	2.272	-21,33%
13	2037	269.997	-0,32%	268.339	-0,09%	99%	1.658	-27,02%
14	2038	269.060	-0,35%	268.014	-0,12%	100%	1.046	-36,91%
15	2039	268.057	-0,37%	267.620	-0,15%	100%	437	-58,22%
16	2040	266.990	-0,40%	266.990	-0,24%	100%	0	0%
17	2041	265.857	-0,42%	265.857	-0,42%	100%	0	0%
18	2042	264.659	-0,45%	264.659	-0,45%	100%	0	0%
19	2043	263.400	-0,48%	263.400	-0,48%	100%	0	0%
20	2044	262.084	-0,50%	262.084	-0,50%	100%	0	0%
21	2045	260.712	-0,52%	260.712	-0,52%	100%	0	0%
22	2046	259.286	-0,55%	259.286	-0,55%	100%	0	0%
23	2047	257.807	-0,57%	257.807	-0,57%	100%	0	0%
24	2048	256.281	-0,59%	256.281	-0,59%	100%	0	0%
25	2049	254.709	-0,61%	254.709	-0,61%	100%	0	0%
26	2050	253.093	-0,63%	253.093	-0,63%	100%	0	0%
27	2051	251.432	-0,66%	251.432	-0,66%	100%	0	0%
28	2052	249.727	-0,68%	249.727	-0,68%	100%	0	0%
29	2053	247.981	-0,70%	247.981	-0,70%	100%	0	0%
30	2054	246.196	-0,72%	246.196	-0,72%	100%	0	0%
31	2055	244.370	-0,74%	244.370	-0,74%	100%	0	0%
32	2056	242.507	-0,76%	242.507	-0,76%	100%	0	0%
33	2057	240.608	-0,78%	240.608	-0,78%	100%	0	0%
34	2058	238.674	-0,80%	238.674	-0,80%	100%	0	0%
35	2059	236.708	-0,82%	236.708	-0,82%	100%	0	0%

36	2060	234.709	-0,84%	234.709	-0,84%	100%	0	0%
37	2061	232.679	-0,86%	232.679	-0,86%	100%	0	0%
38	2062	230.620	-0,88%	230.620	-0,88%	100%	0	0%
39	2063	228.532	-0,91%	228.532	-0,91%	100%	0	0%
40	2064	226.415	-0,93%	226.415	-0,93%	100%	0	0%